A Cloudo A Cloud Sta

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 1º, 2 e 3 de abril de 2023 • Nº 1532 • R\$ 1,00 www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Domingo de Ramos

PÁGINA 10

FAKE NEWS

Moraes: Big techs devem responder por 'monetizados'

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes afirmou nesta sextafeira que irá sugerir ao Congresso que as big techs sejam responsabilizadas por todo conteúdo monetizado e impulsionado. Segundo ele, essa proposta muda a ideia de que as plataformas são só intermediárias. As medidas se inserem em sua visão de que as plataformas devem ser tratadas como empresas de mídia e não de tecnologia. Ele disse que as plataformas foram cooperativas na eleição do ano passado, dentro da visão delas do negócio, mas que há total irresponsabilidade. Ao tratar do tema dos ataques à democracia nos últimos anos, Moraes também criticou condutas do ex-presi dente Jair Bolsonaro. PÁGINA 9

Praça Mauá

Prefeito do Rio assina compra do edifício A Noite

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, assinou nesta sexta-feira a compra do edifício Joseph Gire, conhecido como A Noite, na Praça Mauá, região portuária da capital fluminense. O município adquiriu o imóvel histórico, que pertence à União e estava há anos abandonado, por R\$ 28,9 milhões. O preço foi fixado em setembro do ano passado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), na modalidade venda direta, após três tentativas frustradas de leilão. Segundo o prefeito, a região portuária vive uma consolidação do projeto Porto Maravilha, que só foi possível com a parceria com o governo federal por iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. PÁGINA 10

FEVEREIRO

Desemprego volta a crescer e fica em 8,6%

Depois de seis trimestres de queda, a taxa de desemprego voltou a crescer no país, fechando o trimestre encerrado em fevereiro em 8,6%. Ao todo, são 483 mil desempregados a mais do que no trimestre encerrado em novembro de 2022. Embora o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica) avalie que ainda não é possível

identificar os efeitos da desaceleração econômica no indicador, o mercado espera que o desemprego continue em alta nos próximos trimestres, com a piora da conjuntura. Apesar do aumento na comparação trimestral, a taxa de fevereiro é a mais baixa para o período desde 2015. PÁGINA 2

LAWFARE

Papa diz que Lula foi condenado sem provas e que Dilma tem mãos limpas



O Papa Francisco disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi condenado pela Justiça sem provas, e que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) tem "mãos limpas", além de ter sofrido um processo de impeachment classificado por ele como injusto. A declaração foi feita em entrevista exibida na quinta-feira passada na rede argentina C5N. Ela foi gravada antes da internação de Francisco em um hospital em Roma, na quarta-feira, após queixas de dificuldade para respirar. O pontífice lembrou dos exemplos brasileiros quando perguntado sobre o "lawfare", termo usado para definir o uso do sistema de Justiça de determinado país para perseguição política de adversários. O sacerdote ainda citou outros países, como Equador, Argentina e Bolívia. "O lawfare abre caminho nos meios de comunicação. Deve-se impedir que determinada pessoa chegue a um cargo. Então, o pessoal o desqualifica e metem a suspeita de um crime. Então, faz-se todo um sumário, um sumário enorme, onde não se encontra [a prova do delito], mas para condenar basta o tamanho desse sumário. 'Onde está o crime aqui?' 'Mas, sim, parece que sim...' Assim conde-

INSS

Caixa retoma consignado com juros abaixo do teto de 1,97%

naram Lula", afirmou o religioso. Quando o entrevistador afirmou que Dilma foi cassada em 2016 por um "ato administrativo menor", o líder da Igreja Católica rebateu, afirmando que a ex-mandatária é "uma mulher de mãos limpas, uma mulher excelente". O Papa ainda citou o "fumus delicti", termo jurídico em latim para conceituar a comprovação de um crime por meio de indícios suficientes de autoria, e ainda disse que "às vezes, a fumaça do crime te leva ao fogo, outras vezes é uma fumaça que se perde porque não há fundamento". Por fim, quando o jornalista encerrou o assunto dizendo que "inocentes são condenados", o pontífice ressaltou que "no Brasil, isso aconteceu nos dois casos", referindo-se a Lula e a Dilma. Para ele, "os políticos têm a missão de desmascarar uma Justiça injusta". Dilma perdeu o mandato em 2016 em processo de impeachment que tramitou na Câmara dos Deputados e no Senado. Ambas as Casas consideraram que a então presidente cometeu crime de responsabilidade pelas chamadas "peladas fiscais", com a abertura de crédito orçamentário sem aval do Congresso.

Votação

Haddad: disputa no Congresso não vai afetar arcabouço fiscal

PÁGINA 2

PÁGINA 2

	INDICADORES																	
IBOVESPA: -1,77% / 101.882,20 / -1.831,25 / Volume: R\$ 26.644.309.086 / Negócios: 3.782.186 Bolsas no mundo Salário mínimo R\$ 1.302,00 IGP-M 0,05% (mar.)										0,05% (mar.)	EURO turismo							
Maiores Altas			Maiores Baixas				Mais Negocia	las			Fe	chamento %	Ufir	R\$ 3,7053	IPCA (5)	0,76% (mar.)	Compra: 5,5599	Venda: 5,7399
	Preço	% Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preç	o %	Oscil.	Dow Jones	33.274,15 +1,26	Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
COGNA ON ON NM	1.87	+2.75 +0.05	MRV ON NM	6.38	-7.13	-0.49	VALE ON NM	80.29	-1.87	-1.53	NASDAQ Composite	12.221,906 +1,74	(22/03)	13,75%	1,17	até o dia 31/mar.	Compra: 5,0798	Venda: 5,0804
ULTRAPAR ON NM	13.96	+2.35 +0.32	GRUPO SOMA ON NM	8.110	-7.00	-0.610	PETROBRAS PN N2	23.45	-2.17	-0.52	Euro STOXX 50	4.318,39 +0,70	Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
VIBRA ON NM	14.41	+1.55 +0.22	HAPVIDA ON NM	2.62	-6.43	-0.18	ITAUUNIBANCOPN EJ N	1 24.74	+0.49	+0.12	CAC 40	7.322,39 +0,81	(1°/4)	0,74%	BM&F/grama	R\$ 317,00	Compra: 5,0685	Venda: 5,0691
CCR SA ON NM	12.80	+2.81 +0.35	LOJAS RENNERON EJ NM	16.57	-6.07	-1.07	B3 ON EJ NM	10.35	-4.17	-0.45	FTSE 100	7.631,74 +0,15	TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
ECORODOVIAS ON NM	5.18	+1.37 +0.07	QUALICORP ON NM	3.68	-6.36	-0.25	AMBEV S/A ON	14.33	-3.31	-0.49	DAX 30	15.628,84 +0,69	(mar./23)	0,2392%	Compra: 5,4972	Venda: 5,4978	Compra: 5,0875	Venda: 5,2675

Mercados

Bolsa cai, quase zera ganhos da véspera e perde 2,9% em março

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em baixa nesta sexta-feira, no último pregão do primeiro trimestre. No final, o Ibovespa (Índice Bovespa) praticamente zerou os ganhos registrados no dia anterior, impulsionados pela divulgação das novas regras fiscais pelo governo.

O dólar caiu também por questões técnicas, já que o final do mês marca o fechamento da taxa Ptax, cotação calculada pelo BC (Banco Central) que serve de referência para a liquidação de contratos futuros. No fim de cada mês, agentes financeiros costumam tentar direcioná-la para níveis mais convenientes às suas posições, sejam elas compradas ou vendidas em dólar.

O Ibovespa fechou em baixa de 1,77%, a 101.882 pontos. Assim, o índice encerrou o mês de março com queda acumulada de 2,9%. O dólar comercial à vista encerrou o dia com queda de 0,54%, a R\$ 5,069. No mês, a moeda perdeu também quase 3% do seu valor em relação ao real.

No mercado de juros, as taxas voltaram a subir, após as quedas desta quinta. Nos contratos com vencimento em janeiro de 2024, os juros avançaram de 13,15% para 13,2%. Para janeiro de 2025, passou de 11,95% para 12,02%. No vencimento em janeiro de 2027, a taxa ficou mais perto da estabilidade, passando de 12,08% para 12,1%.

Entre as principais quedas do Ibovespa nesta sexta-feira ficaram as ações ordinárias do Grupo Soma (-7%) e de Lojas Renner (-6,07%). As ordinárias de Petz e Magazine Luiza caíram 5,2% e 3,78%, respectiva-

Em Nova York, o índice Dow Jones fechou esta sextafeira em alta de 1,26%. S&P 500 e Nasdaq avançaram 1,44% e 1,74%, respectivamente.

SERVIDORES

Governo envia projeto de lei de reajuste de 9%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O projeto de lei que concede aumento linear de 9% aos servidores públicos federais foi encaminhado ao Congresso Nacional nesta sexta-feira. A obrigação estava prevista no Orçamento de 2023.

A mensagem com o encaminhamento do projeto foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O envio marca a última etapa do acordo entre o governo e as entidades que representam os servidores, firmado na semana passada.

O projeto de lei deverá concessão do reajuste linear de 9% a todos os servidores,

sem alterar a dotação de R\$ 11,2 bilhões que estava prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a reposição de perdas salariais.

Em relação ao aumento de 43,6% no auxílio-alimentação, que passou de R\$ 458 para R\$ 658, o Ministério do Planejamento e Orçamento remanejou parte da verba para os gastos com pessoal para a rubrica benefícios, sem impacto no valor total destinado ao reajuste.

Pelo acordo, os servidores receberão 9% de reajuste salarial linear a partir de maio, com pagamento em 1º de junho. O envio do projeto de lei é ajustar o Orçamento para a necessário para atender às exigências da LOA e autorizar a concessão do aumento.

HADDAD

Disputa no Congresso não afetará regra fiscal

A tramitação do novo arcabouço fiscal no Congresso Nacional não deverá ser impactada pela atual disputa entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. De acordo com ele, a disputa gira em torno do rito de aprovação das medidas provisórias, e a nova âncora fiscal será apresentada como projeto de lei complementar.

"O problema que está acontecendo ali diz respeito às medidas provisórias. Isso aqui (o arcabouço fiscal) nós estamos falando de lei complementar; a reforma da tributária, emenda constitucional. Tudo isso tá fora do jogo. Outra coisa, nós podemos mandar leis com pedido de urgência constitucional, que também não há polêmica entre Câmara e Senado", disse em entrevista coletiva na tarde desta sexta-feira, na capital paulista.

O ministro acrescentou ainda que a "polêmica" no Congresso ocorre em relação às medidas provisórias datadas a partir de janeiro de 2023. "As medidas provisórias do governo anterior então equacionadas do ponto de vista de rito, e o que é lei complementar, projeto de lei, e emenda constitucional, também está resolvido."

Haddad, que se reuniu hoje com lideranças da indústria e do ramo financeiro, afirmou que a recepção por parte dos setores, sobre o novo arcabouço, tem sido positiva. Ele voltou a dizer que a apresentação das novas regras fiscais é o começo da recuperação das contas públicas.

"Acho que é receptividade foi muito boa em relação ao que foi apresentado ontem. Há alguns detalhes que vão ter que ser equacionados no tempo, que vão ser apresentados.

Desemprego volta a crescer e fica em 8,6% em fevereiro

epois de seis trimestres de queda, a taxa de desemprego voltou a crescer no país, fechando o trimestre encerrado em fevereiro em 8,6%. Ao todo, são 483 mil desempregados a mais do que no trimestre encerrado em novembro de 2022.

Embora o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica) avalie que ainda não é possível identificar os efeitos da desaceleração econômica no indicador, o mercado espera que o desemprego continue em alta nos próximos trimestres, com a piora da conjuntura.

Apesar do aumento na comparação trimestral, a taxa de fevereiro é a mais baixa para o período desde 2015. Em relação ao mesmo período de 2022, quando a taxa estava em 11,2%, houve queda

de 2,8 milhões de pessoas no contingente de desempregados.

A coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, destacou que o crescimento do desemprego é normal no início do ano, com o fim de contratos temporários no fim do ano. Em 2022, houve crescimento, mas considerado um ponto fora da curva.

"Todos os trimestres móveis encerrados em fevereiro são marcados pela expansão da desocupação, com exceção de 2022", diz ela. "Voltar a ter crescimento da desocupação nesse período pode sinalizar o retorno à sazonalidade característica do mercado de trabalho."

Segundo o IBGE, o Brasil teve 9,2 milhões de desocupados no trimestre encerrado em fevereiro. O número representa um crescimento de 5,5%, ou 483 mil pessoas, em relação ao trimestre anterior. O número de ocupados caiu em 1,6 milhão de pessoas, para 98,1 milhões.

Entre as categorias que mais perderam postos de trabalho, estão o empregado sem carteira no setor público (-14,6%), o empregado sem carteira assinada no setor privado (-2,6%) e o trabalhador por conta própria com CNPJ (-4,8%).

Beringuy diz que a perda de postos de trabalho na administração pública também é natural nesta época do ano, com o fim de contratos temporários para a contratação de profissionais de saúde e educação por prefeituras.

"É possível observar, ao longo da série histórica, que no início de cada ano, há dispensa especialmente dos trabalhadores sem

carteira contratados pela administração pública de forma temporária." Foram 471 mil postos fechados nesta categoria durante o

O número de empregados com carteira assinada no setor privado ficou estável após seis trimestres consecutivos de crescimento significativo. Restrito às movimentações do mês de fevereiro, o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) viu a criação de 241 mil va-

"Estamos saindo de um período muito turbinado em termos de mercado de trabalho, que foi o ano de 2022", ressalta Beringuy, que evitou comentar potenciais efeitos da queda da atividade no indicador, dizendo apenas que "o mercado de trabalho não está imune à conjuntura".

REGIONALIZAÇÃO

Decreto deve retirar trava para PPPs de saneamento e estender prazo

O governo federal deve retirar o limite de 25% dos contratos no setor de saneamento para PPPs (Pareceria Público-Privada). A mudança está prevista na minuta de decreto que deve ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**), alterando o marco que regula o setor.

A trava foi criada durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), em 2021, e deixará de existir a partir da publicação do novo texto.

As alterações foram negociadas pelos Ministérios das Cidades e da Casa Civil com representantes de empresas privadas, municipais e estaduais.

O novo decreto também beneficiará empresas que mantêm contrato com mais de 1.100 ci-

Essas empresas ainda não conseguiram comprovar capacidade técnica e financeira para realizar investimentos ou são empresas municipais de saneamento que não se regionalizaram -a regionalização permite que elas recebam financiamen-

O prazo para a regionalização se encerra nesta sexta-feira e deverá ser prorrogado para o

A regionalização é a junção de diversas cidades em um contrato só, o que aumenta a escala do serviço e permite uma espécie de subsídio cruzado, com contratos mais lucrativos compensando as perdas em cidades onde não é tão viável economicamente investir

em saneamento básico.

As mudanças serão todas feitas por decreto e o governo prevê que não serão necessárias outras mudanças via projeto de lei.

No caso da falta de plano técnico e financeiro, as empresas deverão ter até 2024 para apresentar as comprovações necessárias e, assim, manter seus contratos de prestação de serviço.

A exigência de comprovação de capacidade técnica e financeira visa garantir que as companhias públicas tenham condições de investir na expansão do saneamento básico. O governo federal tem a meta de universalizar o acesso até 2033.

A universalização consiste em fornecer água para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%. A meta foi definida na aprovação do novo marco do saneamento, em

O governo ainda

avalia uma mudança

nas regras de saneamento que poderá beneficiar empresas estaduais na prestação direta de serviços no setor.

Uma ala dos técnicos da equipe de Lula defende que, no caso de uma microrregião, o estado e o município podem ser considerados titulares do serviço. Por isso, poderia haver brecha para que empresas estaduais prestem serviços sem licitação -como prestador direto.

A mudança nas regras dará novo fôlego à Embasa, estatal de água e saneamento da Bahia, estado governado por Jerônimo Rodrigues (PT), aliado do ministro da Casa Civil Rui Costa.

A estatal baiana está com o contrato programa com o município de Salvador vencido, criando uma relação precária entre as partes. Sem contrapartidas, a prefeitura suspendeu o pagamento das contas de água dos órgãos municipais.

A Embasa busca uma solução institucional para se manter como a responsável pelo fornecimento de água e pelo saneamento na capital baiana, sem ter que enfrentar uma licitação com a concorrência de empresas pri-

Salvador representa cerca de 35% da receita bruta da empresa e a avaliação é que, sem sua principal cliente, a estatal perderia valor.

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e o prefeito de Salvador Bruno Reis (União Brasil) devem se reunir nas próximas semanas para buscar uma solução de consenso.

A Folha de S.Paulo apurou que o governo da Bahia ofereceu R\$ 300 milhões para a prefeitura pela renovação do contrato, mais investimentos diretos na infraestrutura de água e saneamento.

A prefeitura, contudo, tem defendido a criação de uma subsidiária para gerir a concessão dos serviços de água e saneamento de Salvador, na qual ocuparia diretorias e teria uma participação de ao menos 15%.

Caixa retoma empréstimo consignado com juros abaixo do teto de 1,97%

A Caixa Econômica Federal retomou nesta sexta-feira o empréstimo consignado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). O banco aguardava a publicação com orientações sobre a aplicação do novo limite da taxa de juros para 1,97% no Diário Oficial da União, o que ocorreu nesta sexta-feira.

Na últim quinta-feira, Ministério da Previdência e INSS já haviam oficializado o novo limite. A estatal irá operar com juros de 1,87% ao mês, sendo o único entre 12 bancos procurados pela reportagem a oferecer crédito reunião do CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) na última terca-feira.

A Caixa, assim como outros bancos, havia anunciado a suspensão do consignado no último 16 de março, após o CNPS reduzir a taxa de 2,14% para 1,7%.

Após muitas discussões, o CNPS aprovou a elevação do limite para 1,97%. A decisão foi aprovada por 11 integrantes, teve três abstenções (todos de entidades ligadas aos bancos) e um voto contrário (do Sindicato

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

abaixo do limite aprovado em Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos).

> Procurados pela reportagem, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander, C6, Mercantil, Pag-Bank, Daycoval e Pan divulgaram que retomaram o consignado do INSS. O Banrisul não suspendeu o serviço e continua oferecendo o consignado. Já o BMG disse que não irá divulgar se retomou o empréstimo.

Além da Caixa, apenas Itaú, Bradesco, C6 e Mercantil divulgaram as taxas de juros que estão operando, mas todos estão a 1,97%.

HAROLDO PAULINO - Diagramação

No cartão de crédito e de benefícios, os bancos divulgaram que a taxa de juros é de 2,89% ao mês, seguindo o limite estipulado pelo CNPS.

Se um aposentado que recebe um salário mínimo do INSS (hoje, R\$ 1.302) pegar R\$ 1.000 emprestados em consignado por 1,97% ao mês, por exemplo, vai pagar 84 parcelas de R\$ 24,45. Pela taxa anterior, de 1,7%, cada prestação neste exemplo seria de R\$ 22,45. Os cálculos foram feitos pela Anefac (Associação Nacional de Executivos), a pedido da Folha de S.Paulo.

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899

São Paulo

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor FELIPE SOARES - Diretor

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br **ASSOCIAÇÃO**



Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro 99539-3634-Vivo

Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar - CNPJ: 33.229.410/0001-68

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Relatório de Diretoria 2022: Srs. Acionistas, a Diretoria da Companhia, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022. A frequência de turistas em 2022 apresentou um aumento de 195,3% em relação ao ano anterior. Desempenho das receitas: apresentaram aumento de 145,3%, devido ao maior número de visitantes e maior realização de eventos. Custos e Serviços Prestados: Os custos dos serviços prestados apresentaram um aumento de 16,2% em relação a 2021. Despesas gerais e administrativas aumentaram em 46,7% em comparação ao ano de 2021. IR e CS: Neste ano a Cia. calculou o I.R. e CS. no regime de tributação do Lucro Real. Lucro Líquido: O Lúcro Líquido realizado foi no valor de R\$ 58,9 milhões. Rio de Janeiro, 29 de março de 2023. A Diretoria.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro									
	Nota				lidado				
		2022	2021	2022	2021				
Ativo		225.842	115.351	228.743	118.983				
Circulante		103.481	24.232	123.561	29.476				
Caixa e equivalentes de caixa	6	86.251	13.334	103.917	15.497				
Contas a receber	7	9.631	4.598						
Estoques	*:	1.310	839	1.310	840				
Despesas Antecipadas		335	-	335	010				
Impostos a recuperar	8	2.746	4.344		5.701				
Adiantamento a fornecedores	9	3.097	569		569				
Outros ativos	3	111	17070						
Não Circulante		122.361	91.119	105.182	89.507				
Realizável a LP	40	115.664	80.039		75.134				
IR/CSLL Diferidos	10	5	1.594		1.643				
Impostos a recuperar	8	2.226	7	2.416					
Partes Relacionadas	11		1.401		1.401				
Depósitos judiciais	22	1.244			1.473				
Aplicações financeiras	12	3.227	6.730	6.568	9.856				
N %		6.697	11.080	10.271	14.373				
Investimentos	4	21.129	5.437	-	100				
Ativo de Direito de Uso	13	1.632		1.632	10-				
Imobilizado	14	90.994	74.172		74.704				
Intangível	15	1.873	394		394				
Comodato		36	36		36				
Passivo				228.743					
Circulante		25.950	18.270	28.650	21.816				
Fornecedores	16	3.993	1.037	4.019	1.050				
Salários e férias a pagar	10	3.643	3.284						
	17	2.229							
Impostos a recolher			1.626						
Empréstimos e Financiamentos	18	6.854		6.854					
Instrumentos financeiros derivativos	18	(3.758)			451				
Debêntures	19	8.715		8.715	52				
Passivo de arrendamento	13	717		717					
Dividendos e participações	20	139	935		935				
Receita Diferida	21	1.038	-	1.638					
Outros passivos		2.380			7.680				
Não Circulante		102.094	26.597	102.296	26.683				
Tributos em discussão judicial		694	627	736	671				
Receita Diferida	21	100		250	10				
Passivo de arrendamento	13	1.211	-	1.211					
Empréstimos e Financiamentos	18	8.430	24.770		24,770				
Debêntures	19	87.996							
IR/CSLL Diferidos	9	2.523	200	2.523	33				
Provisão para contingências	22	1.104	1.164		1.206				
Comodato	22	36			36				
					48.499				
Total do passivo	22	128.044		130.946					
Patrimônio líquido	23	97.798		97.798	70.484				
Capital social	w •	64.231	64.231						
Adiantamento para futuro aumento de	capital		5		5				
Reserva legal		7.334	4.360						
Reserva de Lucros		4.842	(2.251)						
Reserva de contingência		1.311	1.311	1.311	1.311				
Outros Resultados Abrangentes		4.132	23		23				
Dividendos Adicionais Propostos		15.948	2.805		2.805				

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 1.1 Contexto operacional: A Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar (a "Cia." ou "CCAPA") sediada na Av. Pasteur, nº 520, Urca, RJ, Brasil desde janeiro de 1911, é uma S.A. de capital fechado nacional, assim como a Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda. (a "PATUR"), sua controlada integral. A Cia. e sua controlada (conjuntamente "Grupo") tem por objetivo a exploração comercial de Parques Turísticos, sendo responsável pela operação do Parque Bondinho Pão de Açúcar, e atua ainda prestando serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia. Em 21.09.2021, foi aprovado pelos acionistas a reorganização societária através da constituição da S.A. fechada denominada Iter Participações ("ITER"), tendo por objeto a participação em outras sociedades como sócia, acionista, quotista ou sob qualquer outra forma jurídica. Em 24.09.2021, os acionistas da Cia. aprovaram o aumento do capital social da Cia. no montante de R\$ 43.417, mediante a capitalização do saldo da reserva de manutenção e reposição dos lucros retidos para investimentos futuros, nos termos do Art. 169 da Lei das S.A., passando o capital social de R\$ 20.814 para R\$ 64.231. Após a conclusão da reorganização societária, a ITER tornou-se a holding do grupo, passando a deter 75% da participação acionária total da Cia. e 100% do seu capital votante. A emissão dessas DFs foi autorizada pela administração da Cia. em 28 de março de 2023. **1.2 Base de preparação:** As DFs foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração da sua gestão As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas DFs estão apresentadas na Nota 3.1. As DFs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de DFs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Cia, no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 2. a) DFs individuais: As DFs individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comité de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as DFs consolidadas. b) DFs consolidadas: As DFs consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **1.3 Consolidação:** A Cia. consolida todas as entidades sobre as quais detém ò controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A empresa controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 1.1 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das DFs consolidadas estão descritas na Nota 4. 1.4 Principais eventos ocorridos durante o exercí cio de 2022: a) Emissão de debêntures: Em 25 de fevereiro de 2022, a Cia, realizou a 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 100.000, com esforço restrito de acordo com a ICVM 476/09 (revogada pela Resolução 160/22), coordenadas pelos Bancos Itaú BBA e UBS BB, com prazo de 5 anos, carência de 18 meses para amortização do principa e com custo de CDI + 4% ao ano. Os efeitos da emissão estão divulgados na Nota 19 b) PERSE -Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos: A CCAPA e sua controlada estão usufruindo do benefício fiscal instituído pela Lei 14.148/21 através do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE, desde 18 de março de 2022. Esse benefício consiste em medidas para reduzir as perdas no setor turismo e eventos oriundos do estado de calamidade pública devido a Pandemia de COVID-19.Conforme o art. 4º da Lei 14.148/21 as empresas que aderem ao PERSE têm o benefício de alíquota de 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses para o IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e a COFINS para receitas auferidas dentro dos CNAEs relacionados na Portaria ME nº 11.266, de 29.12.2022. Os efeitos do PERSE são divulgados na Nota 29. 2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para ascircunstâncias. 2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. a) Vida útil dos ativos intangiveis: A CCAPA completou, em 2022, o desenvolvimento de um software utilizado para analisar os processos de negócios pela divisão de consultoria de TI. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil deste software é de R\$722 (2021 - zero). A CCAPA estima a vida útil do software como sendo de, no mínimo, cinco anos, com base na obsolescência técnica estimada de tais ativos. Contudo, a vida útil real pode ser diferente de cinco anos. a depender das inovações técnicas e das ações de concorrentes. b) Perda (impairment) de ativos financeiros: As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. C Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1b). c) IR e C.S.: A Cia. reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. d) Revisão de vida útil e recuperação do ativo imobilizado: A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Cia. é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. 2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis: a) Determinação do prazo de arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação. As opções de prorrogação são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). 3 Gestão de risco financeiro: 3.1 Fatores de risco financeiro: A Cia. realiza transações com instrumentos financeiros e estes instrumentos são administrados através de estratégias e controles internos, buscando ter os recursos necessários para Administração no dia a dia, a geração de resultados e gestão dos riscos financeiros. Nossas políticas de controle são periodicamente monitoradas e não são utilizados investimentos e instrumentos derivativos com intuito especulativo. Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Cia. foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de avaliação adequadas. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para desenvolver a estimativa do valor de realização mais adequada. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo adminis-

Risco		Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
	Caixa e equiva- lentes de caixa, contas a receber de clientes, instru- mentos financeiros derivativos	Análise de vencimento. Ava- liação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings. Orientações de investimento en instrumentos de dívida
	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito dispo níveis

a) Risco Cambial: A Cia. não possui risco relevante de variação cambial tanto para os	
anos de 2022 e 2021. Os empréstimos em moeda estrangeira são na modalidade da	
Resolução 4131 e foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os	
derivativos, configurando-se como operação casada de modo que economicamente a	
resultante seja uma dívida pré-fixada em Reais. b) Risco de Crédito: O risco de crédito	

Demonstrações das mutações do patrim	onio iiqu	ildo Ex	ercicios	findos em 31	de dezembro (£	<u>т мк\$, ехс</u>	eto guan	do indicado ei	n contrari	2)
2 8 9						Dividen-	Reser-	Outros	Lucros	Total do
	Capital		Reser-	Reserva de	Reserva de	dos a	va de	resultados	Acumu-	patrimônio
(Em MR\$)	Social	AFAC	valegal	manutenção	contingências	distribuir	Lucros	abrangentes	lados	líquido
Saldos em 31/12/20	20.814	5	4.162	16.192	1.311	1.714	44.972		(2.251)	86.920
Aumento de Capital com Reserva de Manutenção	16.192	-	-	(16.192)		-	-			-
Aumento de Capital com Reserva de Lucros	27.225	8	-		-	-	(27.225)	3-3	i o	=
Lucro do exercício	(3)			=	-	-	8 6	3.5	3.937	3.937
Reserva Legal	-		198	-	-	-	-		(198)	-
Outros resultados abrangentes	-		-	-	-	-	-	23	2 2	23
Dividendos adicionais propostos do exercício de 2020	170	-			(-	(1.714)	-			(1.714)
Dividendos				=	-	. 9 2	-	197	(935)	(935)
Dividendos adicionais propostos do exercício de 2021							(17.746)			(17.746)
Retenção de lucros para pagamento de dividendos	-		-			554	<u> </u>		(554)	<u> </u>
Saldos em 31/12/21	64.231	5	4.360		1.311	554		23		70.484
Baixa adiantamento aumento capital		(5)	-	-	-	-			-	(5)
Dividendos			3.7	=	-	(262)	=			(262)
Lucro do exercício	7-1	-						100	59.472	59.472
Reserva Legal	-		2.974			-	-		(2.974)	-
Outros resultados abrangentes	170	-	-	-	-	-	-	4.109	2 <u>2</u>	4.109
Dividendos antecipados 2022			3.7	=	-	-	75		(36.000)	(36.000)
Dividendos adicionais propostos 2022			0.00	=	-	15.656			(15.656)	W 2
Destinação resultado para reserva lucros	-						4.842		(4.842)	
Saldos em 31/12/22	64.231		7.334		1.311	15.948	4.842	4.132		97.798
As	notas exp	olicativa	is da adm	ninistração são	parte integrante	das DFs.				
Demonstrações do resulta	42 -41	Demonstrações dos fluxos de caixa								

Demonstraço	Nota			Consc	olidado
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	24	120.844	48.791	141.679	57.758
Custo dos serviços prestados	25	(33.405)	(28.567)	(34.486)	(29.675)
ucro bruto		87.439	20.224	107.193	28.083
Despesas com vendas	27	(4.689)		(4.689)	
Despesas gerais e administrativas	26	(29.282)	(21.418)	(32.552)	(22.895)
Outras receitas (despesas) operacionais				18 A	§2 §
guidas		16	280	(323)	565
lesultado de equivalência patrimonial	4	16.471	4.587	<u>_</u>	-
ucro operacional		69.955	1.711	69.629	3.790
eceitas financeiras		12.320	2.217	13.858	2.519
espesas financeiras		(15.631)	(383)	(15.707)	(467)
esultado financeiro	28	(3.311)	1.834	(1.849)	2.052
ucro antes dos impostos		66.644	3.545		5.842
ReC.S.	29	(7.172)	393	(8.308)	(1.904)
ucro liquido do exercício		59.472	3.937	59.472	3.937
Demonstrações do	result	ado abra	ngente		
Co	ontrola	dora	(Consolida	ado

ucro liquido do exercício		59.4/2	3.937	59.472	3.937				
Demonstraç	ões do resul	tado abrang	ente						
92	Control	Controladora Consolic							
97	2022	2021	2022		2021				
ucro liquido do exercício	59.472	3.937	59.4	172	3.937				
Outros resultados abrangentes _	4.132	23	4.	132	23				
Resultado abrandente total	63 604	3 960	63 (604	3 960				

decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente e são aceitos somente titulos de entidades classificadas com rating mínimo "A" determinado pela S&P ou ratings similares de outras agências. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes de bilhetes são liquidadas em dinheiro ou através de PIX ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. As vendas para clientes corporativos, tais como agências de viagens, locatários e produtores de eventos são avaliadas pela área financeira, que verifica a qualidade de crédito de cada cliente, levando em consideração a sua posição financeira. Desta forma, não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Impairment de ativos financeiros: Os sequintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: . contas a receber de clientes decorrente de serviços deprestados de locação; e . ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos as exigências de impairment do CPC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi imaterial. c) Risco de Liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada em todas as empresas do Grupo e agregada pela Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo, que investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e TVM, escolhendo instrumentos com vencimentos apropria-dos ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha fundos de curto prazo de R\$103.741 e outros ativos líquidos de R\$176, que tornam-se caixa imediatamente, caso necessário, mitigando o risco deliquidez. Os valores apresentados abaixo são brutos sem descontos e incluem projeções de juros. A tabela abaixo apresenta os

rincipais passivos financeiros en	Controladora								
	4.	2022							
	Sem venci- mento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total					
ornecedores	3.993	-	-	3.993					
mpréstimos e Financiamentos	-	6.854	8.430	15.284					
ebêntures		8.715	87.996	96.711					
	3.993	15.569	96.426	115.988					
	Consolidado								
	(A)	2022							
	Sem venci- mento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total					
ornecedores	4.019	2		4.019					
mpréstimos e Financiamentos	5 7	6.854	8.430	15.284					
ebêntures		8.715	87.996	96.711					
	4.019	15.569	96.426	116.014					

3.2 Gestão de capital: Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e beneficios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Cia. monitora o capital com base na disponibilidade de caixa e dependendo das necessidades de caixa para continuidade do programa de investimentos e manutenção das suas operações, e pode se utilizar de novas linhas de financiamento de acordo com as políticas e aprovação do Conselho de Administração. A empresa possui uma dívida bruta de R\$ 108.237 (R\$ 29.008 em 31 de dezembro

Ativo

Nível 1

Demonstrações des flu	voo de ee	lvo		
<u>Demonstrações dos flu</u>		ladora	Conso	lidada
Fluxos de caixa das atividades operacionais		2021	2022	2021
		and the state of t	59.472	3.937
Lucro do exercício Ajustes por:	59.472	3.937	39.41Z	3.937
	5 622	4.921	E 770	E 003
Depreciação e amortização	5.622		5.778	5.093
Equivalência Patrimonial em Controlada	(16.471)	(4.587)		
Outros Resultados Abrangentes	4.109		4.109	
Amortizações IFRS 16	474	:5	474	
Juros IFRS 16	363		363	
Ajuste marcação a mercado	(4.208)	17	(4.208)	
Imposto Diferido	4.117		4.166	
Baixa de ativos imobilizado/intangível	95	500	95	500
Provisão para contingências	146	(147)	114	(211)
Perdas estimadas de crédito de liquidação				
duvidosa	99	1.00	1.173	
Variação cambial empréstimo	(2.331)	-	(2.331)	
Juros sobre debêntures	13.562		13.562	
Juros sobre empréstimos	862	500	862	
Lucro ajustado	65.911	4.624		9.319
Variações nos ativos e passivos	05.511	4.024	00.020	0.010
	/E 122\	(2.464)	(0.127)	(2.202)
Aumento em contas a receber	(5.132)	(2.164)		(2.202)
Aumento em Estoque	(470)	(186)		(185
Aumento em Impostos a Recuperar	(627)	(700)		
Aumento em Adiantamento a fornecedores	(2.528)	(499)		(499)
Aumento em Despesas Antecipadas	(335)		(335)	
(Aumento)/Redução em outros ativos	437	(256)		(934)
(Aumento)/Redução em Depósitos judiciais	111	(30)		(25)
Aumento/Redução em Partes Relacionadas	1.401	- 7	1.401	
(Aumento)/Redução em Aplicações				
Financeiras a LP	3.504	(3.013)	3.289	(6.139)
Redução em Dividendos e participações	(796)	_	(762)	
Aumento/(Redução) em fornecedores	2.957	(768)	2.969	(785)
Aumento/(Redução) em Salários e férias a		1		
pagar	359	2.202	556	2.205
Aumento/(Redução) em impostos a recolher	603	630		2.608
Aumento/(Redução) em outros passivos	(4.319)			(2.054
Aumento/(Redução) em receita Diferida	1.138	(2.770)	1.888	(2.004)
	1.150		1.000	
Aumento/(Redução) em tributos em discussão	00	05	04	400
judicial	63	95	61	100
Juros de empréstimos pagos	(926)	- 1	(926)	
Juros de debentures pagos	(13.296)		(13.296)	
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades				
operacionais	48.055	(2.510)	64.337	(275)
Fluxos de caixa das atividades de investimer				
Dividendos de controlada	779	5.691	0.7	5.691
Adições de ativo imobilizado/intangível	(23.831)	(8.538)	(23.831)	(8.634)
Instrumento financeiro	7.0	456	117	456
Contrato de mútuo	_	(1.401)	-	(1.401)
Caixa líquido usado nas atividades de		25 - 55		101
investimento	(23.052)	(3.792)	(23.831)	(3.888)
Fluxos de caixa das atividades de financiame				
Empréstimos e financiamentos	-	29.031		29.031
Amortização de empréstimo e financiamentos	(11.329)		(11.329)	
Dividendos e participações			(37.197)	(25.750)
Captação de Debentures	100.000	(20.000)	100.000	(23.133)
Custo de transação debêntures	(3.555)	100	(3.555)	
AFACI	(5)		(5)	
Caixa líquido proveniente das atividades de	47.044	0.000	47.044	2 070
financiamento	47.914	0.963	47.914	3.272
(Redução)/ Aumento do caixa e equivalentes		0 000	00 100	/00 **
de caixa no exercício	72.917	2.662	88.420	(891)
Demonstração da variação do caixa e				
equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do				
exercício	13.334	10.672	15.497	16.388
Caixa e equivalentes de caixa no fim do				
exercício	86.251	13.334	103.917	15.497
de 2022). A tabela abaixo apresenta os atuais	covenants	s contratu	iais das l	nhas de
financiamento:		120		- 2022

	illiandamento.	
•		Controladora - 2022
	EBITDA realizado (R\$/mil)	82.620
	Dívida Bruta (R\$/mil) (1)	108.237
ē	Caixa (R\$/mil) (2)	86.251
	Dívida Líguida (R\$/mil)	21.986
3	Dívida Líguida/ÈBITDÁ	0.29 x
	Covenants	
	Caixa Mínimo	10.000
	Limite dívida líquida/EBITDA - Debêntures	1.75 x
	Limite dívida líquida/EBITDA - Itaú e Banco do Brasil	2.00 x
1	(1) Considera empréstimos do Itaú. Banco do Brasil e as D	ebêntures: (2) Considera

apenas o caixa da CCAPA. 3.3 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valorcontábil menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue

Nível 2

Nível 3

Controladora

Nível 1

Saldo Total

Caixa e equivalentes de caixa	· -	00.201	2	- 00.251	-	13.334		- 13.334
Aplicações financeiras	-	3.227	3	3.227	-	6.730		- 6.730
Instrumentos financeiros derivativos	0.00	250000000000000000000000000000000000000		-	-	-		-
Contas a receber	-	9.631		9.631	-	4.598		- 4.598
Empréstimos com Partes Relacionadas	-	5-82-50	9		-	1.401		- 1.401
Total Ativo		99.109		99.109	-	26.063		- 26.063
Passivo		0.0000000000000000000000000000000000000						
Empréstimos e Financiamentos	0.00	15.284	9	15.284	-	29.008		- 29.008
Instrumentos financeiros derivativos	-	(3.758)		(3.758)	-	451		- 451
Fornecedores	0.20	3.993		- 3.993	(<u>4</u>)	1.037		- 1.037
Total do passivo		15.519		- 15.519	-	30.496		- 30.496
, rotal do passivo		10.010		Consoli	idado	00.100		00.100
	5 5	202	2	00110011	dado	202	1	
Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Caixa e equivalentes de caixa		103.917		103.917		15.497		- 15.497
Aplicações financeiras	0.0	6.568	9	- 6.568	-	9.857		9.857
Instrumentos financeiros derivativos	72	5/4/72			-	-		
Contas a receber	_	11.916		- 11.916	_	4.952		4.952
Empréstimos com Partes Relacionadas		10.000			(±)	1.401		- 1.401
Total Ativo		122,401		122.401		31.707		- 31.706
Passivo		122.101				01.707		01.1700
Empréstimos e Financiamentos	72	15.284	3	15.284	-	29.008		- 29.008
Instrumentos financeiros derivativos		(3.758)		- (3.758)	_	451		- 451
r Fornecedores	2	4.019		4.019	_	1.050		- 1.050
Total do passivo		15.545		15.545		30.509		30.508
Total do passivo		10.040		10.040		30.303		30.300

• Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: • O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: A Administração entende que os valores justos não diferem de forma relevante de seus valores contábeis dado as características e prazos dos seus ativos e passivos financeiros.

4 Investimentos: a) Movimentação dos investimentos			(ii) Demonstração do resultado sin	tética		12222	
	Controla	dora	PATUR			2022	2021
s Forman and an order	2022	2021	Receita operacional líquida			20.835	8.967
Em 1º de Janeiro	5.437	6.070	Lucro antes dos impostos			17.607	6.884
Dividendos recebidos da controlada	(782)	(5.691)	IR e C.S.			(1.134)	(2.297)
Dividendos a receber da controlada	(/	471	Lucro líquido do exercício			16.473	4.587
Resultado da Equivalência Patrimonial	16.471	4.587	(iii) Demonstração dos fluxos de ca	aixa sintética		0.00	7.7
Em 31 de Dezembro	21.129	5.437				2022	2021
Controlada – PATUR	21.123	5.451	Caixa líquido gerado das atividades o	operacionais		16.250	2.232
Participação Acionária	2022	2021	Caixa líquido usado nas atividades d		1		(95)
CCAPA	100,00%	100,00%	Caixa líquido proveniente das ativida			(748)	(5.691)
	100,00%	100,00%	Aumento (redução) líquido de caixa e			15.502	(3.554)
Total Participação Acionária			Caixa e equivalentes de caixa no inío			2.162	5.716
A Cia. possui 100% de participação societária na controlado			Caixa e equivalentes de caixa no fim		,	17.665	2.162
cebimento de dividendos antecipados em 2022 (R\$ 3.806 e			5 Instrumentos financeiros por cat			17.003	2.102
informações financeiras: O quadro abaixo apresenta um		ntormações	5 mstrumentos imanceiros por cat				9.9.
financeiras das controlada. (i) Balanço Patrimonial Sintéti		2220		Controla		Consolid	
PATUR	2022	2021	Ativos financeiros	2022	2021	2022	2021
Circulante	988998900	00000000	Ativos ao custo amortizado				
Ativo	20.271	5.243	Caixa e equivalentes de caixa	86.251	13.334	103.917	15.497
Passivo	(2.700)		Aplicações financeiras	3.227	6.730	6.568	9.856
Ativo circulante líquido	17.571	1.698					
Não Circulante			Contas a receber de clientes	9.631	4.598	11.916	4.952
Ativo	3.760	3.826	Outros créditos	111	548	111	1.917
Passivo	(202)	(87)	Derivativos				
Ativo não circulante líquido	3.558		Ao valor justo	3.758	(451)	3.758	(451)
Patrimônio líquido	21.129		TO THE PROPERTY OF THE PROPERT	102.978	24.760	126.270	31.771

e 30% para o contrato com o Banco do Brasil. Os valores contábeis dos empréstimos 🛮 decorrentes de interposição de recursos, realizados em juízo pela Cia., conforme de-

Consolidado 23 Patrimônio Líquido: a) Capital Social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é de R\$ 64.231 representado por ações ordinárias e ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 24.09.2021, os acionistas da Cia. aprovaram o aumento do capital social da Cia. no montante de R\$ 43.316, mediante a capitalização do saldo da reserva de manutenção

Controladora 4 6 1 64.231 64.231 39.900 39,900 13.300

b) Reserva Legal: Trata-se de reserva estatutária composta da retenção de 5% do ucro líquido do exercício, com valor máximo estabelecido de 20% do capital social. c) Reserva de Contingência: Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidadé de absorver os impactos financeiros negativos decorrentes de processos judiciais em que a Cia. figure como ré. d) Reserva de Investimentos: Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidade de viabilizar os investimentos para renovação do Parque e) Dividendos: Estatutariamente, a Cia, deve destinar como dividendos mínimos 25% do lucro líquido, ainda que seja na forma de juros sobre capital próprio. Estes dividendos mínimos são transferidos para o passivo. Adicionalmente, é possível destinar resultado superior aos 25%, que permanecem registrados no patrimônio líquido até que sejam aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

		ZUZZ
Lucro do exercício	15100007	59.472
Reserva Legal	5%	(2.974)
Lucro Líquido ajustado	PA-549 005	56.498
Dividendo obrigatório	25%	(14.124)
Saldo de lucro a destinar	0.000.000.000.00	42.374
Antecipação de dividendos (i)		(36.000)
Dividendos adicionais propostos		(1.532)
Saldo de lucro retido - reserva de investimentos	-	(4.842)
		(42.374)
(i) Dividendos antecipados em novembro de 2022. Em 202	22 foram pagos	dividendos

24 Receita operacional líquida: A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentadas nas demonstrações de resultados é a seguinte:

Controladora Consolidado

	COLLIGO	aaora	0011301	Iddudo
	2022	2021	2022	2021
Receita Operacional Bruta				
Receita com prestação de serviço	128.087	53.349	149.626	63.327
Deduções				
Imposto sobre Prestações de Serviços (i)	(7.243)	(4.558)	(7.947)	(5.569)
Receita operacional líquida				***************************************
	420 044	40 704		

instituído pela Lei 14.148/21 através do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Vide efeitos do benefício na nota 29. 25 Custo dos serviços prestados: O aumento dos custos de serviços prestados consolidado de 2021 para 2022 está relacionado com o incremento da estrutura organizacional de pessoal e nos gastos de utilidades e serviços, em virtude principalmente do aumento da visitação ao

	2022	2021	2022	2021	
Custos com pessoal	16.790	14.971	17.548	15.697	
Custos de serviços prestados	2.867	1.609	2.986	1.708	
Custos de depreciação e amortização	4.101	3.650	4.246	3.823	
Custos gerais e administrativos	572	414	575	414	
Custos com utilidades e serviços	9.036	7.605	9.092	7.715	
Custos com impostos e taxas	39	317	39	317	
	22 40E	20 EC7	24 400	20 675	

consolidado de 2021 para 2022 está relacionado com os gastos de pessoal e utilidades e serviços, em virtude principalmente do aumento de visitação ao parque. Seguindo o critério de rateio adotado internamente para alocação dos gastos da empresa, a controladora recebeu de sua controlada uma taxa administrativa no total de 1,23 % das

2022 2021 2022 2021	1	acoposas.	Control	adora	Consol	idado
Despesas de serviços prestados 7.015 5.487 7.473 5.822 Despesas com Perdas de Clientes 374 - 1.448 Despesas de depreciação e amortização 1.995 1.271 2.006 1.278 Despesas gerais e administrativos 2.028 755 2.029 832 Despesas com utilidades e serviços 4.325 3.758 4.870 3.955 Despesas com impostos e taxas 262 99 262 778 29.282 21.418 32.552 22.895 Controladora Consolidado 2022 2021 2022 2021 Despesas com propaganda e marketing 3.982 1.865 3.982 1.905 Outras despesas com vendas 7.015 5.487 7.473 5.822 Despesas de depreciação e amortização 1.995 3.758 4.870 3.955 Despesas com utilidades e serviços 4.325 3.758 4.870 3.955 Despesas com vendas 2022 2021 2022 2021 Outras despesas com vendas 7.07 9.8 4.689 1.963 4.689 2.003 Despesas Financeiras 2022 2021 2022 2021 Outras despesas com vendas 1.106 1.106 1.106 1.106 Outras despesas com vendas 1.106	3					2021
Despesas com Perdas de Clientes 374)				14.464	
Despesas com Perdas de Clientes 374	6	Despesas de serviços prestados	7.015	5.487	7.473	5.822
Despesas gerais e administrativos 2.028 755 2.029 832 Despesas com utilidades e serviços 4.325 3.758 4.870 3.955 Despesas com impostos e taxas 262 99 262 778 27 Despesas com vendas 2022 2021 2022 2021 Despesas com propaganda e marketing 3.982 1.865 3.982 1.905 Outras despesas com vendas 707 98 707 98 28 Resultado Financeiro Controladora Consolidado Participa	1		374	1	1.448	
Despesas com utilidades e serviços 4.325 3.758 4.870 3.955 262 778 262 778 262 778 270 262 778 270 2	4	Despesas de depreciação e amortização	1.995	1.271	2.006	1.278
Despesas com utilidades e serviços 4.325 3.758 4.870 3.955 262 778 262 778 262 778 270 262 778 270 2	6)	Despesas gerais e administrativos	2.028	755	2.029	832
Despesas com impostos e taxas 262 99 262 778	-)		4.325	3.758	4.870	3.955
27 Despesas com vendas	2)		262	99	262	778
Despesas com propaganda e marketing	4		29.282	21.418	32.552	22.895
Despesas com propaganda e marketing 3.982 1.865 3.982 1.905		27 Despesas com vendas	Control	adora	Consol	idado
Outras despesas com vendas	700	## (## ### ### ## ## ## ## ##	2022			
A Outras despesas com vendas 707 98 707 98 98 2.003 28 Resultado Financeiro Controladora Consolidado 2022 2021 2022 2022 2	.)	Despesas com propaganda e marketing	3.982	1.865	3.982	1.905
28 Resultado Financeiro 2022 2021 2022 2021 2022 2021 2022 2021 2023 2021 2022 2021 2024 2022 2021 2025 2021 2022 2021 2026 2021 2022 2021 2027 2021 2022 2021 2028 2021 2022 2021 2029 2021 2022 2021 2022 2021 2029 2021 2022 2022 2021 2022 2022 2021 2022	4	Outras despesas com vendas	707		707	98
9 Receitas Financeiras 2022 2021 2022 2021 9 Juros Recebidos 119 56 146 70 8 Variação cambial 1 1.106 1 1.106 8 Descontos recebidos 0 8 0 8 2 Receita com Proteção Financeira - 9 - 9 5 Rendimentos de Aplicação Financeira 12.198 1.039 13.711 1.327 6 Rendimentos de Aplicação Financeira 12.318 2.217 13.858 2.519 7 Despesas Financeiras 92 16 92 22 8 COFINS sobre receita financeira 92 16 92 22 4 COFINS sobre receita financeira 83 75 91 86 9 Juros sobre edetentures 16 4 18 4 1 Juros sobre debêntures 31.562 - 13.562 - 1 Duspesa variação cambial						
Juros Recebidos 119 56 146 70						
Variação cambial 1 1.106 1 1.106 3 1.106 8						
Descontos recebidos 0 8 0 8 8 2 8 8 8 8 8 9 8 9 8 9 8 9 8 9 9	9		119		146	
Despesas Financeiras Pis sobre receita financeira Pis sobre receita financeira COFINS sobre pagamento de impostos COFINS SOBRE PORT COFINS C	8	Variação cambial	1	1.106	1	1.106
Despesas Financeiras Pis sobre receita financeira Pis sobre receita financeira COFINS sobre pagamento de impostos COFINS SOBRE PORT COFINS C	8	Descontos recebidos	0	8	0	8
Despesas Financeiras Pis sobre receita financeira Pis sobre receita financeira COFINS sobre pagamento de impostos COFINS SOBRE PORT COFINS C	3	Receita com Proteção Financeira		9	-	9
Despesas Financeiras Pis sobre receita financeira Pis sobre receita financeira COFINS sobre pagamento de impostos COFINS SOBRE PORT COFINS C	5	Rendimentos de Aplicação Financeira	12.198	1.039	13.711	1.327
Tarifa bancárias	6		12.318	2.217	13.858	2.519
Tarifa bancárias)	Despesas Financeiras				
Tarifa bancárias	5					22
Juros fornecedores		COFINS sobre receita financeira			562	
Juros sobre pagamento de impostos 40 19 94 23 Juros sobre debéntures 13.562 - 13.	6)	Tarifa bancárias	83	75	91	86
D Juros sobre debêntures 13.562 - 13.562 - D Juros sobre Arrendamento 363 - 363 - D Custo de transação sobre debênture 399 - 399 - D Despesa variação cambial 20 87 20 87 D Despesa c/Aplicação Financeira 0 - 0 - 0 - D Despesa com Proteção Financeira - 7 - 7 - 7 - 7 D Despesa com Proteção Financeira 97 81 97 81 D Descontos concedidos 398 - 409 31 D 15.630 383 15.707 467)	Juros fornecedores	16	4	18	4
D Juros sobre debêntures 13.562 - 13.562 - D Juros sobre Arrendamento 363 - 363 - D Custo de transação sobre debênture 399 - 399 - D Despesa variação cambial 20 87 20 87 D Despesa c/Aplicação Financeira 0 - 0 - 0 - D Despesa com Proteção Financeira - 7 - 7 - 7 - 7 D Despesa com Proteção Financeira 97 81 97 81 D Descontos concedidos 398 - 409 31 D 15.630 383 15.707 467	3)	Juros sobre pagamento de impostos	40	19	94	23
D Custo de transação sobre debênture 399 - 399 - D Despesa variação cambial 20 87 20 87 D Despesa c/Aplicação Financeira 0 - 0 - 0 - D Despesa com Proteção Financeira - 7 - 7 - 7 - 7 81 9	0	Juros sobre debêntures			13.562	-
Despesa c/Aplicação Financeira 0 - 0 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 -				-	363	2
Despesa c/Aplicação Financeira 0 - 0 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 -))	Custo de transação sobre debênture	399	-	399	□ □
7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 81 97 97 81 97 97 81 97 97 97 97 97 97 97 97 97 97 97 97 97	0		20	87	20	87
D IRRF sobre empréstimos 97 81 97 81 Descontos concedidos 398 - 409 31 - 15.630 383 15.707 467	n		0	_	0	
Descontos concedidos 398 - 409 31 - 15.630 383 15.707 467),	Despesa com Proteção Financeira	-	7		7
- 15.630 383 15.707 467	0		97	81	97	81
- 15.630 383 15.707 467	u	Descontos concedidos	398	-	409	31
Resultado Financeiro (3.311) 1.834 (1.849) 2.052	_		15.630	383	15.707	467
		Resultado Financeiro	(3.311)	1.834		2.052

29 IR e C.S.: O IR é calculado pela aplicação da alíquota de 25% sobre o lucro tributáve apurado no exercício, enquanto o cálculo da C.S. utiliza a alíquota de 9%. A movimentação do exercício pode ser reconciliada com o lucro na demonstração do resultado.

_	100	COLLIG	ladola	001130	IIddao
8		2022	2021	2022	2021
	Lucro antes do IRPJ e CSLL	66.644	3.545	67.780	5.842
50	Líquido de juros sobre o capital próprio	-	-		_
0	Resultado antes do IRPJ e CSLL	66.644	3.545	67.780	5.842
-	Despesas não dedutíveis	(2.499)	3.795	(2.499)	3.952
0	Exclusões à base de cálculo	(2.733)	(3.035)	(2.733)	(3.197)
	Resultado da Equivalência Patrimonial	(16.695)	(4.587)	(16.695)	(4.587)
	Lucro Tributável	44.717	(282)	45.853	2.010
_	IRPJ – corrente	(2.210)	290	(2.989)	(1.407)
	CSLL - corrente	(845)	102	(1.152)	(498)
÷	Impostos Diferidos	(4.117)	-	(4.167)	
=	Total dos impostos sobre o lucro	(7.172)	393	(8.308)	(1.904)
Φ.	Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	10 76%	11 07%	12 26%	32 60%

rograma Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE). A Lei 14.148/21 do (PERSE) estabelece ações emergenciais para compensar os efeitos da pandemia de Covid 19 isto é, a tributação zero, por 60 (sessenta) meses, para o PIS/PASEP COFINS, CSLL e IRPJ. A Cia., que é listada no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), realiza apuração com base no benefício desde abril de 2022. 30 Cobertura de seguros: A empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 75.000 de limite máximo de garantia para danos materiais, alagamentos e inundações, tremor de terra, maremoto e terremoto, além de lucros cessantes. Para a apólice de responsabilidade civil, os valores são de R\$ 20.000, enquanto a cobertura seguro D&O (responsabilidade civil de administradores e diretores) possui limite máximo de garantia de R\$ 20.000. Para a apólice de cobertura de riscos ambientais o limite máximo de garantia é de R\$ 15.000 agregado. Os seguros contratados incluem sua controlada Pão de Açúcar Empreendimentos Turístico Ltda. como cossegurada 31 Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas DFs estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário 31.1 Consolidação: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das DFs consolidadas. a) Controlada: Controlada é a entidade na qual a Cia. detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Cia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Cia. deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Osprejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. b) Perda de controle em controladas: Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudanca no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. 31.2 Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas DFs são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As DFs estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Cia. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhose perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacio-nadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. Asvariações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais

variações no valorcontábil do título são reconhecidas nopatrimônio. As variações cam-



Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar - CNPJ: 33.229.410/0001-68

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

biais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações ou liquidadas. 31.7 Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperáve classificados como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. 31.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. 31.4 Ativos financeiros: 31.4.1 Classificação: A Cia. classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias demensuração: . Mensurados ao valor justo por meio doresultado; e . Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: . Investimentos em títulos de divida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado (videNota 18). Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. Em 31 de dezembro de 2022, a Cia. não possuía nenhum ativos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado. 31.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Cia. tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. 31.4.3 **Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Cia. mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Instrumentos de dívida: A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Cia. para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Cia, classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: . Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, e são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos direta-mente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo réconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demons-tração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/ (perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *im-*pairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. 31.4.4 *Impairment:* A Cia. avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ametodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no riscode crédito. Para as contas a receber de clientes, a Cia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. 31.4.5 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. 31.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. 31.6 Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Os passivos financeiros são representados por empréstimos,

de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. 31.8 Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os estoques da Cia. referem-se a materiais de uso e consumo. 31.9 Arrendamentos: A Cia. aluga sala comercial para sua área administrativa e câmeras de CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos aseguir: . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Cia. utilizou a taxa incremental de empréstimo. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamen-. quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; . quaisquer custos diretos iniciais; e Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Cia. razoavelmente certa de que iráexercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativosubjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. (i) Opções de prorrogação e extinção: As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados da Cia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Cia., e não pelo respectivo arrendador. 31.10 Ativos intangíveis: a) Marcas registradas e licenças: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. Aamortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil. b) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa. conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os istos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. 31.11 Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil timada, como seque:

Móveis e Utensílios Máguinas e Equipamentos Equipamentos de informática

instrumentos financeiros, fornecedores e outras contas a pagar. A Cia. desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ao final de cadaexercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu foram arredondados com a aproximação de MR\$, salvo indicação contrária.

Cia. A Cia. mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. 31.12 Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido noperíodo de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo nãocirculante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 31.13 Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 31.14 Provisões: As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 31.15 Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. 31.16 IR e C.S. corrente e diferido: As despesas de IR e C.S. do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IR e a C.S. corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Cia. atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cia. nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a C.S. corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O IR e a C.S. diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas DFs. Entretanto, o IR e a C.S. diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O IR e a C.S. diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. 31.17 Reconhecimento de receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Cia. reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cia. conforme descrição a seguir. A Cia. baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente e o tipo de transação. a) Receita serviços prestados: A receita da Cia. é gerada a partir da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade. A linha de receita de locação não se enquadra nas especificidades do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas DFs ora apresentadas. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto 5 - 20 para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada 3 - 20 ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas)

Sandro Roberto Fernandes - Diretor Presidente; Sergio Luiz Gonçalves Andreoli - Diretor Financeiro; Ariani Rocha Vale - CRC SP - 291274/O-1 CPF: 338.145-938-47

Relatório do auditor independente sobre as DFs individuais e consolidadas: Aos Diretores e Acionistas - Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A.: Opinião: Examinamos as DFs individuais da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as DFs consolidadas da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita (Notas 24 e30.17)

A principal fonte de receita do Consolidado advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela diretoria da Cia. e da sua controlada para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos das sua controlada. Em base amostral, verificamos os tickets emitidos ao londo do exercício. respectivas emissões de notas fiscais e liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2022 e início de 2023 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto decompetência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas DFs individuais e consolidadas: A diretoria da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ouerro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e sua controlada são aqueles com responsábilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. Respon sabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais econsolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria. da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia, a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive asdivulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto. ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 29 de março de 2023. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5; Cáren Henriete Macohin - Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

publicidade@diariodoacionista.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, ATAS, EDITAIS, CONVOCAÇÕES

Faça seu orçamento

Tels.: (21) 3556-3030/96865-1628

99539-3634

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

MARCELO COUTO ALMEIDA, inscrito no CPF sob nº 044.644.427-81, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução BACEN nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração no BANCO TOPÁZIO S/A, inscrito no CNPJ 07.679.404/0001-00. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo

Faça seu orçamento

Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628 (11) 2655-1899

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 - NIRE 33.300.162.178 - ("Concer")

Aviso aos Acionistas. Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio informa aos seus Acionistas que a Assembleia Geral Ordinária da Companhia será realizada no dia 28 de abril de 2023, às 14h00min, na sede social da Companhia. Mais informações sobre a referida assembleia serão divulgadas conforme os prazos da legislação e regulamentação aplicáveis. Duque de Caxias-RJ, 29 de março de 2023. Carlo Alberto Bottarelli - Presidente do Conselho de Administração. (30, 31/03 e 01/04/2023)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO JAL LTDA CNPJ n. º 05.548.335/0001-62 - NIRE JUCERJA n. º 33.4.0004331-6 EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Diretor Presidente da Cooperativa no uso das atribuições, que lhe confere o Estatuto Social, convoca os seus 24 (vinte e quatro) delegados efetivos, que representam os 2.500 (dois mil e quinhentos) associados, para se reu-nirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará de forma presencial na Avenida Automóvel Clube, n.º 990 - Centro - São João de Meriti - RJ, no dia 19 de abril de 2023, obedecendo aos seguintes horários e quorum para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo assim o que determina o Estatuto Social: 1 - Em primeira convocação às 15 horas, com a presença de dois terços do número total de delegados, 2 - En segunda convocação às 16 horas, com a presença de metade mais um do número total de delegados; 3 - Em terceira e última convocação às 17 horas com a presença mínima de dez delegados seccionais, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: 1) Prestação de contas do exercício de 2022; 2) Destinação das sobras ou perdas apuradas; 3) Fixação do valor dos honorários, das gratificações e da cédula de presença dos membros estatutários; 4) Rateio das despesas; 5) Utilização do FATES; 6) Aprovação da Política de Compliance; 7) Assuntos de interesse geral. Assembleia Geral Extraordinária: Reforma do Estatuto Social para atualização e adequação às novas normas previstas na Lei Complementar 130/2009, com as alterações feitas pela LC 196/2022 e regulamentadas pela Resolução CMN 5.051/2022, nos seguintes artigos: Artigo 1º - Alínea II – Definição da área de ação e área de atuação da coo perativa; Artigo 10 – CAPUT – Alteração do capital social para R\$ 10.000,00 para adequação ao capital mínimo previsto na Resolução CMN 5.051/2022; Artigo 43 - CAPUT - Nova composição do Conselho Fiscal que será de membros efetivos e 1 membro suplente, com a renovação mínima obrigatória de 1 membro efetivo a cada eleição; Artigo 43 parágrafo 2° - adequação do texto ao caput do artigo. São João de Meriti, 31 de março de 2023.

MARCOS ANTONIO PEREIRA GUIMARÃES DIRETOR PRESIDENTE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Controladora 2022 2024

190

62

(271) (1.726)

(41.307)

40.784 (1.232)

(495)

Consolidado 2022 52.311

6.874

614

297 4.208

4.227

145

(92)

(1.173)

(807) 13.562

83.201

(7.769)

(481)

(1.067)

1.298

(322)

(9)

(173)

82

ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

Relatório de Diretoria 2022; Srs. Acionistas, a Diretoria da Companhia. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022. Durante o exercício de 2022, a Companhia fez a aquisição do Grupo TAH e através da controlada Iter Parques Participações constituiu o Consórcio Novo Caracol e Tainhas, cujo objeto social é a execução e exploração de uso de áreas, atrativos e instalações, precedida da realização de investimentos, destinada à requalificação, modernização, operação e manutenção dos Parques estaduais do Caracol e Tainhas. A frequência de turistas em 2022 na sua controlada Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar apresentou um auménto de 195,3% em relação ao ano anterior. Desempenho das receitas: apresentaram aumento de 581,8%, devido ao maior número de visitantes e maior realização de eventos na controlada, considerando que em 2021 havia apenas 2 meses de operações da ITER. Custos e Serviços Prestados: Os custos dos serviços prestados apresentaram um aumento de 321,1% em relação a 2021. Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas aumentaram em 265,3% em comparação ao ano de 2021. IR e CS: Neste ano a Cia. calculou o I.R. e C.S. no regime de tributação do Lucro Líquido: O Lucro Líquido consolidado realizado foi no valor de R\$ 52,3 milhões. Rio de Janeiro, 29 de março de 2023. A Diretoria.

Balanço patrimo				_	
	<u>Nota</u>			Conso	
Miles and a service of the service o		2022	2021	2022	2021
Ativo		154.477	121.852	447.790	189.988
Circulante	1022	24.679	68.995	169.345	95.849
Caixa e equivalentes de caixa	7	21.605	66.142		
Contas a receber	8	-		13.895	4.952
Estoques		-		1.322	840
Despesas Antecipadas	9	167		1.333	-
Impostos a recuperar	10	1.539		4.450	
Adiantamento a fornecedores	11	-	150	3.298	719
Dividendos a receber		-	2.622		-
Outros ativos		1.368		1.944	1.917
Não Circulante		129.797	52.857	278.445	94.140
Realizável a LP			70965		10 TO THE RESERVE OF
IR/CSLL Diferidos - Ativo		-	62	(-	1.705
Impostos a recuperar	10		-	2.416	-
Despesas Antecipadas	9		15	14.316	
Partes Relacionadas	11	2.959	-		1.401
Depósitos judiciais	24	-		1.287	1.473
Aplicações financeiras	14		100000000000000000000000000000000000000	8.068	9.856
Investimentos	4	121.729	48.224	-0-2-2-2	-
Ativo de Direito de Uso	15			1.632	·
Imobilizado	16	5.109		97.048	79.275
Intangível	17	-	-	153.642	394
Comodato		-	-	36	36
Passivo e Patrimônio Líquido		154.477	121.852	447.790	189.988
Circulante		4.776	329	<u>120.428</u>	19.521
Fornecedores	18	59	-	6.183	1.050
Salários e férias a pagar	19	2.782		7.070	3.351
Impostos a recolher	20	1.673	147		4.258
Empréstimos e Financiamentos	21	-		89.887	4.238
Inst. financeiros derivativos	17	-	-	(3.758)	451
Debêntures	22	-	· ·	8.715	-
Passivo de arrendamento	15	-	=	717	
Dividendos e participações	3,000	-	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	173	935
Receita Diferida	23		5	1.639	
Outros passivos		262	182	4.696	5.239
Não Circulante		2.092	2.092	105.219	
Tributos em discussão judicial	1,24201	-	-	736	671
Receita Diferida	23	-	-	250	-
Impostos a recolher	20	-		106	-
Passivo de arrendamento	15	-		1.211	-
Empréstimos e Financiamentos	21	-		9.093	24.770
Debêntures	22		2.225	87.996	
IR/CSLL Diferidos	12	2.092	2.092	4.615	2.092
Provisão encargos acessórios	1242	-		63	
Provisão para contingências	24	-		1.114	1.206
Comodato				36	36
Total do passivo	1222	6.868	2.421	225.648	48.296
Patrimônio líquido	25	147.610 47.843	119.431	222.142	141.692
Capital social		47.843		47.843	
Adiantamento para futuro aumento de	capital	-	4	na sanna Z	4
Reserva de capital		68.148		68.148	
Reserva legal		5.309	3.270		3.270
Reserva de Lucros			(1.232)		(1.232)
Reserva de contingência		983	983		983
Dividendos Adicionais Propostos		25.327	416	25.327	416
		147.610	119.431	147.610	
Participação dos não controladores		-	-	74.532	22.261

Participação dos não controladores Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
1.1 Contexto operacional: A ITER Participações S.A. (doravante denominada "ITER" ou "Cia."), sediada na Praia de Botafogo, nº 501, sala 701, Bl. I Botafogo, RJ, Brasil e constituído em 21/09/21, é uma S.A. de capital fechado. A Cia. tem por objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresarial, como sócia, acionista ou quotista ou sob qualquer outra forma jurídica, podendo ainda representar sociedades na-cionais ou estrangeiras. A Cia. e suas controladas (conjuntamente "Grupo") atuam também nos segmentos de turismo, entretenimento, mídia e tecnologia. A ITER é controladora da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("CCAPA"), que opera o Parque Bondinho Pão de Açúcar, e atua prestando serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia através da subsidiária integral da CCAPA, Pão de Açúcar Empre endimentos Turísticos S.A. ("PATUR"). Aquisição Grupo TAH: Em 22/02/22, a ITER concluiu a aquisição de 49% de participação societária da Travel Activities Holding S.A. ("TAH"), que detém o controle das operações da C2Rio (uma das maiores operadoras receptivas de turismo no RJ), Destinow (marketplace de experiências no local de des-tino) e Destitech (empresa responsável pelo desenvolvimento de tecnologia do Grupo Á). Os efeitos da combinação de negócios estão descritos na Nota 5. **Constituiç**ão do Consórcio Novo Caracol e Tainhas: Em 11/10/22, foi constituído a empresa Novo Caracol e Tainhas S.A ("NCT"), cujo objeto social é a execução e exploração da concessão de uso de áreas, atrativos e instalações, precedida da realização de investimentos, destinada à requalificação, modernização, operação e manutenção dos Parques estaduais do Caracol e Tainhas (conjuntamente "Parques Caracol e Tainhas"), conforme leilão promovido pelo estado do Río Grande do Sul. A Iter Parques Caracol ("Parques Caracol") possuí 51% do capital da Concessionária NCT e detém o controle das operações. Os impactos desse novo negócio estão demonstrados na Nota 6. A emissão dessas DFs foi autorizada pela administração da Cia. em 28/03/23. 1.2 Base de preparação: As DFs foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, ás quais são consistentes com as utilizadas pela administração da sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas DFs estão apresentadas na Nota 33. As DFs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A aração de DFs requer o uso de certas stimativas contabeis criticas e o ex de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, ben contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas de crédito é administrado corporativamente e são aceitos somente títulos de entidade. para as DFs, estão divulgadas na Nota 3. a) DFs individuais: As DFs individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as DFs consolidadas. b) DFs consolidadas: As DFs consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 1.3 Consolidação: A Cia. consolida do em consideração a sua posição financeira. Desta forma, não foi ultrapassado nenhun todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 5 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das DFs consolidadas estão descritas na nota 33. 1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: A seguinte alteração de norma foi adotada pela primeira vez custo amortizado. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos para o exercício iniciado em 1ºde janeiro de 2022: • Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Com- às exigências de impairment do CPC 48, a perda por impairment identificada nesses binação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceiativos foi imaterial. c) Risco de Liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada em tual pela mais recente emitida em 2018. A alteração mencionada acima não teve impacto material para o Grupo. 1.5 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: a) Aquisição Grupo TAH: Conforme citado na nota 1, em 22/02/22 a Cia. adquiriu 49% de participação societária e o controle da Travel Activities Holding S.A. ("TAH"), que detém o controle das operações da C2Rio, Destinow e Destitech. Os efeitos da combinação de negócios estão descritos Nota 5. b) Constituição da empresa Novo Caracol e Tainhas: Conforme citado na nota 1, em 11/10/22, foi constituída a empresa Novo Caracol e Tainhas S.A ("NCT"). Os impactos desse novo negócio estão demonstrados na Nota 5. c) Emissão de debêntures pela controlada CCAPA: Em 25/02/22, a Cia. realizou a 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 100.000, com esforço restrito' de acordo com a ICVM 476/09 (revogada pela Resolução 160/22), coordenadas pelos Bancos Itaú BBA e UBS BB, com prazo de 5 anos, carência de 18 previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha fundos de curto meses para amortização do principal e com custo de CDI + 4% ao ano. Os efeitos da emissão estão divulgados na Nota 22. d) PERSE -Programa Emergencial de Retomente, caso necessário, mitigando o risco deliquidez. Os valores apresentados abaixo mada do Setor de Eventos: As controladas CCAPA. PATUR e C2Rio estão usufruinsos o fundos sem descontos e incluem projeções de juros. A tabela abaixo apresenta os do do benefício fiscal instituído pela Lei 14.148/21 através do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – PERSE. Esse benefício consiste em medidas para reduzir as perdas no setor turismo e eventos oriundos do estado de calamidade pública devido a Pandemia de COVID-19. Conforme o art. 4º da Lei 14.148/21 as empresas que aderem ao PERSE têm o beneficio de alíquota de 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses para o IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e a COFINS para receitas auferidas dentro dos CNAEs relacionados na Portaria ME nº 11.266, de 29.12.2022. En Os efeitos do PERSE são divulgados na Nota 30. **2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. a) Capitalização e amortização dos ativos intangíveis: A Cia. reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão, de forma linear pelo prazo do contrato. A Administração entende que essa é a melhor estimativa para o início das operações dos Parques Caracol e Tainhas. b) Vida útil dos ativos intangíveis: A Cia., através da controlada CCAPA, completou em 2022 o desenvolvimento de um software utilizado para analisar os processos de negócios pela divisão de consultoria de TI. Em 31/12/22, o valor contábil deste software é de R\$722 (2021 - zero). A Cia. estima a vida útil do software como sendo de, no mínimo, cinco anos, com base na obsolescência técnica estimada de tais ativos. Contudo, a vida útil real pode ser diferente de cinco anos, a depender das inovações técnicas e das ações de concorrentes. c) Perda (impairment) de ativos financeiros: As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1b); d) IR e C.S.: A Cia. reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferen-ças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. e) Revisão de vida útil e recuperação do ativo imobilizado: A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Cia. é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável,

_1	Demonstrações das mutações do patrimônio lig	uido Ex	ercicios	findos e	<u>m 31 de</u>	dezembr	o (Em MR	\$, exceto	quando indic	ado em c	ontrário)	
_											Total	Total do
_		Ca-		Reser-	Re-	Reserva	Dividen-	Reser-	Outros		dos não	patri-
8		pital		va de	serva	de con-	dosa	va de	Resultados		controla-	mônio
9	(Em MR\$)	Social	AFAC .	Capital	Legal	tingência	distribuir	Lucros	<u>Abrangentes</u>	Total	dores	líquido
9	Saldos em 31/12/20											
2	Aquisição CCAPA	-	4	-	3.122	983	-		-	4.109	21.908	26.017
0	Integralização do Capital Social	43.058	-	-				-	: : *	43.058	-	43.058
-	Aquisição das ações pela Ouranos	4.785	3-3	68.148	-		. +	-		72.932		72.932
2	Prejuízo do exercício	-	3.00	-		() -	. .	(1.232)	-	(1.232)		
9	Reserva Legal	-	-	-	148	2 -	. .		-	148	-	148
-	Outros resultados abrangentes	Ξ.	-	-		-	. =	-			49	49
7	Utilização da Retenção de Lucros para Investimentos Futuros	-	-	-		-	9 +) H	8 0 -	-
0	Dividendos	-	-	-	-	0 -	3 	-	(-	-	1	.
	Dividendos adicionais propostos do exercício de 2021						416	0.0		416		
	Saldos em 31/12/21	47.843	4	68.148	3.270	983	416	(1.232)	-	119.431	22.261	
-	Aquisição TAH e Novo Caracol	-	-	-	-	-	-		-		32.192	
-	Lucro do exercício	-		-		3. -	9 +	40.783		40.783	11.528	52.311
1	Baixa de adiantamento para futuro aumento capital	-	(4)	-	-			4			1	.
3	Dividendos antecipados 2022	-	-	-	9 			(12.606)		(12.606)	2.394	(10.212)
6	Reserva Legal	Ξ.	-	-	2.039	-		(2.039)		-		
-	Outros resultados abrangentes	-	· ·	-	-	3. 5	i amaia i		-) (H	1.033	1.033
-	Dividendos obrigatórios	-	· ·	-		3. 5	9.686				1	(.
5	Dividendos adicionais 2022	-		-	8 8		15.225	(15.225)			3.914	
4	Destinação reserva de dividendos										1.211	1.211
6	Saldos em 31/12/22	47.843		68.148				-		147.610	74.532	222.142
8	As notas ex	xplicativa	as da ad	ministraçã	io são p	arte integra	inte das DF	-S.		7		

Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Redução em contas a receber

(Aumento)/Redução em Estoque

(Aumento)/Redução em Impostos a

21 50	Demonstra	cões do	resultado	,			Demonstrações dos f	l
51		Nota	Contro			lidado	7	
58			2022	2021	2022	2021		_
58 38	Receita operacional líquida	26	-	-	146.071	21.423	Lucro (prejuízo) do exercício	
51	Custo dos serviços prestados	27			(36.092)	(8.570)	Ajustes por:	
91	Lucro bruto		-		109.979	12.853	Depreciação e amortização	
	Despesas com vendas	28	(8)	-	(5.397)	(1.125)	Equivalência Patrimonial em Controlada	Ś
35	Despesas gerais e administrativas	28	(5.874)	(570)	(43.748)	(11.977)	Ganho/perda de capital	
33	Outras receitas (despesas)		10000000			Asset State	Amortizações arrendamento	
- 00	operacionais líquidas		-	11=	(293)	379	Juros arrendamento	
뜾	Resultado de equivalência patrimonial	4	41.307	495		-	Ajuste marcação a mercado	
39 75 71	Lucro operacional		35,425	(75)	60,541	130	Imposto Diferido	
ſΊ	Receitas financeiras		7.373	1.045		1.544	Baixa de ativos imobilizado/intangível	
10-2	Despesas financeiras		(409)	(51)	(19.588)	(165)	Provisão para contingências	
	Resultado financeiro	29	6.964	994	1.988	1.379	Perdas estimadas de crédito de liquidação	
70	Lucro antes dos impostos		42.389	918	62.529	1.509	duvidosa	
10	IR e C.S.	10	(1.605)	(2.150)	(10.218)	(2.576)	Variação cambial empréstimo	
92	Lucro líquido do exercício		40.784	(1.232)		(1.067)	Juros sobre debêntures	
92	Atribuível aos acionistas da Cia.				40.783	(1.232)	Juros sobre empréstimos	
06	Participação dos não controladores				11.528	165	Lucro (Prejuízo) ajustado	-
	* *				52.311		Fluxo de caixa das atividades operacionais	į
36 96	Demonstrações d	o result	ado abrai	naente			Variações nos ativos e passivos	!
70			THE PART OF				variações nos auvos e passivos	

	Contro	ladora	Consoli	dado
-	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	40.784	(1.232)	52.311	(1.067)
Outros resultados abrangentes	-	-	1.033	
Resultado abrangente total	40.784	(1.232)	53.344	(1.067)

de arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será pror-rogado (ou que não será rescindido). b) Consolidação de entidades nas quais o Grupo detém participação inferior a 50%: O Grupo é acionista da Travel Activities Holding S.A. (TAH) com 49% de participação acionária, enquanto os outros 2 acionistas em conjunto possuem 51% seu capital. Apesar de possuir participação inferior a 50%, através de seu acordo de acionistas fica determinado que a Cia. possui o controle das tomadas de decisões da TAH através do Conselho de Administração. 3 Gestão de risco financeiro: 3.1 Fatores de risco financeiro: A Cia, realizá transações com instrumentos financeiros e estes instrumentos são administrados através de estratégias e controles internos, buscando ter os recursos necessários para Administração no dia a dia, a geração de resultados e gestão dos riscos financeiros. Nossas pólíticas de controle são periodicamente monitoradas e não são utilizados investimentos e instrumentos derivativos com intuito especulativo. Os valores estimados de realiza ção dos ativos e passivos financeiros da Cia. foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de avaliação adequadas Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para desenvolver a estimativa do valor de realização mais adequada. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrunentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equiva- lentes de caixa, contas a receber de clientes, instru- mentos financeiros derivativos		Diversificação das instituições financeiras. Monitoramento dos limites de crédito/ ratings. Orientações de investimento em instrumentos de dívida.
Risco de	Empréstimos e	Previsões de fluxo	Linhas de crédito disponíveis

a) Risco Cambial: A Cia, não possui risco relevante de variação cambial tanto para os anos de 2022 e 2021. Os empréstimos em moeda estrangeira são na modalidade da Resolução 4131 e foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os derivativos, configurando-se como operação casada de modo que economicamente a resultante seja uma dívida pré-fixada em Reais. b) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao vaior justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financei classificadas com rating mínimo "A" determinado pela S&P ou ratings similares de outras agências. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes de bilhetes são liquidadas em dinheiro ou através de PIX ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. As vendas para clientes corporativos, tais como agências de viagens, locatários e produtores de eventos são avaliadas pela área financeira, que verifica a qualidade de crédito de cada cliente, levanlimite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perde decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Impairment de ativos financeiros: Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: . contas a receber de clientes decorrente de serviços deprestados de locação; e . ativos financeiros mensurados ao todas as empresas do Grupo e agregada pela Tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo, que investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e TVM, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha fundos de curto prazo de R\$142.856 e outros ativos líquidos de R\$247 que se tornam caixa imediataprincipais passivos financeiros em 31 de dezembro 2022

	Sem venci- mento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
ornecedores	6.183	-	-	6.183
mpréstimos e Financiamentos		89.887	9.093	98.980
ebêntures		8.715	87.996	96.711
	6.183	98.602	97.089	201.874
	al consisered			
		2021	W1000000	
	Sem venci- mento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
ornecedores	1.050	_	-	1.050
mpréstimos e Financiamentos	_	4.238	24.770	29.008
strumentos Financeiros Derivativos	_	451		451
	1.050	4.689	24.770	30.509
2 Gestão de capital: Os objetivos o	do ao administ	rar seu ca	pital são os	de salva-

Consolidado

guardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Cia. monitora o capital com base na disponibilidade de caixa e dependendo das necessidades de caixa para continuidade do programa de investimentos e manutenção das suas operações, e pode se utilizar de novas linhas de financiamento de acordo com as políticas e aprovação do Conselho de Administração A empresa possui uma divida bruta de R\$ 195.691 (R\$ 29.008 em 31/12/22). A tabela

ı	real pode ser diferente de cinco anos, a depender das inovações técnicas e das ações	abaixo apresenta os atuais covenants contratuais das linhas de financiamento:	
ı	de concorrentes. c) Perda (impairment) de ativos financeiros: As provisões para	CCAPA - Controlada	
ı	perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadim-	2022	
ı	plência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer	EBITDA realizado (R\$/mil) 86.620	- 1
١	essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base	Dívida Bruta (R\$/mil) (1) 108.237	- 1
	no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de	Caixa (R\$/mil) (2) 86.251	
	cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulga-	Dívida Líguida (R\$/mil) 21.986	7
	dos na Nota 3.1b); d) IR e C.S.: A Cia. reconhece provisões para situações em que é	Divida Liquida/EBITDA 0.29x	
	provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas	Covenants	S
	questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferen-		fi
	cas afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor	Limite dívida líquida/EBITDA - Debêntures 1.75 x	
	definitivo for determinado, e) Revisão de vida útil e recuperação do ativo imobiliza-		
	do: A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Cia.	(1) Considera empréstimos do Itaú. Banco do Brasil e a Debênture; (2) Considera ape-	-
	é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor	nas o caixa da CCAPA. Em 31/12/22 e 2021, não existiam cláusulas restritivas em	
	contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos	nenhuma outra empresa do Grupo. 3.3 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que	
	de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável.	os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo va-	
	o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. 2.2 Julga-	lorcontábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos	
	mentos críticos na aplicação das políticas contábeis: a) Determinação do prazo	de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao	
ı	de amondon ante A de determinar a mana de amondon arte a administra a a conside	de seus valores justos. A tabela abaixo dassilica es alivos e passivos contabilizados ao	-

)	(Aumento)/Redução em impostos a				
Ξ	Recuperar	(1.458)	(143)	(1.085)	(401)
7)	(Aumento)/Redução em Adiantamento a				8
0	fornecedores	150	(150)	(2.579)	(641)
	(Aumento)/Redução em Despesas	100	(100)	(2.010)	(011)
r-	Antecipadas	(167)		(15.647)	
0			970		_
s	(Aumento)/Redução em outros ativos	(1.368)	-	(27)	3
S	(Aumento)/Redução em Depósitos judiciais	-		187	3
Ď,	(Aumento)/Redução em Partes				
s	Relacionadas	(2.959)	-	1.401	-
e	(Aumento)/Redução em Aplicações	(3)			
	Financeiras a LP	-		1.789	574
n	Aumento/(Redução) em Dividendos e			1.700	01.1
S		2 622	(2.622)	(000)	(2 (22)
0	participações		(2.622)	(900)	(2.622)
S	Aumento/(Redução) em fornecedores	59	-	5.134	(944)
е	Aumento/(Redução) em Salários e férias a				
1-	pagar	2.782	-	3.719	1.324
n	Aumento/(Redução) em impostos a recolher	1.526	2.239	955	3.297
S.	Aumento/(Redução) em outros passivos	80	183	25	4.665
e e	Aumento/(Redução) em receita Diferida	-		1.459	
	Aumento/(Redução) em provisão encargos			1.455	
Э				00	
1-	acessórios	-	-	63	-
112	Aumento/(Redução) em tributos em			92000	3327
	discussão judicial	-	-	64	40
	Impostos pagos	-	_	(2.276)	_
	Juros de empréstimos pagos	_	-	(926)	□ □
	Juros de debentures pagos	825	_	(13.296)	2
_	Caixa líquido gerado(usado) das			(10.200)	
s		000	(2 240)	52.882	3.447
	atividades operacionais	990	(2.219)	32.002	3.447
	Fluxos de caixa das atividades de				
	investimento	10000000		0.0014.5000	2 555
	Dividendos de controlada recebidos	33.606	-	33.606	3.806
	Adições de ativo imobilizado	(728)	(4.571)	(23.719)	(6.351)
	Adições de intangível	2	-	(153.815)	***************************************
1	Integralização de capital controladas	(65.802)			
_	Instrumento financeiro	(00.002)		19	(451)
S	Contrato de mútuo		- 2	100	(545)
a					(343)
s	Caixa líquido usado nas atividades de	(00 00 4)	/ A F 7 41	(4.40.000)	/0 F / 41
a	investimento	(32.924)	(4.571)	(143.928)	(3.541)
0	Fluxos de caixa das atividades de financiar	nento			
е	Empréstimos e financiamentos	85		80.000	-
0	Amortização de empréstimo e				
s	financiamentos	10-0	1,00	(11.329)	(1.764)
	Dividendos e participações pagos	(12.606)		(12.606)	(3.806)
n	Captação de Debentures	(12.000)	: - : : : : : : : : : : : : : : : : : :	100.000	(0.000)
0		-			
s	Custo de transação debêntures	-	70.000	(3.555)	70.000
1-	Aumento do capital		72.932	-	72.932
S	Caixa líquido proveniente das atividades				
S	de financiamento	(12.606)	72.932	152.510	67.362
s	(Redução)/ Aumento do caixa e				
0	equivalentes de caixa no exercício	(44.534)	66 142	61 465	67.268
1-	Demonstração da variação do caixa e	177.0011	00.142	01.400	07.200
n	equivalentes de caixa				
a	Caixa e equivalentes de caixa no início do	00.4:-		04.05=	
1-	exercício	66.142	-	81.639	14.371
0	Caixa e equivalentes de caixa no fim do				
S	exercício	21.605	66.142	143.103	81.639
0	**************************************				
-	a naccivac idânticae: - Níval 2 informações alá			an implication	ma missal

passivos idênticos; • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: • O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31/12/22 e 31/12/21:

2			Contro	olador	a		
)22				121	
	Ní-	Nivel	Saldo	Nível	Nível	Nivel	Saldo
Ativo	vel 1 Nível 2	3	Total	1	2	3	Total
Caixa e equivalentes de							
caixa	21.605		21.605		66.142		66.142
Aplicações financeiras	-		-		-	-	
Instrumentos financeiros							
derivativos	-		- 2				-
Dividendos a receber	-		-		2.622	-	2.622
Empréstimos com Partes							
Relacionadas	2.959		2.959				
Total Ativo	24.564		24.564		68.765		68.765
Passivo							
Empréstimos e Financiament	os						
Instrumentos financeiros							
derivativos							
Fornecedores	59	ų	59		100 100		
Total do passivo	59		59		12		
-			Consol	idado			
	20	22				021	
N	í-		Saldo	Ní-		Nível	Saldo
Ativo <u>ve</u>	11 Nível2	Nível 3	Total	vel 1	Nível 2	2 3	Total
Caixa e equivalentes de caix	a 143.103		143.10	3	81.638	3	81.638
Aplicações financeiras	8.068		8.06	8	9.856	6	9.856
Instrumentos financeiros	4777777		(7)77(7)		(3,05)	70	1771717171
derivativos	3.758		3.75	8		2	- 1
Contas a receber	13.895		13.89	700	4.952	,	4.952
Empréstimos com	10.000		10.00	_	1.002	4	7.002
Partes Relacionadas				_	1.40	1	1.401
Total Ativo	168.824	- 8	168.82	1	97.84		97.847
	100.024	-	100.02	-	31.04		31.041
Passivo							
Empréstimos e							

Instrumentos financeiros	1.100011000			
derivativos			451	451
Fornecedores	6.183	6.183	1.050	1.050
Total do passivo	105.163 96.711	201.874	5.739	5.739
A Administração entende seus valores contábeis da financeiros.				
4 Investimentos:			Contro	ladora
a) Movimentação dos in	voetimentoe		2022	2021

98.980

Financiamentos

98.980

96.711 96.711

4.238

4.238

dos na Nota 3.1b); d) IR e C.S.: A Cia. reconhece provisões para situações em	que é Dívida Líquida/EBITDA	0.29x A Administração entende que os valores justos não	diferem de forma re	levante de
provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado	dessas Covenants	seus valores contábeis dado as características e pra	os dos seus ativos	e passivos
questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas o		10.000 financeiros.		100
ças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que		1,75 x 4 Investimentos:	Contro	
definitivo for determinado. e) Revisão de vida útil e recuperação do ativo imo		2 x a) Movimentação dos investimentos	2022	2021
do: A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades			48.224	
é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que		istiam cláusulas restritivas em Investimento por meio de contribuição das ações da	CAPA -	49.209
contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em	fluxos nenhuma outra empresa do Grupo. 3.3 Estimativa do v	valor justo: Pressupõe-se que Deságio na contribuição das ações da CCAPA	-	(6.152)
de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recup	eravel, os saldos das contas a receber de clientes e contas a pa	agar aos fornecedores pelo va- Participação dos controladores da CCAPA		4.672
o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. 2.2	e internation, montes a perial (impairment) no sace as conte		41.307	
mentos críticos na aplicação das políticas contábeis: a) Determinação do	i do codo raio, co justos. A tabola abanto ciacomica co atri			
de arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração co		ferentes níveis foram definidos Recebimento de dividendos antecipados 2022 - CCA		
ra todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o ex	ercício como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) e	em mercados ativos para ativos Em 31 de Dezembro	<u>121.729</u>	48.224

FGTS a recolher

ITER Participações S.A. CNPJ 43.697.470/0001-69

Despesas Financeiras					n
Pis sobre receita financeira	(52)	(7)	(144)	(4)	d
Cofins sobre receita financeira	(319)	(42)	(552)	(65)	q
Tarifa bancárias	(5)	(2)	(175)	(29)	d
Juros fornecedores	(0)	-	(22)	(3)	n
Juros sobre pagamento de impostos	(2)	17.	(57)		b
Juros sobre debêntures	47.2	17.	(13.562)	0.70	S
Juros sobre arrendamentos	-	-	(297)	S.	n
Juros sobre empréstimos	=	-	(3.035)	(1)	а
Despesa variação cambial	- 5	17	(807)	(57)	а
Despesa c/Aplicação Financeira	(30)	177	(431)		li
IRRF sobre empréstimos	역 활		(97)		n
Descontos concedidos	=	-	(409)	(7)	C
	(408)	(51)	(19.588)	(165)	d
Resultado Financeiro	6.963	994	1.988	1.379	d

30 IR e C.S.: O IR é calculado pela aplicação da alíquota de 25% sobre o lucro tributável apurado no exercício, enquanto o cálculo da C.S. utiliza a alíquota de 9%. A movimentação do exercício pode ser reconciliada com o lucro na demonstração do resultado, como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	42.388	919	62.529	1.509
Líquido de juros sobre o capital próprio			-	
Resultado antes do IRPJ e CSLL	42.388	919	62.529	1.509
Despesas não dedutíveis	<u> </u>	-	(2.499)	3.273
Exclusões à base de cálculo	-	-	(2.733)	(2.537)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(44.279)	(495)	<u> </u>	
Lucro Tributável	(1.891)	423	57.297	2.245
IRPJ - Corrente	(1.177)	(1.574)	(3.284)	(1.888)
CSLL - Corrente	(428)	(576)	(2.767)	(688)
Impostos Diferidos	8 2	2	(4.167)	10 1
Total dos impostos sobre o lucro	(1.605)	(2.150)	(10.218)	(2.576)
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	3,79%	234%	16,34%	171%
a:				

O impacto na redução da apuração no resultado do IRPJ e CSLL é devido ao benefício do Programa Emergencial de Rétomada do Setor de Eventos (PERSE). A Lei 14.148/21 do (PERSE) estabelece ações emergenciais para compensar os efeitos da pandemia de Covid 19 isto é, a tributação zero, por 60 (sessenta) meses, para o PIS/PASEP. COFINS, CSLL e IRPJ. As empresas do Grupo CCAPA, PATUR e C2Rio, que são listadas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), a partir/04/22 realizam as apurações com base no benefício. 31 Cobertura de seguros: A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. As apólices contratadas incluem as controladas Novo Caracol e Taínhas, CCAPA e a sua controlada Pão de Açúcar Empre-endimentos Turístico S.A., como cosseguradas. Em 31/12/22, a cobertura de seguros contra riscos operacionais do grupo era composta por R\$ 75.000 de limite máximo de indenização, para danos materiais, além de lucros cessantes. Já a apólice de seguro de responsabilidade civil geral contratado, o valor da cobertura era de R\$ 20.000, enquanto a cobertura de seguro D&O (responsabilidade civil de administradores e diretores) possui limite máximo de garantia de R\$ 20.000. Para a apólice de coberta de riscos ambientais o limite máximo de garantia é de R\$ 15.000 agregado. 32 Eventos Subsequentes: Em 10/02/22, Novo Caracol e Tainhas ("NCT") realizou a 1ª emissão de de-bêntures, no valor de R\$ 120.000, com esforço restrito de acordo com ICVM 476/09, coordenada pelos Bancos Itaú BBA e UBS BB, com prazo de 7 anos, carência de 24 meses para amortização do principal e com custo de CDI + 4% ao ano. As debêntures foram emitidas com a finalidade de quitar os empréstimos ponte, utilizados para financiar parte da Outorga Fixa e compor o caixa da empresa para os novos investimentos previstos nos Parques Caracol e Tainhas. Em 22/02/23, foi aprovado através de AGE a alteração de participação acionária da Iter Parques Caracol Ltda. na Novo Caracol e Tainhas S,A de 51% para 60%. O adiantamento será integralizado em março de 2023. 33 Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas DFs estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário. 33.1 Consolidação: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das DFs consolidadas. a) Controladas: Controladas são todas as entidades na qual a Cia. detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Osprejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. b) Transações com participações de não controladores: O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos residual; pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendaou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". c) Perda de controle em controladas: Quando o Grupo deixa de ter controle gualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. 33.2 Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas DFs são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As DFs estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Cia. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita damentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrenda-ou despesa financeira. Todos os outros ganhose perdas cambiais são apresentados mento recebidos; quaisquer custos diretos iniciais; e Os ativos de direito de uso geralna demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As alterações mente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo e não pelo líquido, 33.17 Reconhecimento de recelta; A receita compreende o valor no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao método linear, dos dois o menor. Se a Cia. razoavelmente certa de que iráexercer uma valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativocambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipacontábil do título. Asvariações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no re-sultado, e as demais variações no valorcontábil do título são reconhecidas nopatrimônio. pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abran-gentes, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. 33.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudanca de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos". no passivo circulante. 33.4 Ativos financeiros: 33.4.1 Classificação: A Cia. classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias demensuração: . Mensurados ao valor justo por meio doresultado. . Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: . Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado (videNota 4). Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de divida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. Em

esreconhecidos guando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Cia. tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. 33.4.3 Mensuração: No reconhecimento inicial, a Cia. mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Instrumentos de dívida: A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Cia. para gestão do ativo, além das características do fluxo de aixa do ativo. A Cia. classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: . Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. . Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as spesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. . Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente men-surado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. 33.4.4 Impairment: A Cia. avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ametodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no riscode crédito. Para as contas a receber de clientes, a Cia. aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. 33.4.5 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. 33.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. 33.6 Passivos financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Os passivos financeiros são representados por empréstimos, instrumentos financeiros, fornecedores e outras contas a pagar. A Cia. desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. 33.7 Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Cia. A Cia. mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para rdas. 33.8 Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os estoques da Cia. referem-se a materiais de uso e consumo. 33.9 Arrendamentos: A Cia. aluga 1 andar de prédio comercial para sua área administrativa e câmeras de CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos aseguir: pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber, valores que mento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Cia. utilizou a taxa incremental de empréstimo. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; quaisquer pagamentos de arrensão aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. (I) Opções de prorrogação e extinção: As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Cia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Cia... e não pelo respectivo arrendador. 33.10 Ativos intangíveis: a) Marcas registradas e licenças: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. Aamortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licençasdurante sua vida útil. b) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software

meio do resultado. 33.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento: Compras e vendesenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como das regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhequal a Cia. se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são cidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. c) Direito de Outorga: O contrato de concessão obtido pela Cia. junto ao Poder Concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado pelo valor pago, sendo a amortização calculada de forma linear pelo prazo do contrato. d) Intangível em infraestrutura: Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Cia. atua como prestadora de servicos, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre o Poder Concedente e a Cia. não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas dúrante o prazó de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestado aos usuários. A amortização deste ativo intangível, representado pelos dispêndios realizados para ampliar a estrutura aeroportuária, é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto, respeitando a vida útil do bem corpóreo. 33.11 Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

> Móveis e Utensílios Máquinas e Equipamentos

5-20 10-20 3-20 Equipamentos de informática Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado ao final de cadaexercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável guando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperáve estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. 33.12 Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido noperíodo de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo nãocirculante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 33.13 Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 33.14 Provisões: As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como spesa financeira. 33.15 Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. 33.16 IR e C.S. corrente e diferido: As despesas de IR e C.S. do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IR e a C.S. corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a C.S. corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O IR e a C.S. diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas DFs. Entretanto, o IR e a C.S. diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O IR e a C.S. diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da pro-babilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferencas temporárias seia controlado pelo Grupo e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso dos abatimentos e dos descontos. A Cia, reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cia. conforme descrição a seguir. A Cia. baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente e o tipo de transação. a) Receita serviços prestados: A receita da Cia. é gerada a partir da prestação de servicos de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade. A linha de receita de locação não se enquadra nas especificidades do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas DFs ora apresentadas. b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). 33.18 Arredondamento de valores: Todos os valores divulgados nas DFs e notas foram arredondados com a aproximação de MR\$, salvo indicação contrária.

Sandro Roberto Fernandes - Diretor Presidente; Sergio Luiz Gonçalves Andreoli - Diretor Financeiro; Ariani Rocha Vale - CRC SP – 291274/O-1 - CPF: 338.145.938-47

Relatório do auditor independente sobre as DFs individuais e consolidadas: Aos Diretores e Acionistas - Iter ParticipaçõesS.A. - Opinião: Examinamos as DFs individuais da Iter ParticipaçõesS.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/22 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as DFs consolidadas da Iter ParticipaçõesS.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iter ParticipaçõesS.A. e da Iter ParticipaçõesS.A. e da Iter ParticipaçõesS.A. e da Iter ParticipaçõesS.A. e suas controladas em 31/12/22, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria de auditoria de auditoria para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria; Principais Assuntos

identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos in-

tangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do pro-

duto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos

também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvol-

vimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios

31/12/22 a Cia. não possuía nenhum ativos financeiros mensurado ao valor justo por de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de

Porque é um PAA Reconhecimento de receita (Notas 26 e 33.17)

tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossaauditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados A principal fonte de receita do Consolidado advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e pela diretoria da Cia. e das suas controladas para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho estrutura de controles internos das suas controladas. Em base amostral, verificamos os tickets emitidos ao longo do exercício, respectivas emissões de notas do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o fiscais e liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2022 e início de 2023 e testamos, em base que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse às DFs. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia utilizada e as divulgações feitas são consistentes com os dados e informações obtidas ao longo dos nossos trabalhos.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas DFs individuais e consolidadas: A diretoria da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ouerro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais econsolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive asdivulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicação porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 29/03/23. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5; Cáren Henriete Macohin - Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC



Trem que ligará CPTM a aeroporto começará a operar em 2024

O "people mover" Aeromóvel, como foi batizado o trem que levará passageiros da estação Aeroporto-Guarulhos da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo, deverá começar a operar no primeiro trimestre do ano que vem.

O cronograma de entrega foi confirmado na manhã desta sexta-feira por Eduardo Chrysostomo, diretor de operações da Aerom, empresa integrante do consórcio AeroGRU, contratado para realizar a obra pela concessionária GRU Airport, responsável pelo aeroporto.

Atualmente há duas opções para se chegar pelo sistema ferroviário ao aeroporto de Cumbica. Uma delas é a linha 13-jade, com saída da estação Engenheiro Goulart, na zona leste de São Paulo, com primeira partida às 4h, em dias úteis, aos domingos e feriados, e às 4h40, aos sábados

A outra alternativa é o Expresso Aeroporto, a partir da estação da Luz, na região central de São Paulo, com primeiro embarque às 5h. Nos dois casos, a tarifa custa R\$ 4,40.

O problema é que os terminais do aeroporto ficam a cerca de 2,5 km da estação da CPTM, o que obriga os usuários a pegarem um dos ônibus gratuitos cedidos pela GRU Airport para completar o deslocamento.

Chrysostomo não soube dizer o quanto da obra está concluído, mas a instalação de vigas, cuja altura varia de 4 metros a 11 metros, ocorre desde o ano passado, após autorização do TCU (Tribunal de Contas da União). Cada uma pesa 136 toneladas e tem 30 metros de comprimento.

Segundo o executivo, o custo total está estimado em R\$ 301 milhões. No anúncio do início das obras pelo então governador João Doria (sem partido e na época no PSDB), em fevereiro de 2022, o investimento estava orcado em R\$ 272 milhões. O valor será custeado com recursos da outorga da concessionária.

A Aeromóvel, trem que roda sobre trilhos, construído em parceria com a empresa Marcopolo Rail, em Caixas do Sul (RS), é composto por dois carros articulados que pesam 16 toneladas e deverá levar até 200 passageiros por viagem. Mas, segundo Petras Amaral Santos, diretor da empresa gaúcha, é possível fazer outras configurações.

Com partida a cada quatro minutos, a estimativa é que transporte até 2.000 pessoas por hora em cada sentido. Não haverá custo a mais para o usuário, que pagará apenas a passa-

Feira da Madrugada

de SP enfrenta crise

DÍVIDAS

gem do trem que o levará até Guarulhos.

Os trens do Aeromó vel, com oito portas e ar-condicionado, deverão ter painéis com as informações disponibilizadas nos saguões do aeroporto.

O sistema terá quatro pontos de parada, um na estação da CPTM e os demais dentro dos três terminais de Cumbica. Segundo Pedro Moro, presidente da estatal de trens, todo o percurso será feito em seis minutos -ele estima um ganho de até 20 minutos na comparação com as baldeações feitas em ônibus atualmente.

"Mas o mais importante é o conforto do passageiro. Hoje, carregando malas, ele precisa descer escada rolante ou usar elevador para pegar o ônibus. No sistema, o acesso será direto após sair do trem", afirmou, durante evento comemorativo aos cinco anos da linha 13-jade, em cerimônia na estação Aeroporto-Guarulhos nesta sexta.

O modelo já é usado para ligar o transporte ferroviário ao Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

Na época do anúncio do início das obras, Doria disse ser "bizarra" a desconexão entre a linha 13-jade com o aeroporto de Cumbica.

"Não faz sentido transporte público que não leva até o aeroporto. É tão bizarro que é difícil acreditar que isso tenha sido feito no estado de São Paulo", disse Doria, em entrevista no inicio do ano passado.

A estação de trem nas imediações do aeroporto foi inaugurada pelo então governador e atual vice-presidente Geraldo Alckmin (na época no PSDB e hoje no PSB) dias antes de ele deixar o Palácio dos Bandeirantes para disputar a Presidência da República, em 2018, mas sem chegar a Cumbica.

Com 14 anos de atraso, a estação Aeroporto-Guarulhos chegou a ser prometida para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil, e foi entregue a 75 dias da competição, só que a da Rússia, em 2018.

Com três estações -- Engenheiro Goulart, Guarulhos-Cecap e Aeroporto-Guarulhos-, a linha 13-jade possui 12,2 km de extensão e transporta, em média, 16 mil pessoas por dia. O presidente da CPTM afirma acreditar que o número de passageiros vai aumentar com a instalação do "people mover", mas ele não soube dizer quanto.

Maior aeroporto da América do Sul, Cumbica teve o movimento de quase 20 mil aeronaves em fevereiro passado, segundo a GRU Airport. Ao todo, 2,9 milhões de passageiros passaram pelo local.

Big techs devem responder por 'monetizado e impulsionado'

premo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes afirmou nesta sexta-feira que irá sugerir ao Congresso que as big techs sejam responsabilizadas por todo conteúdo monetizado e impulsionado. Segundo ele, essa proposta muda a ideia de que as plataformas são só intermediárias.

As medidas se inserem em sua visão de que as plataformas devem ser tratadas como empresas de mídia e não de tecnologia. Ele disse que as plataformas foram cooperativas na eleição do ano passado, dentro da visão delas do negócio, mas que há total irresponsabilidade.

Ao tratar do tema dos ataques à democracia nos últimos anos, Moraes também criticou condutas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), do partido dele, o PL, da Polícia Federal, da PRF (Polícia Rodoviária Federal) e de autoridades que permitiram por meses a manutenção de acampamentos golpistas na frente de quartéis pelo país.

O ministrou abordou os assuntos em dois eventos na capital paulista, um sobre a democracia e plataformas digitais, na Faculdade de Direito da USP, da qual é professor, e outro sobre o STF e a defesa da democracia, na Funda-

No começo da manhã, ao falar sobre as big techs na USP, Moraes disse que "o que ocorre hoje é uma total irresponsabilidade dos que levam a notícia para milhares de pessoas".

"Dia 8 de janeiro é o grande exemplo de instrumentalização

ministro do STF (Su- das redes. Várias medidas já eram de destruição e deixaram

> Segundo Moraes, no ano passado o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) esperou "até o limite" o Congresso agir em relação à proliferação de notícias falsas. Como isso não ocorreu, o tribunal agiu com resolução que aumentou seus poderes para a retirada de conteúdos.

> Ele também quer que a inteligência artificial, já é usada para rastrear pedofilia, por exemplo, sirva para barrar automaticamente postagens de incitação à violência, racismo e nazismo, entre outros.

> "Não podemos deixar de regulamentar senão fica só a decisão extrema que é tirar do ar. É 8 ou 80. Como foi com o Telegram."

> Ele lembrou que a rede se recusava a responder à Justiça brasileira, o que o levou a bloqueá-la. O bloqueio foi revertido após a rede social responder ao Supremo.

> "O Telegram por um tempo se recusou a aceitar convite de reunião no TSE. Se recusava a cumprir ordem judicial brasileira dizendo que era imune à jurisdição nacional porque era em Dubai a sua sede. Ótimo. O que eu fiz? Bloqueio. Acabou o Telegram. 53 milhões de pessoas que usavam iam ficar muito felizes comigo. Iam se somar às outras 50 milhões que já são felizes comigo."

> Outro ponto que Moraes levará ao Congresso é que todos os conteúdos idênticos a outros que já tenham sido derrubados sejam automaticamente excluídos das redes. A medida já estava prevista na resolução do TSE publicada

durante a eleição.

As propostas sugeridas por Moraes foram elaboradas no âmbito de um grupo de trabalho sobre o tema no TSE e devem ser enviadas ao Congresso no próximo dia 17 ou 18, afirmou o ministro.

Moraes afirmou que a regulamentação das redes não precisa ser extensa. Bastaria, em sua avaliação, que o que já é proibido no mundo real seja proibido também no virtual.

Ao falar do direcionamento de anúncios a partir de conversas dos usuários, ele afirmou que já acorda partindo do pressuposto de que está sendo gravado e, por isso, só fala o que pode ser gravado.

O ministro disse ainda que o discurso de que o Judiciário quer limitar liberdade de expressão é uma narrativa constante da extrema direita no mundo todo porque é um discurso fácil.

O tema tem sido debatido pelo STF, que promoveu nesta semana audiência pública sobre o Marco Civil da Internet.

"(A pessoa diz) só tô falando que eu quero acabar com a democracia, matar meus inimigos destruir o prédio do STF. Por que eu não posso falar isso?", disse o ministro. "É uma lavagem cerebral constante e isso tem métodos."

Em seguida, na Fundação FHC, Moraes afirmou que militantes da extrema direita no Brasil e em outros países atacaram a democracia nos últimos dias buscando atingir três pilares do estado democrático de direito: a liberdade de imprensa, as eleições livres e o Judiciário independente.

Segundo o ministro, foi "patético" o ato do então presidente da República e candidato à reeleição Jair Bolsonaro de tentar "melar" as eleições ao apresentar uma ação à Justiça Eleitoral apontando supostas irregularidades em inserções de propaganda eleitoral

Moraes usou o mesmo adjetivo para qualificar a ação judicial proposta pelo partido de Bolsonaro, o PL, para questionar a segurança das urnas eletrônicas usadas no segundo turno de 2022. De acordo com ele, foi uma "manobra patética do PL".

O ministro rebateu críticas à abertura do chamado inquérito das fake news, sem que tivesse ocorrido pedido do Ministério Público Federal, que em regra tem a prerrogativa de requerer o início de investigações na corte. Afirmou que a medida foi um "acerto histórico" do STF e que um dos principais motivos da abertura foi a inoperância da Polícia Federal, sob a gestão Bolsonaro, em apurar os ataques a ministros do tribunal que ocorriam à época.

A condução da PRF na gestão anterior também foi abordada pelo ministro, que lembrou o fato de a corporação ter feito operações nas estradas no dia das eleições e ter permitido bloqueios de caminhoneiros pelo país.

Quanto ao fato de autoridades terem aceitado a manutenção de acampamentos golpistas na frente de quartéis, até o começo do atual governo, Moraes disse que, mais que um erro, "foi omissão que está sendo investigada".

BELO HORIZONTE

Aeroporto fecha com mais de 100 aviões 'sem ter para onde ir'

Perto de completar seu octogésimo aniversário, o aeroporto de Carlos Prates, em Belo Horizonte, estará definitivamente fechado a partir deste sábado, quando deixará de ser operado pela Infraero. A decisão foi tomada ainda na gestão de Jair Bolsonaro (PL) e mantida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Fundado em 1944, o Carlos Prates é considerado um aeroporto de serviço, dedicado ao funcionamento de escolas de aviação, oficinas para manutenção de aeronaves e empresas de táxi aéreo.

Cerca de 120 aviões de pequeno porte -com quatro a seis lugares para tripulantes e passageirosainda estão nos seus 22 hangares, segundo a Associação Voa Prates, formada por pilotos, empresários e outros profissionais que exercem atividades no aeródromo.

Além de temer pelo fim de aproximadamente 500 empregos, o grupo diz que até mesmo o futuro das aeronaves é incerto. Não há, segundo a associação, aeroporto num raio de cem quilômetros com capacidade para abrigar tamanha quantida-

O aeroporto da Pampulha, também na capital mineira, está com sua capacidade esgotada após ter recebido cerca de 15 aviões que estavam no Prates. "Será o colapso para a aviação mineira", afirma Estevan Velásquez, presidente da Voa Prates.

Circular emitida pela Infraero em 20 de março confirma que o

EXTERIOR

prazo para a desmobilização das atividades se encerra neste sábado e comunica que "bens não retirados tem tempo hábil serão considerados abandonados, cuja posse ficará com a concedente, podendo dispor deles na forma da lei".

Na interpretação dos proprietários, há o risco de que o acesso às aeronaves seja bloqueado e que elas sejam incorporadas por uma eventual nova operadora aeroportuária ou a qualquer instituição que venha a ficar com o terreno, seja ela privada ou pública.

MARIANA

Justiça manda Vale e BHP pagarem R\$ 10,3 bi para recuperar cidades

A Justiça Federal em Minas biental entre Minas Gerais e Es-Gerais determinou na quinta-feira passada que as mineradoras Vale e BHP Billiton façam depósito judicial de R\$ 10,340 bilhões, valor que será aplicado na recuperação de cinco cidades do Espírito Santo atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco (joint-venture formada pelas duas mineradoras), ocorrido em 2015 em Mariana (MG). Cabe recurso.

As mineradoras Vale e BHP e também a Fundação Renova, encarregada da recuperação dos danos provocados pela tragédia, afirmaram não terem sido notificadas. Os municípios capixabas que constam na decisão são São Mateus, Linhares, Aracruz, Conceição da Barra e Serra.

O rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, provo-💸 cou a morte de 19 pessoas e deixou um rastro de destruição am-

pírito Santo. O rejeito de minério de ferro que vazou da barragem chegou ao rio Doce, que começa em Minas e deságua no litoral capixaba.

Cidades ao longo desse trajeto estão incluídas em programas de recuperação. As cinco que constam na decisão, porém, estavam fora.

Segundo explicou o coordenador da força-tarefa do caso Samarco, procurador Carlos Bruno Ferreira da Silva, do MPF (Ministério Público Federal) em Minas Gerais, ao longo do tempo foi confirmado, através de estudos, que essas cidades também foram atingidas.

Como não estavam incluídas inicialmente, houve rejeição por parte das empresas em colocálas entre os municípios atingidos, o que acabou gerando o embate judicial.

Viagem de Lula à China é confirmada para 11 de abril

O Palácio do Planalto confirmou para 11 de abril a visita de Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China. A ida de Lula, que deveria ter ocorrido essa semana, foi suspensa depois do diagnóstico de uma pneumonia leve.

Por causa disso, o presidente permaneceu em repouso no Palácio da Alvorada, residência oficial, ao longo dos últimos dias.

Em uma postagem nas redes sociais, na noite desta sexta-feira, Lula se disse "plenamente recuperado" e prometeu retomar a agenda de trabalho no Palácio do Planalto, na próxima semana. "Sexta-feira de home office com o amigo Geraldo Alckmin. Trabalhando no Alvorada, plenamente recuperado. Na próxima semana estarei de volta ao Planalto".

Os detalhes da visita ainda deverão ser informados pelo

governo, mas o presidente deve seguir um roteiro similar ao que já estava previsto, tendo como principais ventos diplomáticos reuniões com o presidente chinês, Xi Jinping, com o primeiroministro da China, Li Qiang, e com o presidente da Assembleia Popular Nacional, Zhao Leji. Esses encontros ocorrerão em Pequim, capital do país asiático. Ele também deve cumprir agendas em Xangai, um dos principais centros econômicos do país.

Será a primeira viagem de Lula a um país asiático após assumir seu terceiro mandato. Mas a viagem à China é a terceira internacional depois da posse no cargo: o presidente já foi à Argentina e aos Estados Unidos. A previsão do Ministério das Relações Exteriores é que pelo menos 20 acordos comerciais sejam assinados durante a visita.

Inaugurada em novembro de 2021, a nova Feira da Madrugada convive com corredores vazios e portas fechadas. Apenas 40% dos quase 5.000 boxes e lojas funcionam hoje. A calmaria no empreendimento de 182 mil metros quadrados, no Pátio do Pari, contrasta com o movimento acelerado das ruas vizinhas, famosas pelo comércio popular no Brás, centro de São Paulo.

Sublinhado como o maior centro de compras popular da América Latina, a nova Feira da Madrugada tornou-se uma dor de cabeça tanto para a Prefeitura de São Paulo quanto para os seus investidores, enquanto comerciantes estão insatisfeitos com o que pagam de aluguel.

O consórcio Circuito de Compras, que venceu a licitação para administrar o espaço por 35 anos, deve quase R\$ 50 milhões

à prefeitura, segundo a Secretaria Municipal das Subprefeituras. "A administração pública, na forma do poder concedente, está adotando todas as medidas possíveis amparada na legislação pátria e no que dispõe o contrato de concessão", diz a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB). O Circuito disse, em nota, que

a nova feira foi inaugurada em meio à pandemia de Covid e enfrenta desde então os reflexos da crise econômica que impactou o varejo. "Esse cenário, em conjunto com a expansão do comércio irregular nas ruas do Brás, comprometeu o fluxo de caixa do empreendimento, resultando em pendências financeiras que já estão sendo negociadas com a Prefeitura de São Paulo assim como outros credores", afirma a concessionária.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist Arcebispo do Rio de Janeiro

Domingo de Ramos

N esta Eucaristia solene que abre a Grande Semana da nossa fé, a Semana Santíssima, que culminará com a Solenidade da Páscoa, Domingo próximo. Neste dia da Paixão do Senhor e de Ramos fazemos a memória da Entrada do Senhor Jesus em Jerusalém. Ele é o Filho de Davi, o Messias esperado por Israel, que vem tomar posse de sua Cidade Santa. Mas, que surpresa! É um Messias humilde, que entra não a cavalo, mas num humilde burrico, sinal de serviço e pequenez. Ei-lo: seu serviço será dar a vida pela multidão. Ele é Rei, mas rei coroado de espinhos e não de humana vanglória. Termos seguido o Senhor nessa solene procissão com ramos é tê-lo reconhecido como nosso rei, rei pobre e humilde. Tê-lo seguido é nos dispor a segui-lo nas pobrezas e humildades da vida, dispondo-nos a participar de sua paixão e cruz para ter parte na glória de sua ressurreição.

O meio que Deus escolheu para nos salvar não foi o que é grande e vistoso, tão apreciado pelo mundo. Ao invés, o Pai nos salvou pela humilde obediência do Filho Jesus. Reconheçamos na voz do Servo sofredor da primeira leitura (Is 50, 4-7) a voz do Filho de Deus: "O Senhor Deus me desperta cada manhã e me excita o ouvido, para prestar atenção como um discípulo. O Senhor abriu-me os ouvidos; não lhes resisti nem voltei atrás. Ofereci as costas para me baterem e as faces para arrancarem a barba. O Senhor é o meu Auxiliador, por isso não me deixei abater o ânimo, porque sei que não serei humilhado". Palavras impressionantes.

Meus irmãos e irmãs, o Filho buscou humildemente, na obediência de um discípulo, a vontade do Pai - e aí encontrou força e consolo, encontrou a certeza de sua vida. São Paulo, na segunda leitura de hoje, (Fl 2,6-11) confirma isso com palavras não menos impressionantes: "Jesus Cristo, existindo na condição divina, esvaziou-se de si mesmo, humilhou-se, fazendo-se obediente até a morte, e morte de cruz". Caríssimos em Cristo, num mundo que nos tenta a ser os donos da verdade, desprezando os preceitos do Senhor Deus e seus planos para nós, aprendamos a humilde obediência de Cristo Jesus, entremos em comunhão com o Cristo obediente ao Pai até a morte. Só então seremos livres realmente, somente então viveremos de verdade!

O Concílio Ecumênico Vaticano II, na Gaudium et Spes, nº 22, diz: "De certo modo, o próprio Filho de Deus se uniu a cada homem pela sua Encarnação. Trabalhou com mãos humanas, pensou com mente humana, amou com coração de homem. Nascido de Maria Virgem, fez-se verdadeiramente um de nós, igual a nós em tudo menos no pecado".

A entrada triunfal de Jesus foi bastante efêmera para muitos. Os ramos verdes murcharam rapidamente. O hosana entusiástico transformou-se, cinco dias mais tarde, num grito furioso: Crucifica-o! Seria muito bom refletirmos várias vezes a Paixão de Jesus proclamada hoje: Mt 26,14-27,66. Por que foi tão brusca a mudança, por que tanta inconsistência? São Bernardo comenta: "Como eram diferentes umas vozes e outras! Fora, fora, crucifica-o e bendito o que vem em nome do Senhor, Hosana nas alturas! Como são diferentes as vozes que agora o aclamam Rei de Israel e dentro de poucos dias dirão: Não temos outro rei além de César! Como são diferentes os ramos verdes e a Cruz, as flores e os espinhos! Àquele a quem antes estendiam as próprias vestes, dali a pouco o despojam das suas e lançam a sorte sobres elas.

Os ramos que trazemos nas mãos significam que reconhecemos Jesus como o Messias de Israel, prometido por Deus. Significam também que nos dispomos a segui-lo como o Servo que dá a vida na cruz. Levaremos estes ramos para casa. Devemos guardá-los num lugar visível durante todo o ano, para recordar nosso compromisso de seguir o Cristo num caminho de humildade e despojamento; segui-lo ainda quando não compreendermos bem os desígnios de Deus para nós.

A Igreja nos lembra que a entrada triunfal vai perpassar todos os passos da Paixão de Cristo. Terminada a procissão mergulha-se no mistério da Paixão de Jesus Cristo: Em Is 50 4-7 descreve o Servo sofredor, na esperança da vitória final. Vemos nele a própria pessoa de Jesus Cristo. Em Fl 2,6-11 temos a chave principal de todo o mistério deste Domingo de Ramos: Jesus humilhou-se e por isso Deus o exaltou!

Contudo, nesta liturgia somos convidados a iniciar com fé a grande semana, pois, nesta vivenciamos grandes mistérios na vida de Cristo. Ao olhar para cada um deles, possamos crescer na fé, no amor e na humildade. São dons que precisamos exercer a cada dia de nossa vida, e nada melhor que aprender com Jesus.

Universidades públicas de Portugal terão vagas para alunos de baixa renda

studantes de famílias de baixa renda -com rendimentos anuais de até 3.071,67 euros (cerca de R\$ 16.920) - terão vagas reservadas nas universidades públicas de Portugal a partir do próximo ano letivo.

Segundo o ministério do Ensino Superior, a medida ajudará a "promover a equidade e as oportunidades de mobilidade social" através das vagas destinadas aos alunos com menos recursos.

O alcance da iniciativa, no entanto, é pequeno. Inicialmente, apenas 2% do vagas de cada ciclo de estudo estarão disponíveis para os estudantes mais pobres. Isso significa que, em um curso com 50 vagas, apenas uma delas seria destinada a esse público.

Em entrevista ao jornal Expresso, o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, António Sousa Pereira, reconheceu que o número é pequeno. Ele considera, no entanto, que a decisão manda um sinal importante.

"Vamos ver como corre para ver que passos podem ser dados no futuro para compensar alguma injustiça que existe no sistema de acesso ao ensino superior. Sabemos que nos cursos com notas de acesso mais elevadas, a percentagem de estudantes com bolsas de estudo é muito reduzida. Mas sabemos que muitos

destes estudantes, independentemente de terem notas um pouco mais baixas, podem ter desempenhos acadêmicos muito bons", afirma Pereira, que é rei-

Em Portugal, ao contrário do corrupção.

pessoas com deficiência.

tor da Universidade do Porto.

Brasil, as universidades públicas têm mensalidades pagas: as chamadas propinas. Apesar do nome estranho para os brasileiros, elas não têm nada a ver com O país já contava com apoios

para estudantes de baixos rendimentos, além de vagas especiais para alunos oriundos das regiões autônomas (Madeira e Açores), emigrantes, militares e

Trump pode ser julgado até depois das eleições de 2024

Primeiro ex-presidente dos Estados Unidos a ser indiciado por um crime, Donald Trump pode ser julgado durante ou mesmo depois das eleições presidenciais americanas de 2024, às quais é pré-candidato pelo Partido Republicano.

A informação é de especialistas em direito consultados pela agência de notícias Reuters, que preveem que o julgamento do empresário só deve começar daqui a ao menos um ano. De fato, segundo o departamento de serviços criminais do condado de Nova York -- da onde parte a acusação contra o político-- nos primeiros três bimestres de 2022, processos criminais demoraram em média mais de 900 dias (ou quase dois anos e meio) para ir da etapa do indiciamento até o veredicto final.

E a ação contra Trump está longe de ser típica. Para começar, nem o ex-presidente sabe quais as infrações que pesam contra ele -a notícia de seu indiciamento foi adiantada pela imprensa, mas o caso, que trata da suposta compra do silêncio da atriz pornô Stormy Daniels durante sua campanha em 2016, segue sob sigilo.

As acusações só serão reveladas na semana que vem, quando Trump será convocado ao escritório da Promotoria de Nova York para ter sua fotografia tirada e sua impressão digital colhida, e comparecerá diante pela primeira vez diante da corte. Ele provavelmente será liberado para voltar para a casa, em Mar-a-Lago, na Flórida, em seguida. Uma de suas advogadas, Susan Necheles, afirmou que a expectativa é que todas essas etapas ocorram na terça-feira.

Se o republicano por acaso decidir não comparecer voluntariamente à audiência, promotores podem pedir sua extradição para a Flórida. Joe Tacopina, outro integrante da equipe de defesa do magnata e ex-apresentador de reality shows afirmou, porém, que ele deve seguir os procedimentos de rotina.

O advogado acrescentou que o combinado com a Promotoria do condado de Nova York é que Trump não será algemado --o que talvez tenha frustrado o político que ele representa, que na semana passada anunciou que seria preso em rede social e teria dito a aliados que queria transformar o indiciamento em um "espetáculo".

ESPIONAGEM

Biden pede libertação de jornalista preso na Rússia

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, pediu nesta sexta-feira a libertação do repórter do Wall Street Journal (WSJ), Evan Gershkovich, preso sob a acusação de Moscou de espionar segredos militares para Washington.

"Deixe-o ir", disse Biden a repórteres ao deixar a Casa Branca para uma viagem ao Mississippi, estado devastado por uma tempestade. Questionado se iria expulsar diplomatas russos após a detenção de Gershkovich, o presidente disse que esse não era o seu plano por enquanto. O jornal pede uma "escalada diplomática e política", com a expulsão do embaixador russo nos EUA, assim como de todos os jornalistas russos no país norte-

Mais tarde, o Ministério das Relações Exteriores da Rússia afirmou que dará acesso consular ao jornalista.

Serviço de segurança da Rússia, o FSB havia anunciado na quinta (30) a detenção de Gershkovich, um americano de origem russa de 31 anos. Ele foi preso em Iekaterinburgo, cidade na divisa entre as porções europeia e asiática do país. O órgão disse, sem fornecer provas, que ele estava "colhendo informações classificadas como segredo de Estado sobre uma fábrica militar".

O WSJ negou as acusações e disse buscar a imediata libertação de seu "confiável e dedicado repórter". A secretária de imprensa da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, chamou as acusações de espionagem de "ridículas" na quinta.

Uma corte moscovita determinou que ele fique preso pelo menos até o dia 29 de maio, quando haverá uma audiência sobre o caso. Seu advogado, Daniil Berman, disse não ter acesso ao tribunal —que alegou, por sua vez, já haver um representante da defesa indicado pelo

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, criticou Moscou. "Nos mais duros termos possíveis, nós condenamos as contínuas tentativas do Kremlin de intimidar, reprimir e punir jornalistas e vozes da sociedade civil", disse, complementando que está tentando re-

solver o caso. Segundo a agência Reuters, o cientista político Iaroslav Chirchikov, de Iekaterinburgo, disse que foi entrevistado por Gerchkovitch há duas semanas acerca de atitudes locais ante o grupo mercenário Wagner, que luta

pela Rússia na Ucrânia. Pelo relato, ele iria visitar a cidade vizinha de Níjni-Tagil, onde há uma fábrica de tanques, mas para falar com moradores sobre o Wagner. "Ele não era um inimigo da Rússia", afirmou.

Essa é a primeira detenção de um jornalista americano na Rússia desde 1986, e o mais grave caso do gênero desde que a Rússia invadiu a Ucrânia, em fevereiro do ano passado. Desde então, há assédio a repórteres que, em grande parte, deixaram o país e foram substituídos por profissionais russos, que já conviviam com uma crescente repressão interna à liberdade de imprensa.

Para o jornal, o momento da prisão parece calculado para "causar constrangimento aos EUA e intimidar a imprensa estrangeira que ainda trabalha na Rússia". "O Kremlin tem intimidado o trabalho jornalístico na Rússia, então os correspondentes estrangeiros são as últimas fontes independentes de notícias", afirma o jornal.

O governo de Vladimir Putin fez pouco do caso. "É um assunto do FSB", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, ressaltando que tudo indicava que o jornalista havia sido "pego em flagrante". Já Maria Zakharova, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, afirmou que a apuração de Gerchkovitch "não era relacionada a jornalismo" e que é usual o emprego de disfarce de repórter para espionagem.

Para o Kremlin, o repórter preso se torna um ativo valioso para eventual libertação de russos detidos no exterior. Pouco antes da guerra, por exemplo, a jogadora de basquete americana Brittney Griner foi presa sob acusação de posse de drogas em um aeroporto moscovita. Ela só foi solta em dezembro, trocada pelo notório traficante de armas Viktor Bout, que cumpria 25 anos de cadeia nos EUA.

PREFEITURA

Paes assina compra do edifício A Noite

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, assinou nesta sexta-feira a compra do edifício Joseph Gire, conhecido como A Noite, na Praça Mauá, região portuária da capital fluminense. O município adquiriu o imóvel histórico, que pertence à União e estava há anos abandonado, por R\$ 28,9 milhões. O preço foi fixado em setembro do ano passado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), na modalidade venda direta, após três tentativas frustradas de leilão. Segundo o prefeito, a região portuária vive uma consolidação do projeto Porto Maravilha, que só foi possível com a parceria com o governo federal por iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Vamos ter o edifício A Noite disponibilizado para o mercado em condições favoráveis.

A prefeitura tem uma flexibilidade na sua legislação, com a CCPAR (Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos) que consegue negociar melhor com o setor privado. Nosso desejo aqui é que a gente tenha um projeto residencial ou hoteleiro. A prefeitura não pretende investir em reforma. Já temos construtoras que manifestaram interesse. A gente entende isso aqui como um investimento para a cidade", disse Paes. Primeiro arranha-céu da América Latina, o prédio foi inaugurado em 1929. Com 22 andares e 102 metros de altura, o prédio foi projetado pelo arquiteto francês Joseph Gire, que desenhou também os projetos dos hotéis Glória e Copacabana Palace. Foi sede do jornal A Noite e da Rádio Nacional, além do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

Em 1940, o edifício A Noite passou para o poder da União. A Rádio Nacional, emissora da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), funcionou no local até 2012, quando foi transferida para a Lapa, no centro do Rio, em razão de reformas que seriam efetuadas no local. O projeto de construir no arranha-céu o Museu do Rádio não prosperou. Atualmente, o prédio está vazio, sem uso e custa mais de R\$ 1 milhão por ano com manutenção.

DETRAN

Programa Vistoria Itinerante em 24 municípios

O Detran.RJ vai realizar, ao longo do mês de abril, o Programa Vistoria Itinerante em 22 municípios, oferecendo mais serviços para o interior do estado do Rio de Janeiro. Com esta iniciativa, o departamento leva o formato móvel de atendimento para cidades que não possuem posto de vistoria, proporcionando mais comodidade aos moradores da região.

As vagas já estão disponíveis. Para utilizar o serviço, basta realizar o agendamento pelo site do Detran (www.detran.rj.gov.br) ou pelo teleatendimento do órgão, nos números (21) 3460-4040, (21) 3460-4041 e (21) 3460-4042.

No serviço, é possível realizar serviços de transferência de propriedade, transferência de jurisdição, transferência de município, alteração de características, inclusão de GNV, licenciamento anual, baixa/inclusão de alienação, mudança de cor, mudança de endereço, retificação de dados, primeira licença, emplacamento e troca de placa para Mercosul, entre outros.



Quality Receita Líquida atual: R\$ 225,7 milhões (+55%) **DESTAQUES DO PERÍODO** 4T2022-2022 EBITDA Ajustado atual: R\$ 37 milhões (+74%)

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023: A Quality Software S/A (B3: Bovespa mais-QUSW3) ("Companhia"), Digital Business Acceleration, anuncia hoje os resultados consolidados do último trimestre ("4T22") e do ano de 2022.

Fundada em 1989, a Quality Software S.A. ("Companhia") possui como missão acelerar digitalmente os negócios de nossos clientes com soluções criativas, inovadoras e de alto valor. Possui foco em desenvolvimento de Soluções Digitais de Negócios, Commerce, plataformas de Automação e ESGRC (Auditoria, Governança, Risco e Compliance) e Otimização de TI. A Companhia ajuda seus clientes a terem melhor performánce operacional, governança e comunicação com seus clientes usando plataformas digitais, equipes especializadas e métodologias para promover a aceleração digital.

DESTAQUES FINANCEIROS

R\$ mil	4T21	4T22	Var.	2021	2022	Var.
Receita Líquida	39.313	61.076	55,4%	145.1172	225.657	55,5%
EBITDA	4.535	13.768	203,6%	18.967	34.842	83,7%
Margem EBITDA	11,5%	22,5%	11 p.p	13,1%	15,4%	2,4 p.p
EBITDA ajustado	5.022	9.262	84,4%	21.304	36.995	73,7%
Margem EBITDA ajustado	12,8%	15,2%	2,4 p.p	14,7%	16,4%	1,7 p.p
Lucro Líquido	3.067	7.316	138,5%	10.706	12.649	18,1%
Margem Lucro	7,8%	12,0%	4,2 p.p	7,4%	5,6%	-1,8 p.p

Receita Líquida: R\$ 61,1 milhões (+55,4% vs. 4T21). No último trimestre de 2022, obtivemos um crescimento exponencial de 55,4%, R\$21,7 milhões, sendo: R\$ 14,7 milhões referente a nova linha de negócios *Commerce* (crescimento inorgânico) e R\$ 14,7 milhões, ou 18% referente ao crescimento orgânico, em relação ao 4T21. No acumulado de 2022 a receita líquida foi recorde, e atingiu R\$ 225,7 milhões (+55,5% vs. 2021), desse volume, 17,5% se referem a crescimento orgânico e 38% inorgânico, também atrelado a aquisição da ACCT. Vale destacar que a linha *Commerce* cresceu 22% após a aquisição. • **EBITDA** ajustado: Atingiu **R\$ 9,2 milhões (+84,4% vs. 4T21)**, com margem EBITDA ajustada de 15,2% em relação a receita líquida. O incremento do EBITDA ajustado ocorreu principalmente devido a entrada da ACCT no portfólio, com impacto de R\$ 5,2 milhões, representando 56% do crescimento no trimestre. A melhora da margem se deve, principalmente, por: aumento expressivo da receita líquida, como uma melhor margem operacional e as sinergias pós aquisição realizadas ao longo do último semestre de 2022. No acumulado, o EBITDĂ ajustado ba-teu recorde, **R\$ 36,9 milhões (+73,7% vs. 2021).** A reconciliação do EBITDA ajustado está de acordo com a RESOLUÇÃO CVM Nº 156, DE 23 DE JUNHO DE 2022. • Lucro Líquido: O lucro líquido atingiu R\$ 7,3 milhões (138,5% vs. 4T21) com margem de 12%. A crescimento se deve principalmente a redução da parcela variável da dívida de aquisição da ACCT, outros fatores como o aumento das despesas financeiras, que foram impactadas diretamente pelo incremento da taxa de juros local (CDI–Certificado de Depósitos Interbancários) e pelo au-mento da dívida atrelada a aquisição da ACCT. Esses dois fatores impactaram no resultado do lucro no período. No acumulado o Lucro Líquido atingiu R\$ 12,6 milhões (18,1% vs. 2021), a resultado também está atrelada ao aumento das despesas financeiras e redução da dívida de aquisição da ACCT. O resultado do lucro líquido no período está em linha com o planejamento estratégico de investimentos previstos pela companhia.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

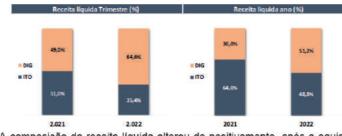
É com grande orgulho que apresentamos mais um ano de crescimento recorde, com resultados robustos, expansão de negócios e estrutura de capital adequada. O elevado resultado financeiro alcançado no ano de 2022 confirma que a estratégia adotada pela companhia na expansão em novas linhas de negócios digitais mais a capacidade de executar com disciplina o plano de negócios, fo-ram bem-sucedidas. A concretização desse resultado se deve ao processo de transformação pelo qual a Companhia vem passando nos últimos anos, com foco na expansão das linhas de negócio digitais, na transformação e fortalecimento da cultura, no foco contínuo nos nossos clientes e, principalmente, no desen-volvimento das pessoas que fazem parte da Quality. O crescimento recorde de 55% da receita liquida e o exponencial incremento do EBITDA Ajustado em 74%, estão relacionados diretamente com a execução do plano estratégico, que resultou na aquisição em janeiro do ano passado da empresa ACCT Consultoria e Desenvolvimento S.A ("ACCT") A ACCT, empresa de arquitetura e engenharia de software, agora chamada de Quality Digital, mantém sua estratégia de solucionar problemas de negócios com tecnologia para o comercio digital de seus clientes. Com a força do Grupo Quality, amplia o potencial de o desenvolvimento de soluções de e-Commerce para algumas das maiores marcas do mundo, especializadas em comércio digital, sendo líder no quadrante VTEX. Possui sub-sidiárias em Nova lorque, Estados Unidos e Barcelona, Espanha, com projetos em 20 países. Para nos apoiar na integração da ACCT e no desdobramento estratégico, pelo segundo ano consecutivo, utilizamos a metodologia Lean, ao implantar processos e mecanismos com o apoio do time do Instituto Lean. Foram definidos pilares estratégicos, com objetivos específicos liderados por grupos multidisciplinares com foco na aceleração de negócios, maior proximidade com os clientes e no aprimoramento de nossos colaboradores. Esses grupos de colaboradores envolvidos no processo, organizados em torno da liderança, realizaram diversas ações que mudaram o posicionamento da Quality, o que refletiu na continua melhora operacional na refletida em 2022. Exemplificando, atualmente 65% da margem bruta da Companhia provém de linhas digitais, um crescimento de 16 pontos percentuais em relação ao ano anterior. As ações estruturantes realizadas por esses grupos estratégicos apoiaram no processo de obtenção de sinergias com a ACCT, na integração de seus colaboradores na nossa cultura e engajamento dos times na originação de negócios e na qualidade de suas entregas, contribuindo, entre outros resultados, com o incremento na margem EBITDA em mais de 1,7 pontos percentuais em relação a 2021. Em 2023 iniciamos um novo ciclo de planejamento plurianual, também utilizando a netodologia Lean, no cenário complexo e volátil que estamos vivenciando, a cadência do planejamento é fundamental para atingirmos os nossos objetivos, e principalmente, agilidade para ajustar o prumo, se necessário. A disciplina e velocidade na reorganização, após aquisição, criaram diferenciais importantes no nosso modelo de negócio, pois a sinergia precisa funcionar de forma precisa para atender de forma rápida e completa a demanda de nossos clientes. Em ja-neiro de 2022 fechamos a aquisição, 4 meses depois, já tínhamos concluído todo o processo de integração das equipes de *back office*. Em paralelo, no primeiro trimestre, iniciamos a implantação das sinergias comerciais e operacionais. Com uma carteira de clientes blue chips e diversificada, conseguimos gerar leads e novas vendas em 2022, entretanto, acreditamos que temos muito a explorar ao longo dos próximos anos, o cross sell, continuará sendo uma alavanca importante no crescimento do Companhia. Se analisarmos isoladamente a linha de Commerce, o EBITDA gerado foi de R\$ 9,7 milhões, crescimento de 53% em relação ao ano de 2021. Analisando o crescimento orgânico, tivemos mais um ano consistente, atingimos 17,5% de aumento da receita liquida em um momento de mercado muito desafiador. Esse incremento foi lastreado, principalmente, na entrada de novos clientes, que estrategicamente são fundamentais para perenidade do nosso negócio e pela potencialização do cross sell. A história de mais de 33 anos da Companhia é baseada na valorização de relacionamentos de longo prazo, com contratos de receita recorrente. Para dar continuidade ao plano estratégico de crescimento nacional e internacional, bem como para dar sustentação ao lançamento de novos produtos e serviços, trouxemos para integrar a diretoria executiva o Frederico Heitmann, como Diretor de Inovação e Fábio Feichtinger, como Diretor de Operação Digital, dois empreendedores, que possuem reconhecido expertise nacional e internacional no desenho e desenvolvimento de soluções em soluções digitais. Na parte corporativa, destacamos os temas relacionados a evolução da agenda ESG. Com relação aos temas Ambientais (Environmental), no caso do Quality, empresa de serviço de tecnologia, entendemos que as melhorias estão diretamente relacionadas à gestão de resíduos, energia, água, entre outros recursos essenciais, bem gráfico representativo com o percentual de cada linha Digital como o correto descarte de computadores e celulares. Considerando o nosso formato majoritariamente de home office, com escritórios para apoiar os nossos colaboradores, temos irrelevante impacto ambiental, pois os nossos escritórios estão localizados em prédios e locais comerciais, com o devido tratamento de resíduos. Destacamos que o escritório do Rio de Janeiro está localizado em um edifício modelo, Green Building, com Certificação Leed ® GOLD, um selo para edifícios sustentáveis. Adicionalmente reforçamos que o descarte de computadores e celulares seguem as normas ambientais vigentes. Com relação ao tema Social, a Quality vem realizando programas para promover cada vez mais a igualdade e a equidade na contratação de colaborares, bem como o incentivo a diversidade. Criamos em 2022 o programa Vagas Afirmativas, que são destinadas a pessoas que, em decorrência de fatores históricos e culturais, enfrentam diversos obstáculos-como preconceitos, estereótipos-para ingres sar no mercado de trabalho. Foi criado também o grupo de afinidades de D&I (Diversidade e Inclusão). Em Governança, aprimorarmos a nossa equipe de Compliance, montamos um time com expertise para tratar os temas relacionados a conformidade e integridade para que a conduta de determinadas leis normas políticas internas e regras da Companhia sejam seguidas. Além disso, criamos uma Universidade Corporativa e uma plataforma de cursos e treinamentos para desenvolver nossas equipes. Vale comentar que a Companhia possui ritos de governança robustos, com comitês Financeiro, Gente & Gestão, M&A e RCA. O ano de 2022 foi transformacional, de fato, um ano de muitas conquistas e realizações. Para 2023, esperamos evoluir em nossa performance para gerar mais críticos NOC 24x7 (Network Operations Center) e Customer Experience Center. valor para nossos clientes, colaboradores, acionistas e demais stakeholders, onde seguimos mais motivamos para cumprir a missão de criar soluções digitais de alto valor agregado conectados aos negócios de nossos clientes



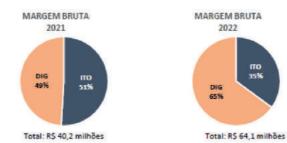
DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

	4T21	4T22	Var %	2021	2022	Var %
Total	39.313	61.076	55,4%	145.117	225.657	55,5%
ITO	25.328	28.985	14,4%	92.898	110.151	18,6%
DIG	13.985	32.091	129,5%	52.219	115.506	121,2%

(+55,4% vs. 4T21), sendo, R\$ 14,7 milhões referente a nova linha, Digital Commerce (ACCT), R\$ 3,6 milhões referente a linha ITO e nas demais linhas Digitais R\$ 3,4 milhões. No acumulado de 2022 atingimos a receita recorde de R\$ 225,6 milhões (+55,5% vs. 2021), crescimento de R\$ 80,5 milhões sendo o principal volume a linha Digital, com R\$ 55,2 milhões.

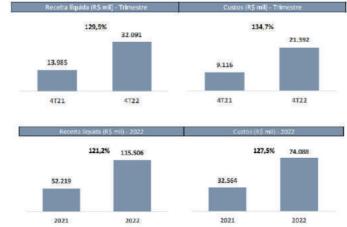


A composição da receita líquida alterou de positivamente, após a aquisição. A linha de Digital, que engloba as soluções digitais (Commerce, Business e Plataformas) passaram a representar 51,2% do volume total da receita líquida, e a linha de negócio IT Optimization, teve uma redução, passando para 48,8% no ano de 2022, redução de 15 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado obtido é resultado da estratégia adotada pela Companhia em se posicionar como uma empresa de soluções de omnichanne. para aceleração digital dos seus clientes. O 4T22 apresentou um comportamento similar ao consolidado do ano, com 52,5% para a linha Digital e 47,5% para a linha ITO. Em relação a distribuição da margem bruta, é possível observar no gráfico abaixo a mudança do posicionamento da Companhia, atualmente, a linha igital alcançou 65% de participação contra 49% de 2021.



Unidade DIGITAL

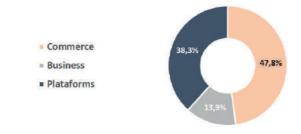
DIGITAL: A unidade Digital Serviços e plataformas tecnológicas especializadas na co-criação com nossos clientes de soluções inovadoras, aceleração digital, digital factory, integração, sustentação de aplicações e E-Commerce. Construímos e inovamos os negócios dos nossos clientes com a implantação de soluções *Omnichannel*, Plataformas Digitais, Aplicativos Móveis, Microserviços / Barramento de Serviços e Gestão de Identidade. Consultoria ágil de engenharia de software especializada em Commerce. Possuímos também Digital Plataforms com soluções para: ESGRC - Integrado e Data Analytics, líder mundial reconhecida pelo Gartner e Forrester aplicada na gestão de riscos, prevenção de fraudes, monitoramento e auditoria contínua, Compliance e análise de dados. Plataformas Próprias - Plataforma financeira digital para registros de contratos entre os órgãos reguladores e às instituições financeiras. Possui como objetivo agilizar e aprimorar a segurança na validação das informações, como por exemplo contrato de financiamento de imóveis, para registro imobiliário. 4AT - Hiperautomação e RPA orientada por tecnologias de Inteligência Artificial Machine Learning, entre outras, que automatizam processos de negócios e TI.



Receita líquida DIG: Registrou uma receita líquida no 4T22 de R\$ 32.091 mil (+129,5% vs. 4T21), com resultado positivo de R\$ 18.106 mil, enquanto no acumulado do ano, a receita líquida foi de R\$ 115.506 mil (+121,2% vs. 2021), crescimento de R\$ 63.287 mil, o elevado crescimento se deve especialmente pela entrada das soluções de *Commerce*, após aquisição da ACCT, que acrescentou R\$ 55,2 milhões no período. **Custo de DIG**: Os custos no ano do 4T22 foi de R\$ 21.392 mil (+134,7% vs. 4T21), e no acumulado temos R\$ 74.088 mil (+127,5% vs. 2021), o aumento de R\$ 41.524 mil está diretamente atrelado ao imento do faturamento, impacto inflacionário do período e especialme pelos custos atrelados a nova linha de E-Commerce



Lucro Bruto DIG: O lucro bruto no 4T22 foi de R\$ 10.699 mil (+116,5% vs 4T21), com margem bruta de 33,3%, perda de 1,5 pontos percentuais em relação a margem bruta de 34,8% de 4T21, já no acumulado de 2022 a margem foi de 35,9% contra 37,6% do mesmo período de 2021, o lucro bruto de **R\$ 41.418** mil (+110% vs. 2021), ganho de R\$ 21.763 mil no lucro é resultado direto do Commerce. No acumulado do período de 2022 o lucro bruto por grupos de produtos e serviços atingiu a margem de contribuição de 37% no Digital Business, 41% em Digital Commerce e 30% em Digital Plataforms. DIG Breakdown: A unidade de negócios de Digital é composta por três grupos de produtos e serviços: Digital business (Dig-B), Digital *Commerce* (Dig-Com) e Digital Plataforms. A primeira linha de negócios está atrelada a aceleração digital relacionada diretamente aos negócios dos nossos clientes. A linha Digital Commerce se refere a consultoria ágil de engenharia de software especializada em Commerce, linha de negócio da empresa adquirida ACCT. A linha Plataforma de Soluções, está atrelada aos softwares de ESGRC, 4AT (Automação) e Plataformas Próprias e serviços correlacionados a implantação dessas ferramentas. Abaixo apresentamos o



Unidade de IT Optimization | Corporate IT

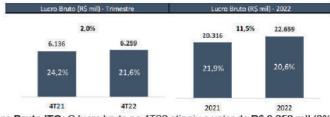
IT Optimization (Corporate IT): Soluções e serviços de TI e de negócios, estruturados para atuar otimizar processos operacionais de Managed Services, que englobam Service Desk com plataforma automatizada de auto atendimento omnichannel (Portal, Chatbot, Whatsapp, Urabot e e-mail), profissionais especialistas. Field Services. Gestão de Datacenter / Cloud e monitoramento de ambientes



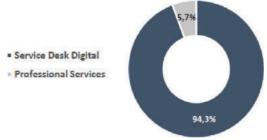
Receita líquida ITO: A receita líquida no 4T22, foi de R\$ 28.985 mil (+14,4%

Quality Software S.A

vs. 4T21), variação de R\$ 3.657 mil. No acumulado do ano a receita liquida foi de R\$ 110.151 mil (+18,6% vs. 2021), variação de R\$17.253 mil. A melhor performance é consequência, principalmente, da conquista de novos clientes, bem como, mais upsell para os na base de clientes. Custos de ITO: O custo total do 4T22 foi de R\$ 22.726 mil (+18,4% vs. 4T21), aumento em R\$ 3.534 mil, já em 2022 os custos totais foram de R\$ 87.492 mil (+20,5% vs. 2021), aumento de R\$ 14.909 mil. O aumento dos custos em relação ao período anterior se refere, principalmente, a estratégia de manutenção do *market share*, através da renovação e ganho de contratos em detrimento ao ganho pontual ou manutenção da margem. Outro fator que impactou foi o incremento da folha das equipes devido ao incremento da inflação em relação ao mesmo período do ano anterior.



Lucro Bruto ITO: O lucro bruto no 4T22 atingiu o valor de R\$ 6.259 mil (2% vs. 4T21) e margem bruta de 21,6%, ganho de R\$ 123 mil em relação ao montante apurado em 4T21, já no acumulado do ano o lucro bruto foi de R\$ 22.659 mil (+11,5% vs. 2021) e margem bruta de 20,6%, ganho de R\$2,343 mil. A redução da margem percentual foi impactada principalmente pelo aumento dos custos, conforme explicitado acima. ITO Breakdown: A unidade de negócios de ITO é composta por dois produtos principais. No gráfico abaixo, apresentamos a composição de receitas alocadas na Linha de negócio em 2022.



Como é apresentado no gráfico acima 94,3% da receita da linha de negócios está atrelada a nossa solução de Service Desk Digital, que possui soluções de atendimento remoto e presencial com contratos de longo prazo e receita recorrente, onde possuimos uma plataforma específica, para atendimento aos nossos clientes. Com cerca de 5,7% da receita da linha de negócio, temos nossa operação de Professional Services, que se refere a alocação de recursos especializada e dedicada para atender de forma customizada cada negócio,

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

R\$ em mil	4T21	4T22	Var (%)	2021	2022	Var (%)
Despesas Gerais e Administrativas	6.905	3.751	-45,7%	21.003	29.235	39,2%
Despesas Gerais e Administrativas /Rol(%)	17,6%	6,1%	-11,4 p.p	14,5%	13,0%	-1,5 p.p
Despesas com pessoal	3.571	5.593	56,6%	12.096	21.423	77,1%
Despesas gerais e admi- nistrativas	1.309	1.066	-18,6%	2.758	3.507	27,2%
Despesas com serviços prestados		1.379	25,0%	3.813	5.750	50,8%
prestados Depreciação e amortiza- cão		562	29,2%	1.682	2.022	20,2%
ção Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20	(4.484)	-230,96	(59)	(4.658)	7747,8%
Despesas com M&A	468	(364)	100,0%	714	1.191	100,0%

As despesas gerais e administrativas reduziram proporcionalmente em relação a receita líquida em 1,5 pontos percentuais, atingindo R\$ 29.235 mil. O acréscimo de R\$ 8,2 milhões em relação a 2021, possui 66% desse valor, R\$ 5,4 milhões, proveniente da ACCT. Ao comparamos os mesmos períodos excetuando esses eventos, chegamos ao incremento de 13% (incremento orgânico). O crescimento das despesas orgânico é explicado principalmente por: (I) Aumento das despesas com pessoal: investimentos realizados na área comercial e marketing com aumento de guadro, com o objetivo de acelerar as vendas nas linhas de negócios atreladas ao negócio dos nossos clientes, (II) Investimentos nas equipes de BackOffice, principalmente em Gente e Gestão e Cultura da Companhia

EBITDA AJUSTADO

Reconciliação do EBITDA vs EBITDA Ajustado <u>(conforme Řesolução CVM 156/22)</u>

R\$ em mil	4T21	4T22	Var (%)	2021	2022	Var (%)
Lucro Liquido	3.067		138,5%	10.706	12.649	
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(359)	2.240	-724,7%	4.699	5.247	11,7%
(+) Resultado financeiro Liquido	1.392	3.650	162,3%	3.561	16.946	375,8%
EBIT	4.100	13.206	222,1%	18.967	34.842	83,7%
Margem EBIT	10,4%	21,6%	-11,2 p.p	13,07%	15,44%	2,4 p.p
(+) Depreciação e Amortização	435	562	29,2%	1.682	2.022	20,2%
EBITDA	4.535	13.768	203,6%	20.649	36.864	78,5%
Margem EBITDA (%)	11,5%	22,5%	-11 p.p	14,2%	16,3%	2,1 p.p
Ajustes ¹						
(+) Despesas extraordinárias (M&A)	468	(364)	-177,9%	714	1.191	66,8%
(-/+) Outras receitas/ despesas operacionais		(4.484)	-23096,1%	(59)	(4.658)	7747,8%
Venda Imovel Rio de Janeiro	-	7	0,0%	- 5	(173)	0,0%
Redução divida de aquisição	-	(4.484)	0,0%	5.	(4.484)	0,0%
Outros	20	5	-100,0%	(59)	117	-100,0%
(+) itens não recorrentes	_	343	0,0%		3.598	0,0%
Sinergia operação ACCT	-	100	0,0%	-	3.096	0,0%
Nova Sede - Pinhais	-	194	0,0%	-	397	0,0%
Despesas advocatí- cias pontuais	-	49	0,0%	-	105	0,0%
EBITDA ajustado	5.022	9.262	84,4%	21.304	36.995	73,7%
Margem EBTIDA (%) ajustado	12,8%	15,2%	-2,4 p.p	14,7%	16,4%	1,7 p.p

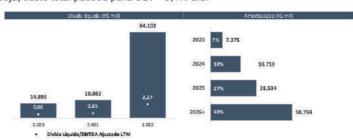
Ajustes executados de reconciliação, conforme resolução CVM 156 de 23 de junho de 2022. O quadro foi recomposto de forma a melhor se adequar as instruções da resolução acima. No 4T22 o EBITDA ajustado somou **R\$ 9.262 mil (+84,4% vs 4T21)**, crescimento

de R\$ 4.240 mil, e no acumulado de 2022 o EBITDA ajustado foi de R\$ 36.995 mil (+73,7% vs 2021). O resultado é consequência, principalmente da aquisição da ACCT, que teve um impacto positivo de R\$ 5,3 milhões no 4T22 e R\$ 13,9 milhões no acumulado de 2022. O aumento na margem EBITDA está atrelada a: (i) Criação da linha de negócio Digital Commerce, através da aquisição da ACCT; (ii) Ajustes de itens não recorrentes (transição gestão ACCT, mudança filial PR) e extraordinários com M&A na aquisição do negócio ACCT; (iii) Investimentos para aquisição de novos clientes; (iv) Incremento da equipe comercial marketing e em Gente e Gestão e Cultura; (v) Despesas referente a sinergia e integração com a aquisição da ACCT.

Em janeiro de 2022 a companhia captou a R\$ 65 milhões através da emissão de Debêntures, para financiar parte da aquisição da ACCT, alongar a sua estrutura



Após a aquisição e devido a 1ª emissão de debêntures, em setembro de 2022 a dívida liquida teve crescimento de 364%, atingindo o montante de R\$ 84,1 milhões frente aos R\$ 18.132 mil apurados em 2021. Como evento subsequente, em março de 2023, a companhia firmou aditivo à escritura de emissão de debêntures para incrementar em mais 1 ano o período de amortização do principal Resumidamente, o financiamento passou ter as seguintes condições: prazo total de 6 anos com 2 anos de carência, incremento de 0,1% de spread no custo, ou seja, custo total passou para CDI + 3,1% a.a



O incremento da alayançagem financeira apresentado no 4º trimestre de 2022 está em linha com a estratégia de crescimento inorgânico da companhia e está dentro da política de endividamento da Companhia.

LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO

rucio riduido (k	\$ mil) - Trimestre	Lucre Liquido	(65 mil) - 2022
138	3,5%		1% 12.64
	7.316	10.706	
3.067	12%	7,4%	5,6%
7,8%			
4T21	4T22	2021	2022

4T21 3.067 7,8% 7.316 138,5% 12,0% 4,2 p.p 10.706 12.649 18,1% 7,4% 5,6% -1,8p.p Margem Lucro O lucro líquido atingiu R\$ 7.316 mil (138,5% vs. 4T21) no quarto trimestre de 2022, com margem liquida de 12%. No período, o lucro liquido foi de R\$ 12.649 mil (18,1% vs. 2021), com margem líquida de 5,6%, o resultado ocorreu, principalmente, devido a: (i) Incremento das despesas financeiras, que está relacionada aos juros das debêntures para aquisição daACCT, bem como gastos com M&A; (ii) Investimentos nas equipes comerciais e marketing e Gente & Gestão; (iii) Ajuste da parcela variável da dívida da aquisição ACCT

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 37 606 mil e é representado por 861 605 ações ordinária

J açocs orania	nas.
31/12/2022	% do Capital Votante
368.198	42,73%
218.315	25,34%
214.352	24,88%
60.740	7,05%
861.605	100%
	368.198 218.315 214.352 60.740

AUDITORES INDEPENDENTES

(Valores expressos em Reais)

As demonstrações contábeis consolidadas da Quality Software S/A, do ano findo em 31 de dezembro 2022, foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Quality Software S.A. ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Em atendimento a RESOLUÇÃO CVM Nº 162, DE 13 DE JULHO DE 2022, declaramos que, para o ano findo em 31 de dezembro de 2022, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados à auditoria externa das demonstrações contábeis

Consolidado

Balanços patrimoniais individuais e consolidados Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

Nota

10

12

18

20.2

16

18 17

20.2

20.4

20.4

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais) Reservas de Lucros Reserva es-

buídos

Controladora

7.358.076 22.724.832

1 132 193

3.815.698

239.036 4.551.441

2.174.125

2.007.351

4.870.348

5.314.069

4.807.717

4.628.151

1.455.317

332.536 3.004.327

5.404.721

31.937.018

59.935.239

31,498,097

10.876.940

110.861.620

30.437.929

Lucros

7.812

- 7.628.221 (7.628.221)

763.368 11.047.490

647.965

464.891

893.238

112.481

Controladora

145.494.381

31/12/2021

7.989.285

449.584

235 485

829.520

61.543.252

1.700.741

Nota 31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022 31/12/2021

17.556.929

4.829.532

1.898.290

2.109.369

1.138.077

95.546 2.542.740

1.999.395

32.202.883

8.841.957

4.278.776

123.397

201.590

510.328

878.638

20.792.458 117.183

pecial para Reserva dividendos de Reten- Lucros lado de liação

dos

- 10.706.275

- (535.314)

-(2.542.740)

(8.841)

67.949.095 58.506.511 67.949.095 58.506.511 210.747.733 105.544.080 219.374.312 119.799.761

ção de acumula- conver- Patrimo- Patrimônio

são nial

- (8.841) (7.812)

14.834.686 100.506.295

33.005

2.708.291

13.626.176

Ativo

Circulante

Contas a receber Outras contas a receber

Não circulante Contas a receber

Impostos diferidos

Investimentos

Imobilizado

Circulante

Debêntures

Fornecedores

Salários e encargos

Dividendos a pagar

Outras Obrigações

Patrimônio líquido Capital social

Reserva de lucros

Saldos em 31 de dezembro de 2020

Outros resultados abrangentes

Reserva Legal

Dividendos a pagar

Saldos em 30 de

Dezembro de 2022

Resultado do exercício Transferência para

Transferência para Reser-

va de Retenção de Lucros Saldos em 31 de

Não circulante

Debêntures

Intangível Total do Ativo

Despesas antecipadas Total do ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Impostos e contribuições a recuperar

Créditos com partes relacionadas

Outros ativos não circulantes

Passivo e patrimônio líquido

Empréstimos e Financiamentos

Dívida por aquisição de empresas

Provisões para férias e encargos Impostos e contribuições a recolher

Empréstimos e financiamentos

Passivos com partes relacionadas

Ajuste de avaliação patrimonial

Ajuste acumulado de conversão

Total do Passivo e Patrimônio Líquido

Impostos e contribuições parcelados

Passivos com operações com arrendamento

Dívida por aquisição de empresas Passivos com operações com arrendamento

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Capital

gralizado Legal

37.605.711 810.253

social inte- Reserva não distri-

- 535.314

Demonstração do resultado do exercício - DRE Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

			consolidad	10	
	4T21	_AV_	4T22	AV	AH
Receita operacional líquida	39.313	100%	61.076	100%	55,4%
ITO	25.328	64,4%	28.985	47,5%	14,4%
DIG	13.985	35,6%	32.091	52,5%	129,5%
Custos dos serviços prestados1	(28.308)	-72,0%	(44.118)	-72,2%	55,9%
ITO	(19.192)	-75,8%	(22.726)	-78,4%	18,4%
DIG	(9.116)	-65,2%	(21.392)	-66,7%	134,7%
(=) Lucro bruto¹	11.005	28,0%	16.957	27,8%	54.1%
ITO	6.136	24,2%	6.259	21,6%	2,0%
DIG	4.869	34,8%	10.699	33,3%	119,7%
(=/-) (Despesas)/receitas					
operacionais	(6.905)	-17.6%	(3.751)	-6,1%	-45,7%
Despesas com pessoal	(3.571)	-9,1%	(5.593)	-9,2%	56,6%
Despesas gerais e					
administrativas	(1.309)	-3,3%	(1.066)	-1,7%	-18,6%
Despesas de serviços	20 A SECURIO DE SECUE		00.000 00.000 000 000 000 000 000 000 0	17520 7768742648	677 1211 (1211-1211)
prestados	(1.103)	-2,8%	(1.015)	-1,7%	-8,0%
Despesas com depreciação					
e amortização	(435)	-1,1%		-0,9%	
Outras receitas/despesas	(487)	-1.2%	4.484	7.3%	-1020.7%
(=) Resultado operacional			15/10/05/1999		90000000 0002
antes do resultado financeiro		10,4%		21,6%	222,1%
Receitas financeiras	264	0,7%		1,0%	141,0%
Despesas financeiras	(1.655)	-4,2%		7,0%	
(=) Lucro antes dos impostos Imposto de Renda e	2.708	6,9%	9.556	15,6%	252,8%
Contribuição Social correntes Imposto de Renda e	(938)	-2,4%	(4.237)	-6,9%	351,6%
Contribuição Social diferido	1.297	3,3%	1.997	3,3%	100,0%
(=) Lucro do exercício	3.067	7,8%	7.316	12,0%	138,5%

¹A AV é calculada pela Receita Operacional Líquida correspondente.

DRE - 2022 Demonstração do resultado do exercício - DRE Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

			onsolidado		
	31/12/2021		31/12/2022		AH
Receita operacional líquida	145.117		225.657	100%	55,5%
ITO	92.898	64,0%	110.151	48,8%	18,6%
DIG	52.219	36,0%	115.506	51,2%	121,2%
Custos dos serviços prestados ¹	(105.147)	-72,5%	(161.580)	-71,6%	53,7%
ITO	(72.583)	-78,1%	(87.492)	-79,4%	20,5%
DIG	(32.564)	-62,4%	(74.088)	-64,1%	127,5%
(=) Lucro bruto¹	39,970	27.5%	64.077	28,4%	60,3%
` ÍTO	20.316	21,9%	22.659	20,6%	11,5%
DIG		37,6%		35,9%	110,7%
(=/-) (Despesas)/receitas				555	
operacionais	(21.003)	-14.5%	(29.235)	-13.0%	39.2%
Despesas com pessoal Despesas gerais e adminis-	(12.096)				77,1%
trativas	(2.758)	-1,9%	(3.507)	-1,6%	27,2%
Despesas de serviços pres- tados	(3.813)	-2,6%	(5.668)	-2,5%	48,6%
Despesas com depreciação			A MANAGERS		
e amortização	(1.682)	-1.2%	(2.022)	-0.9%	20,2%
Outras receitas/despesas	(655)	-0.5%	3.384	1.5%	-616.9%
(=) Resultado operacional an-					
tes do resultado financeiro		13,1%	34.842	15,4%	83,7%
Receitas financeiras	1.319			0,9%	60,4%
Despesas financeiras	(4.880)	-3.4%	(19.062)	-8.4%	290,6%
(=) Lucro antes dos impostos		10,6%		7,9%	16,2%
Imposto de Renda e Contribui-					
ção Social correntes	(5.996)	-4,1%	(10.790)	-4,8%	79,9%
Ímposto de Renda e Contribui-					
cão Social diferido	1.297	0.9%	5.543	2.5%	100,0%
(=) Lucro do exercício	10.706	7,4%	12.649	5,6%	18,1%
À AV é calculada pela Receita	a Operacion				

Consolidado

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVOS

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

Concolidado

	Consolidado				
	31/12/2021	AV	31/12/2022	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	12.629	10.5%	21.311	9.7%	68,7%
Contas a receber	35.017			22.7%	
Outras contas a receber		2.2%		1.5%	
Impostos e contribuições a					
recuperar	4.120	3.4%	7.454	3.4%	80,9%
Despesas antecipadas	3.304	2.8%	4.174	1.9%	
Total do ativo circulante	57.685				
Não circulante					
Contas a receber	35	0.0%		0.0%	-100.0%
Créditos com partes relacionadas		0.0%	32	0.0%	0.0%
Outros ativos não circulantes	784	0.7%	1.269	0.6%	61.8%
Impostos diferidos	1.297	1,1%	6.081	2.8%	368.9%
Investimentos		0.0%		0.0%	0.0%
Imobilizado	2.980	2.5%	4.565	2.1%	53,1%
Intangível	57.018				
30.00000a 200.000	62.115	51.8%	133,462	60.8%	114,9%
Total do Ativo	119.800				

BALANCO PATRIMONIAL - PASSIVOS

Consolidado

31/12/2022 31/12/2021

35.016.782

2.615.612

4.119.654 3.304.054 57.685.181

35.247

783 990

1.296.895

2.980.479

57.017.969 **62.114.58**0

17.556.929

10.051.780

33.004 5.502.560

5.495.989

1.547.731

154.166 2.542.740

3.179.713

46.064.612

8.841.957

4.278.776

123.397

510.328

1,474,180

20.792.458

117,183

(8.841)

(8.841)

- 10.706.275

- (2.542.740)

21.310.879 49.783.096

3.190.091

7.454.465

85.912.095

1 268 817

6.080.974

4.564.518

Consolidado

121.547.908 133.462.217

105.544.080 219.374.312 119.799.761

2.007.351

9.628.017

5.314.069

7.942.861

8.708.156

434.244 3.004.327

9.324.958

50.918.922

59.935.239

31.498.097

464.891

1.334.119

30.437.929

Ajuste Ajustes

- 124.995 50.351.817

112.481

Passivo e patrimônio líquido

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

	Consolidado				
3	1/12/2021		31/12/2022		AH
Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	17.557	14,7%	2.007	0,9%	-88,6%
Debêntures	-	0,0%	112	0.1%	100,0%
Fornecedores	10.052	8,4%	9.628	4,4%	-4.2%
Dívida por aquisição de em-					
presas	33	0.0%	5.314	2.4%	16001,3%
Salários e encargos	5.503	4,6%			
Provisões para férias e encargo	s 5.496	4.6%	8.708	4.0%	58,4%
Impostos e contribuições a					
recolher	1.548	1,3%	4.442	2,0%	187,0%
Passivos com operações com					
arrendamento	154	0,1%	434	0,2%	181,7%
Dividendos a pagar	2.543	2,1%	3.004	1,4%	18.2%
Outras Obrigações	3.180	2.7%	9.325	4.3%	193.3%
	46.065	38,5%	50.919	23,2%	
Não circulante		50			
Empréstimos e financiamentos	8.842	7,4%	6.545	3,0%	-26,0%
Debêntures	-	0,0%	59.935	27,3%	100,0%
Dívida por aquisição de empresa	s 4.279	3.6%	31.498	14,4%	636,1%
Passivos com operações com					
arrendamento	123	0,1%	729	0,3%	490,5%

Quality Software S.A.

		CIN	IPJ: 35.78	11.391	0001-94
Passivos com partes relacionadas Impostos e contribuições	-	0,0%		0,0%	100,0%
parcelados	510	0,4%	465	0,2%	-8,9%
Provisões para riscos tributá- rios, cíveis e trabalhistas		1.2%		0.6%	-9,5%
Patrimônio líquido	15.229		100.506		560,0%
Capital social	37.606		37.606		0,0%
Reserva de lucros	20.792		30.438		46,4%
Ajuste de avaliação patrimonial Ajuste acumulado de	11/	0,1%	78	0,0%	-100,0%
conversão	(9)	0,0%	(95)	0,0%	969,4%
Resultado do período		0,0%		0,0%	100,0%
959	58.507	48.8%	67.949	31.0%	16.1%
Total do Passivo e Patrimô- nio Líquido	119.800	100%	219.374	100%	83%

DFC - FLUXO DE CAIXA Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

1	FLUXO DE CAIXA		
	I EUNO DE CAINA	31/12/20213	1/12/2022
	Lucro do periodo	10.706	12.649
	Ajustes para reconciliar o resultado do período:	\$15.00k (165)	
	Depreciações e amortizações	1.682	2.022
	Aumento das provisões de férias e encargos	172	3.212
	Reversão/Constituição com Perda Esperada de	1007	
į.	Líquidação Duvidosa (PECLD)	839	(1.593)
	Perdas/Ganhos não realizadas com derivativos	17	
	Adição de provisão para riscos tributários, cíveis e	5.5	
	trabalhistas	(883)	(140)
	Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos		(4.784)
	Resultado com alienações, baixa de ativos		719
	Encargos financeiros não realizados	133	3.855
	Fluxos de caixa de atividades operacionais	11.371	15.939
e.	Aumento/(redução) do contas a receber	(9.771)	(13.138)
	Aumento/(redução) outras contas a receber	(985)	(574)
	Aumento dos impostos e contribuições a recuperar	193	(3.335)
	Aumento/(redução) dos fornecedores	3.402	(424)
	Aumento/(redução) dos salários e encargos	174	2.440
	Aumento (redução) dos impostos e contribuições a	RANA	8733333
•	recolher	(2.797)	2.895
	Redução dos impostos e contribuições parcelados	(68)	(45)
•	Aumento/(redução) outros ativos não circulantes	`(3)	(485)
	Aumento/(redução) das outras contas a pagar	83	6.145
	Aumento/(redução) das despesas antecipadas	(853)	(870)
	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas)	100000	*****
S	atividades operacionais	746	8.548
	Fluxos de caixa das atividades de investimento		
ŝ	Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(1.794)	(37.490)
	Caixa líquido aplicado nas atividades de investi-		- Mariana and American
2	mento	(1.794)	(37.490)
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
	Dividendos pagos	(2.235)	(2.543)
	Captação de empréstimos e financiamentos	`7.00Ó	59.726
	Pagamento de principal sobre empréstimos	(10.614)	(19.394)
	Pagamento de arrendamento mercantil	129	(165)
	Caixa líquido proveniente das (aplicado nas)		
	atividades de financiamento	(5.719)	37.624
	(Redução) Aumento caixa e equivalentes de caixa	(6.767)	8.682
	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	19.396	12.629
	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	12.629	21.311

CONTROLE DE INDICADORES OBRIGAÇÃO CONTRATUAL: Abaixo relacionamos os itens de controle, que

(6.767)

(Redução) Aumento caixa e equivalentes de caixa

	하다면 하는데 사람들이 살려면 보다.	
visam atender os contratos de financiamento:		
CONTAS BALANÇO PATRIMONIAL	2021	2022
Ativo Total:	119.799.761	219.374.312
Patrimônio Líquido:	58.506.511	67.949.095
Dívida Bancária Líguida	2021	2022
Caixa e equivalentes de caixa	12.629.079	21.310.879
(-) Empréstimos e Financiamentos	-26.398.886	-68.600.321
(-) Dívida Aguisição	-4.311.780	-36.812.166
(=) Dívida Bancária Líquida	-18.081.587	-84.101.608
EBITDA	2021	2022
Lucro Líquido	10.706.275	12.649.092
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	4.699.317	5.247.068
(+) Resultado financeiro Líquido	3.561.453	16.946.030
(+) Depreciação e Amortização	1.682.417	2.021.609
(=) EBITDA	20.649.462	36.863.799
(+)AJUSTES	654.769	131.443
(=) EBITDA Ajustado	21.304.231	36.995.242
Índices	2021	2022
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	0.49	0.31
	0.88	2,28
Dívida Bancária Líquida/EBITDA Ajustado (DBL/		
EBITDA Ajustado):	0,85	2,27
	Ativo Total: Patrimônio Líquido: Divida Bancária Líquida Caixa e equivalentes de caixa (-) Empréstimos e Financiamentos (-) Dívida Aquisição (=) Dívida Bancária Líquida EBITDA Lucro Líquido (+) Imposto de Renda e Contribuição Social (+) Resultado financeiro Líquido (+) Depreciação e Amortização (=) EBITDA (+)AJUSTES (=) EBITDA Ajustado	CONTAS BALANÇO PATRIMONIAL 2021 Ativo Total: 119.799.761 Patrimônio Líquido: 58.506.511 Dívida Bancária Líquida 2021 Caixa e equivalentes de caixa 12.629.079 (-) Empréstimos e Financiamentos -26.398.886 (-) Dívida Aquisição -4.311.780 (=) Dívida Bancária Líquida -18.081.587 EBITDA 2021 Lucro Líquido 10.706.275 (+) Imposto de Renda e Contribuição Social 4.699.317 (+) Resultado financeiro Líquido 3.561.453 (+) Depreciação e Amortização 1.682.417 (=) EBITDA 20.649.462 (+)AJUSTES 654.769 (=) EBITDA Ajustado 21.304.231 Índices 2021 Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT) 0,49 Dívida Bancária Líquida/EBITDA Ajustado (DBL/

Demonstraçõe	s dos resultado	s individuais	e consolidado	S	
Exercícios findos em 31 de d	ezembro de 202	22 e de 2021 (\	/alores expres	ssos em Reais	i)
		Contro	ladora	Conso	lidado
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/

gents (740 MA) 1894/4 WHA	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	21	70.625.119	61.405.631	225.656.856	145.117.126
Custos dos serviços prestados	22	(55.329.194)	(43.883.093)	(161.579.520)	(105.146.719)
(=) Lucro bruto		15.295.925	17.522.538	64.077.336	39.970.407
(=/-) (Despesas)/receitas operacionais			ANAS CESS CESS SAN AND		
Despesas comerciais e de marketing	23.1	(3.312.916)	(3.688.021)	(9.400.184)	(6.846.562)
Despesas gerais e administrativas	23.3	(8.469.240)	(5.447.996)	(22.470.992)	(12.553.233)
Despesas com depreciação e amortização	23.2	(1.011.016)	(992.437)	(2.021.609)	(1.682.417)
Resultado de equivalência patrimonial	9	18.015.781	7.796.788		
Outras receitas/despesas		4.664.106	35.325	4.657.638	78.850
(=) Resultado operacional antes do resultado					
financeiro		25.182.640	15.226.197	34.842.189	18.967.045
Despesas financeiras	24	(17.961.600)	(4.154.655)	(19.061.944)	(4.880.420)
Receitas financeiras	24	1.728.055	1.030.996	2.115.914	1.318.967
(=) Resultado do período antes dos impostos		8.949.095	12.102.538	17.896.159	15.405.592
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	26	(779.696)	(2.225.783)	(10.789.624)	(5.996.212)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	26	4.480.399	829.520	5.542.557	1.296.895
(=) Resultado do período		12.649.798	10.706.275	12.649.092	10.706.275
Quantidade de ações		861.605	861.605		
Resultado do período por ação Básico e Diluído	1000000	14,68	12,43		
As notes evaluatives d	a Admir	nietracão cão no	arte integrante		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais					
Exercicios inidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021	(valores expres	SUS elli Reals)			
Co	ntroladora	Consolidado			

*		COILLIO	luuolu	CONSO	luuuu
i		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
9	Resultado do exercício	12.649.798	10.706.275	12.649.092	10.706.275
1	Outros resultados abrangentes que podem afetar resultado:				
3	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(117.183)	-	(117.183)	-
)	Variação cambial de investimento	(94.545)	(18.457)	(94.545)	(18.457)
3	Total do resultado abrangente do período	12.438.070	10.687.818	12.437.364	10.687.818
2	As notas explicativas da Administro das informações contábeis intermediári			as.	

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e	consolidadas-método ind	ireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2	<u>(UZ1 (Valores expressos en</u>	(Reals)
	Controladora	Consol

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do período	12.649.798	10.706.275	12.649.092	10.706.275
Ajustes para reconciliar o resultado do período:				Marie Transport Company
Depreciações e amortizações	1.011.016	992.437	2.021.609	1.682.417
Resultado de equivalência patrimonial	(18.015.781)	(7.796.788)		
Aumento das provisões de férias e encargos	2.518.782	(299.922)	3.212.167	172.351
Reversão/Constituição com Perda Esperada de Líquidação		2.		
Duvidosa (PECLD)	(900.189)	597.810	(1.592.569)	839.467
Perdas/Ganhos não realizadas com derivativos	-	17.003	10 E	17.003
Adição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.600	(124.548)	(140.061)	(883.036)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(3.721.921)	(829.520)	(4.784.079)	(1.296.895)
Resultado com alienações, baixa de ativos	570.128	0.7	718.599	7
Encargos financeiros não realizados	3.854.658	133.457	3.854.659	133.457
	(2.018.909)	3.396.204	15.939.417	11.371.039
Fluxos de caixa de atividades operacionais	18) 1707 1810 - 1810 - 1800 - 1800			
Aumento/(redução) do contas a receber	(8.163.220)	(937.919)	(13.138.498)	(9.770.786)
Aumento/(redução) outras contas a receber	(682.609)	670.628	(574.479)	(985.160)
Aumento dos impostos e contribuições a recuperar	(1.107.407)	292.154	(3.334.811)	192.711
Aumento/(redução) dos fornecedores	40.816	186.292	(423.763)	3.402.375

Adição de provisão para riscos tributarios, civeis e trabalilistas	17.000	(124.040)	(170.001)	(000.000)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(3.721.921)	(829.520)	(4.784.079)	(1.296.895)
Resultado com alienações, baixa de ativos	570.128	97	718.599	-
Encargos financeiros não realizados	3.854.658	133.457	3.854.659	133.457
	(2.018.909)	3.396.204	15.939.417	11.371.039
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Aumento/(redução) do contas a receber	(8.163.220)	(937.919)	(13.138.498)	(9.770.786)
Aumento/(redução) outras contas a receber	(682.609)	670.628	(574.479)	(985.160)
Aumento dos impostos e contribuições a recuperar	(1.107.407)	292.154	(3.334.811)	192.711
Aumento/(redução) dos fornecedores	40.816	186.292	(423.763)	3.402.375
Aumento/(redução) dos salários e encargos	2.909.427	(423.271)	2.440.301	174.485
Aumento (redução) dos impostos e contribuições a recolher	317.240	(1.511.700)	2.894.727	(2.796.701)
Redução dos impostos e contribuições parcelados	(45.437)	(68.446)	(45.437)	(68.446)
Aumento/(redução) outros ativos não circulantes	(3.551)		(484.827)	(3.109)
Aumento/(redução) das outras contas a pagar	3.405.326	513.382	6.145.245	82.999
Aumento/(redução) das despesas antecipadas	(611.690)	(506.616)	(869.510)	(853.422)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades			i di	UR SECOND
operacionais	(5.960.014)	1.610.708	8.548.365	745.985
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	(35.656.957)	-	÷.	-
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(922.425)	650.057	(37.490.467)	(1.793.950)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(36.579.382)	650.057	(37.490.467)	(1.793.950)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	Anne a contrata contrata			
Dividendos pagos	(2.542.740)	(2.234.728)	(2.542.740)	(2.234.728)
Captação de empréstimos e financiamentos	59.725.745	7.000.000	59.725.745	7.000.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

4 270 305

(150.787)

7.358.076

(19.394.336) (10.613.762) (19.394.335) (10.613.762)

41.908.187 (4.345.039) 37.623.902 (5.719.015) (631.209) (2.084.274) 8.681.800 (6.766.980) 7.989.285 10.073.559 12.629.079 19.396.059

7.989.285 21.310.879

(631.209) (2.084.274) 8.681.800 (6.766.980)

(164.768)

129.475

12.629.079

1.435.589

67.862

Pagamento de arrendamento mercantil Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento (Redução) Aumento caixa e equivalentes de caixa Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa Saldo final de caixa e equivalentes de caixa

Pagamento de principal sobre empréstimos

Aumento/(redução) de partes relacionadas

- 67.949.095 (Redução) Aumento caixa e equivalentes de caixa

I	dezembro de 2021	37.605.711 1.3	45.567	763.368	18.683.523		(8.841)	117.183	58.506.511
I	Saldos em 1º de janeiro de 2022	37.605.7111.3	45.567	763.368	18.683.523	2	(8.841)	117.183	58.506.511
	Outros resultados abrangentes	-	-	_	-	-	(85.704)	(117.183)	(202.887)
	Resultado do exercício	472	-	ā	-	12.649.798	-	-	12.649.798
	Transferência para Reserva Legal	(73)	173	=	632.490	(632.490)			
	Dividendos a pagar	(€))	-	-	(3.004.327)			(3.004.327)
	Transferência para Reser- va de Retenção de Lucros		-		9.012.981	9.012.981)			

37.605.7111.345.567 763.368 28.328.994 - (94.54 As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

Controladora 31/12/2022 31/12 Consolidado 250.117.332 249.656.77 Receitas 79.335.460 Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços Provisão para créditos incobráveis 162.693.105 69.960.927 597.810 839.467 Insumos adquiridos de terceiros (19.907.864)(38.060.892)Custos operacionais 2.171.223 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (6.107.494) Valor adicionado bruto 62.818.533 50.650.873 204.431.765 125.471.680 (2.021.609) 202.410.156 Depreciação, Amortização e Exaustão Valor adicionado líquido produzido 49.658.436 19.743.836 18.015.781 Valor adicionado recebido em transferência Resultado de equivalência patrimonial Receitas financeiras 81.551.353 81.551.353 204.528.780 204.528.780 125.108.230 125.108.230 Valor adicionado total a distribuir 58.486.220 Distribuição do valor adicionado 58.486.220 135.543.024 43.691.950 32.260.152 Remuneração Direta 11.215.256 Impostos, Taxas e Contribuições 35.672.237 25.766.933 6.775.523 Remuneração de capitais de terceiros 4.304.537 4.304.537 20.664.42 18.434.082 Remuneração de capitais próprios 12.649.092 12.649.798 10.706.275 10.706.275

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional: Fundada em 1989, a Quality Software S.A. ("Companhia") atua no segmento de Tecnologia da Informação. A sede está localizada na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000, sala nº 401, bloco nº 01, CEP 20.220-297, Rio de Janeiro-RJ. O registro na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) foi realizado em 03 de dezembro de 2013 na Categoria "A". A Quality S.A. possui como missão acelerar os negócios de nossos clientes com soluções digitais criativas e inovadoras de alto válor. Possui foco em Omnichannel, deseñvolvimento de Plataformas Digitais, Automação e Integração de Software, GRC (Auditoria, Governança, Risco e Compliance) e Outsourcing de Tecnologia. A Companhia ajuda seus clientes a terem melhor performance operacional, governança e comunicação com seus clientes usando plataformas digitais, equipes especializadas e metodologias para promover a aceleração digital, transformar dados em valor e a experiência do cliente final. As principais receitas da Companhia são provenientes de: • ITO (Information Technology/Business Process Outsourcing): Soluções e serviços de TI e de negócios, estruturados para atuar de forma preventiva em processos operacionais de Managed Services, que englobam Service Desk com plataforma auto-matizada de autoatendimento omnichannel (Portal, Chatbot, Whatsapp, Urabot e e-mail), profissionais especialistas, Field Services, Gestão de Datacenter / Cloud e monitoramento de ambientes críticos NOC 24x7 (Network Operations Center) e Customer Experience Center. • **DIG (Digital):** A unidade Digital Serviços e plataformas tècnológicas especializadas na co-criação com nossos clientes de soluções inovadoras, aceleração digital, digital factory, integração, sus-tentação de aplicações e E-commerce. Construímos e inovamos os negócios dos nossos clientes com a implantação de soluções Omnichannel, Plataformas Digitais, Aplicativos Móveis, Microserviços/ Barramento de Serviços e Gestão de Identidade. Consultoria ágil de engenharia de software especializada em E-Commerce. Possuímos também Digital Plataforms com soluções para: ESGRC-Integrado e Data Analytics, líder mundial reconhecida pelo Gartner e Forrester aplicada na gestão de riscos, prevenção de fraudes, monitoramento e auditoria contínua, Compliance e análise de dados Plataformas Próprias-Plataforma financeira digital para registros de contratos entre os órgãos reguladores e as institui-ções financeiras. Possui como objetivo agilizar e aprimorar a segurança na validação das informações, como por exemplo contrato de financiamento de imóveis, para registro imobiliário. 4AT-Hiperautomação e RPA orientada por tecnologias de Inteligência Artificial, Machine Learning, entre outras, que automatizam processos de negócios e Tl. 1.1 Continuida-de operacional: A Companhia e suas controladas possuem uma carteira de clientes diversificada, não havendo concentrações de seus recebíveis em determinados clientes, muito embora, a nossa controlada ACCT tenha um cliente relevante individualmente que representa, aproximadamente, 49% de seus recebíveis e 40% de seu faturamento, o efeito no consolidado do grupo não ultrapassa os 9%. Dessa forma, não afetando qualquer risco de continuidade operacional. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As presentes demons trações contábeis, individuais e consolidadas, foram autorizadas pela Administração da Companhia em 30 de março de 2023, para serem divulgadas. 2.1. Declaração de conformidade: Demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstração Contábeis e com a norma internacional IAS 1 - Presentation of Financial Statements, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. 2.2. Base de apresentação: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração da Companhia deve, no final de cada exercício social, fazer uso de determi-nadas práticas contábeis que contemplam julgamentos e estimativas a respeito dos valores de receitas, despesas, ativos, passivos e divulgações de passivos contingentes, as quais não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as suas respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores consi-derados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios anteriormente apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações (nota 10), avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente (notas 5 e 17), análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (nota 5), a redução do valor recuperável dos ativos intangíveis (softwa-re e ágio) (nota 11), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (nota 19). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3.15. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **2.4. Consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da le-gislação societária brasileira, e compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhes assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as Companhias consolidadas, sendo que as consolidações tomaram como parâmetro a data-base de 31 de dezembro de 2022. Nas demonstrações contábeis consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as Companhias consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos. As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas informações contábeis da Quality Software S.A e suas controladas, apresentadas a seguir

Participação em Participação em País Brasi 31/12/2021 100% Latin Technology Direta Premier IT Brasil 100% 100% Osw Next Tech México Direta 100% 100% Brasil Direta 100% **EVANSTON S.A** Paraguai Direta 98%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Quality Software S.A obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. 2.5. Informações por Segmento: As informações reportadas ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho do segmento focam os tipos de serviços e produtos entregues. Contudo, como estes serviços e produtos possuem características semelhantes, a Administração da Companhia agregou em um único segmento operacional. As informações por segmento são baseadas em informações utilizadas pela Ad-ministração, em que a Companhia e suas controladas definiram como sendo um único segmento de negócio; todavia, o monitoramento de desempenho de margem é efetuado de forma segregada entre os principais serviços e produtos da Companhia, conforme prevê o CPC 22 - Informações por Segmento. Mantendo como forma de apresentação gerencial de nossos negócios o acompanhamento de receita e margens de operação dos nossos serviços como: prestação de serviços de tecnologia de Informação (ITO e DIG) e venda de licença de softwares. O principal tomador de decisões operacionais avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na margem dos serviços e produtos, assim como as informações por área geográfica, nas quais possuem concentração na região Sudeste do país, com desenvol vimento de atividades no exterior, ainda com resultados irrelevantes, para que possa ser efetuada a divulgação. Da mesma forma, a Companhia não possui concentração de clientes em mais de 10%, que possam ser considerados significativos para a operação. 3. Descrição das principais práticas contábeis: As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis individuais e consolidadas. As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas controladas da Companhia, 3.1. Caixa e equivaentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a três meses ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, sendo representados por certificados de depósitos bancários. 3.2. Contas a receber: São apresentadas pelo valor nominal dos títulos, os quais estão sujeitos ao ajuste a valor presente (AVP), quando relevante. É constituída provisão para perda de crédito esperada em ativos financeiros, cujo cálculo é baseado em estimativas suficientes para cobrir possíveis perdas na realização do saldo das contas a receber, considerando o histórico de recebimento e a situação de cada cliente. 3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no regis tro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado pará transações semelhantes. Esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da útilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 3.4. Investimentos: Os investimentos da Com panhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no metodo da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é nécessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora. 3.5. **Imobilizado:** Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota Explicativa nº 10. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. 3.6. Intangível: Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares (adquiridos ou formados), licenças de uso e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados a cada ano, se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são avaliados ao fim de cada ano, se há alguma indicação de que um ativo intangível possa ter sofrido desvalorização, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, a Companhia estima o valor recuperável desse ativo. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. 3.7. Ajuste por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairmen*t são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor

contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. 3.8. Instrumentos financeiros: 3.8.1. Classificação e mensuráção de ativos e passivos financeiros: O CPC 48 - Instrumentos Financeiros contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

a) Classificação - Ativos e Passivos financeiros Classificação-CPC-48 Ativos financeiros (Circulantes e Não circulantes) Custo amortizado Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Instrumentos financeiros derivativos **VJR** Custo amortizado Contas a receber de clientes Outros créditos Custo amortizado Passivos financeiros (Circulantes e Não circulantes) Fornecedores Custo amortizado Empréstimos e financiamentos Custo amortizado Dívida por aquisição de empresas Custo amortizado Outros passivos Custo amortizado

b) Impairment de ativos financeiros: A NBC TG 48/IFRS 9 institui que para análise de impairment de ativos financeiros as Companhias devem elaborar um modelo de perdas de crédito esperadas. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos mensurados ao custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA. O impairment para perdas esperadas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada, e foram calculadas con base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas dos últimos 12 meses. 3.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus beneficios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 3.10. Provisões: 3.10.1. Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma esti-mativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 3.10.2. Provisões para riscos tributários, civeis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos ou internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.11. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência. 3.12. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como a gente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. 3.13. Impostos: 3.13.1. Impostos e contribuições sobre a receita: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquota 0,65% e 1,65% 3,0% e 7,6% 5%, 3% e 2% Programa de Integração Social - PIS Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS Impostos sobre serviços - ISS

CPRB (INSS desonerado) As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. 3.13.2. Imposto de Renda e Contribuição Social-corrente e diferido: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela aliquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela aliquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adicões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributávei corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos, quando aplicável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 3.14. Resultado por ação: O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potencialmente dilutivas em suas respectivas ações. 3.15. Uso de estimativas e julgamento contábeis críticos: 3.15.1. Geral: A preparação das demons trações contábeis individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados em ativos, passivos e outras transações. Estas estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado, e são continuamente revisadas. As premissas utilizadas para determinação dos valores dos ativos baseiam-se na avaliação ou na indicação de que o ativo registrado a valor contábil excede o seu valor recuperável. Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a redução significativa e inesperada de seu valor de mercado, alteração no ambiente macroeconômico em que a Companhia atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa. 3.15.2. Crítico: A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas e julgamentos críticos que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir: (i) Perdas esperadas em contas a receber de clientes (nota 5); (ii) Valor justo de instrumentos financeiros (notas 3.8 e 8); (iii) Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida (notas 10 e 11); (iv) Reconhecimento de receita estimada e não faturada e contas a receber (notas 5 e 21); (v) Provisões, incluindo contingências (notas 15 e 19); (vi) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (notas 3.7 e 11); (vii) Combinação de negócio (notas 3.6 e 9). 3.16. Pronunciamentos novou ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: As novas normas IFRS somen te serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25); Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado: Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020: Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15: Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. 3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se have rá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26: a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante-esta alteração esclarecé aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo e classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma véz que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IÁS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

4. Caixa e equivalentes de caixa CONTROLADORA 31/12/2022 31/12/2021 3.027 5.608 31/12/2022 31/12/2021 9.346 306.44 4.269.663 21.152.388 Bancos Conta Movimento 7.313.996 8.435.446 Aplicações Financeiras(a) 7.989.285 21.310.879 a) Estão substancialmente representados por e CDBs de bancos de primeira linha e possuem como premissa acompa nhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), hoje remunerando em média a 102% do CDI, sem risco

de perda do ativo. O saldo total das aplicações é resgatável em prazo inferior a 90 dias. CONTROLADORA 31/12/2022 31/12/2021 14.638.458 11.922.403 Contas a Receber 8.089.542 2.607.130 16.026.962

(3.168) (903.357) (460.561) 22.724.832 13.626.176 49.783.096 Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (1.593.640) 35.016.781 O saldo das contas a receber é decorrente de serviços prestados evidenciados através de boletins de medição. montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo, logo sem efeito relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A composição de

ntas a receber por idade de vencimento encontra-se a seguir

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A faturar	8.089.542	2.607.130	16.026.962	9.046.258
A vencer	14.322.042	9.937.385	32.147.578	23.821.952
Vencidos até 60 dias	286.690	748.747	930.617	1.730.588
Vencidos até 90 dias	24.976	109.143	474.338	117.118
Vencidos até 180 dias	2.452	255.291	145.522	330.164
Vencidos acima de 180 dias	2.297	871.837	518.640	1.564.341
	22 728 000	14 529 533	50 243 657	36 610 421

A provisão para perda de crédito esperada em ativo financeiro foi analisada e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização do seu saldo de contas a receber. A movimen

)	tação do saldo da provisão para pero	da de crédito esper	ada esta	demonstrada	a seguir:		**************************************
				CONTROL	LADORA	CONSC	LIDADO
)				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Saldo no início do período			(903.357)	(305.547)	(1.593.640)	(754.172)
•	Reversão/ Constituição			900.189	(597.810)	1.133.079	(839.468)
ĺ	Saldo no final do exercício			(3.168)	(903.357)	(460.561)	(1.593.640)
		CONTR	ROLADO	DRA	CC	DNSOLIDAD	00
		31/	12/2022			31/12/2022	
		Base	%	PECLD	Base	%	PECLD
1	Risk Free	22.698.275	0%	-	49.455.8	76 0%	-
	Vencidos até 90 dias	24.976	1,5%	375	193.6	13 1,5%	2.904
	Vencidos até 120 dias	-	3%	-	127.5	94 3%	3.828
•	Vencidos até 180 dias	2.452	25%	613	16.8	38 25%	4.209

Saldo 16. Empréstimos e financiamentos

CONTROLADORA

CONSOLIDADO

Custo

3.133.217 (2.252.273) 880.944

Equipamentos de proces

Saldo

Saldo

Custo

Saldo

412.893 6.373.934 (3.895.552) 2.478.382 1.162.372 Conta Garantida

uality

Capital de giro (a) 16.179.592 BNDES (b) 8.552.600 10.219.286 8.552.600 10.219.286 60.047.721 60.047.72 Debêntures (c) 68.600.32 68.600.321 26.398.886 19 682 658 Circulante 48 917 663 Não Circulante 8.841.957

48.917.663

a) Composição do Capital de Giro: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não tem nenhum contrato em aberto de Capital de giro junto a bancos comerciais. b) BNDES: Em maio de 2020, a Companhia formalizou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 3.000.000. contrato será quitado em 84 meses, com prazo de carência de 24 meses e com taxa de TJLP + 3,8% a.a. Em agosto de 2021, a Companhia formalizou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 7.000.000. O contrato será quitado em 84 meses, com prazo de carência de 24 meses e com taxa de TJLP + 3,8% a.a.

Fluxo de pagamento Controladora 31/12/2022 2.043.822 Passivo circulante Parcelas a pagar 01/2024 a 12/2024 2.000.000 Parcelas a pagar 01/2025 a 12/2025 2.000,000 Parcelas a pagar após 12/2025

O contrato de financiamento com o BNDES, prevê certas obrigações a serem cumpridas pela Companhia e suas controladas, conforme cláusula XX, em que precisam observar certos indicadores financeiros com medição anual, dentre outros aspectos, os quais são acompanhados durante a vigência do contrato e estão sendo cumpridos. • Dívida financeira líquida por EBITDA de até 3,0 x; • Patrimônio líquido por ativo total não inferior a 0,4. c) Debêntures; Em 27 de dezembro de 2021 foi firmado o contrato junto a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., para a emissão de 65.000 debêntures simples e não conversíveis em ações, todas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real). Perfazendo o total de R\$ 65.000.000, com vencimento para 27 de dezembro de 2026. A remuneração das debêntures é sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com fórmula descrita na Escritura de Emissão. Os montantes registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2022, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos

Fluxo de pagamento Controladora Passivo circulante Parcelas a pagar 01/2024 a 12/2024 15.294.118 Parcelas a pagar 01/2025 a 12/2025 Parcelas a pagar após 12/2025 15.294,118 O contrato de emissão de debêntures, prevê certas obrigações a serem cumpridas pela Companhia e suas controladas

conforme cláusula 6.26.2.(f), em que precisam observar certos indicadores financeiros com medição anual, dentre outros aspectos, os quais são acompanhados durante a vigência do contrato e estão sendo cumpridos. • Dívida financeira líquida por EBITDA de até 3,2 x em 2022; • Dívida financeira líquida por EBITDA de até 2,5 x em 2023; • Dívida financeira líquida por EBITDA de até 2,0 x a partir de 2024; **17. Arrendamentos mercantil:** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou a NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamento, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental (taxa nominal) sobre os empréstimos da Companhia e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Ativo de direito de uso

CONTROLADORA 31/12/2021 Adições Baixas 31/12/2022 Ativo de direito de uso - Equip. de processamento de dados (Nota 10) Ativo de direito de uso - Imóveis (Nota 10) 256.570 1.113.840 1.370.410 602.878 1.113.840 (308.656) (406.140) 294.222 707.700 - 1.716.718 - (714.796) Total Imobilizado Depreciação/amortização Total Liquido 1.001.922 1/12/2021 Adições Baixas 31/12/2022 CONSOLIDADO 346.308 16.328 725.526 1.485.518 Ativo de direito de uso - Equip. de processamento de dados (Nota 10) Ativo de direito de uso - Imóveis (Nota 10) 362.636 2.211.044 Total Imobilizado 1.071.834 1.501.846 (718.992) (674.339) 352.842 827.507 - (1.393.331) - 1.180.349 Depreciação/amortização Total Liquido Passivo com operações com arrendamentos Consolidado Controladora
 31/12/2022 31/12/2021

 1.177.622
 218.943
 1.384.202
 277.563

 452.848
 95.546
 571.693
 154.166
 Arrendamento Mercantil Passivo Circulante Passivo Não Circulante 724.774 123.397 812.509 123,397

A Companhia possui atualmente contratos de locação de imóveis firmados com a Souza Dantas Participações Eireli, com sede em São Paulo, com vigência de 16/11/2020 à 15/11/2023, Studio at AQWA no Rio de Janeiro, com vigência de 04/04/2022 à 31/03/2023, Longo Empreendimentos Imobiliários Ltda, com sede no Paraná, com vigência de 24/05/2022 à 23/05/2025, tendo como locatária a Quality Software S.A., Eletro Comercial Corrêa Ltda, com sede em Curitiba, tendo como locatária a Premier It Global Services Ltda, (será encerrado em janeiro de 2023), Pleniprint Administração de Imóveis Ltda, com sede em São Paulo, tendo como locatária a ACCT Consultoria e Desenvolvimento S.A, com vigência de 15 de Julho de 2022 e findando-se em 15 de Janeiro de 2025. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Além disso, aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição, ou seja, optou por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos conforme o NBC TG 06/R2. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do NBC TG 06 /R2. Em 31 de dezembro de 2022 a controladora e suas controladas não possuíam um direito potencial de recuperação dos tributos PIS/COFINS incidentes sobre a contraprestação de arrendamento firmados com pessoas jurídicas, pois a Companhia possui seu regime de tributação de forma cumulativa de acordo com o artigo 10,

ncisos XIX e XXV da lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003 18. Dívida por aquisição de empresas - Premier IT e ACCT Controladora e Consolidado 31/12/2022 Valores a pagar Premier IT 2.625.347 34.186.818 36.812.165 Valores a pagar ACCT Fluxo de pagamento Controladora Passivo circulante 5.314.069 1.664.767 Parcelas a pagar de 01/2024 a 12/2024 1.664.767 Parcelas a pagar de 01/2025 a 12/2025 11.619.012 11.619.012 Parcelas a pagar a partir de 01/2026 18 214 318 2.625.347 34.186.818 36.812.165 19. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

os riscos para perdas prováveis registrados nas informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Prováveis CONTROLADORA CONSOLIDADO 31/12/2021 893.238 1.334.119 878.638 1.474.180 Trabalhistas e tributárias Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem riscos para perdas possíveis, que não são registradas, nos seguintes montantes: CONSOLIDADO **Possiveis** CONTROLADORA

31/12/2022 598.300 31/12/2021 2.211.000 31/12/2022 1.128.300 31/12/2021 4.723.486 Trabalhistas e tributárias 20. Patrimônio Líquido: 20.1. Capital Social: O Capital autorizado da Companhia é de R\$ 60.000.000, sendo que o Capital social subscrito e integralizado é de R\$ 37.605.711 e está representado por 861.605 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A composição acionária na base de Capital Social é:

31/12/2021 377.639 223.912 Capital Votante (%) 42,73% 25,34% 31/12/2022 Capital Votante (%) 368.**1**98 218.315 Fundo Capital TECH II BNDES Participações S.A 43,83% 25,99% Julio Cesar Estevam de Britto Junior 214.352 24,88% 220.054 25.54% Outros 60.740 40.000 100,00% 861.605 100,00% 861.605

a) Stock Options: Em 28 de outubro de 2021, foi aprovado em ata pelo conselho de administração o Plano de Stock Óptions da companhia. Ainda não há contabilizações a serem feitas, uma vez que a primeira outorga se dará no exer-cício subsequente. Não ocorreram outorgas no ano findo em 31 de dezembro de 2022. **Objetivos:** O Plano tem como objetivo permitir que os Beneficiários tenham a oportunidade de adquirir Ações da Companhia, tornando-se acionistas, com vistas a: (i) estimular a expansão; (ii) maximizar a geração de valor aos acionistas; (iii) reforçar a capacidade da companhia de atrair e reter colaboradores chaves; (iv) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos do negócio. Valor de outorga: O beneficiário pagará o valor de R\$ 5,84 por cada ação. Preço de Exercício: O preço de cada uma das ações a serem subscritas pelos beneficiários em decorrência do exercício das opções será de R\$ 164,40 por ação correspondente ao *enterprise value* de 7 vezes o Ebitda da Companhia em 31 de dezembro de 2020, adiciona-se ao Preço de Exercício a taxa pré-fixada de 9% a.a. para o ano de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022, adiciona-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, divulgado pelo IBGE, mais 5% (cinco por cento) ao ano. **Gerais:** • A Administração do Plano caberá ao Conselho de Administração da Companhia; • Poderão ser Beneficiários do Plano os diretores estatutários ou não estatutários, administradores, executivos e colaboradores que sejam considerados estratégicos para viabilizar o desenvolvimento da Companhia, cabendo à Diretoria sua indicação e ao Conselho de Administração a sua eleição, dentre os indicados pela Diretoria; - As Ações de emissão da Companhia sujeitas a este Plano serão ações da classe ordinária, O Conselho de Administração poderá outorgar Opções para aquisição de Ações até o limite agregado de 5% (cinco por cento) do total de Ações de emissão da Companhia, observado o limite do capital autorizado da Companhia. podendo ser emitidas pela Companhia e subscritas pelos Beneficiários nos termos previstos neste Plano; - Este Plano entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá em vigor por 5 (cinco) anos. • Tivemos a adesão dos principais executivos da Companhia; • A opção só patrimonial, são os seguintes: Controladora

Ativos

Quality Software S.A

CNPJ: 35.791.391/0001-94

(1.530.496)

115.505.916

12.783.838

5.807.855 6.798.543

161.579.520

74.087.690

70.625.119 61.405.631 225.656.856 145.117.126

225.656.856 145.117.126

CONSOLIDADO 31/12/2022 31/12/2021 110.150.940 92.898.169

CONSOLIDADO

31/12/2022 31/12/2021 115.903.893 74.474.930 20.285.391 18.621.467

CONSOLIDADO 31/12/2022 31/12/2021 87.491.830 72.384.659

161.579.520 104.876.719

CONSOLIDADO

CONSOLIDADO

2.021.609

986.583

236.679

108.399

140.061

724.177

896.613

CONSOLIDADO 1/12/2022 31/12/2 15.379.123 3.624

2.970.087

10.447.740 3.506.509

417.366 1.188.380

19.061.944

16.627

96.562 383.688

2.115.914

CONSOLIDADO

(16.946.030)

31/12/2022 17.896.159

(10.789.624)

34.0%

31/12/2022

2.449.419

31/12/2022 175.469

CONSOLIDADO

(463.025)

61.405.631

38.794.516

26 834 820

10.615.884

2.137.434

1.639.040

2.415.614

(1.060.324

3.877.027

3.545.744 4.357.550

104.876.719

40.240.407

7.934.161

1.138.108

1.682.417

316.930

425.164 1.660.054 71.371

(773.185) 807.102

1.115.922

777.343

714.119

7.934.161 2.757.571 5.176.590 7.934.161

31/12/2021 3.624.801

268.899 226.656

4.880.420

180.011

120.314

284.640 13.248

1.318.967

(3.561.453)

31/12/2021 15.405.592

(5.996.212

34,0%

31/12/2021

31/12/2021 171.586

21.082.212

31/12/2021

17.556.929 de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei III 6.404770. Os dimensiones 17.556.929 de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei III 6.404770. Os dimensiones 17.556.929 de 25% do lucro líquido do exercício de estão sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas ao fim de cada exercício. Essa reserva foi constituida por meio da Assembleia Geral Ordinária (AGO) datada de 30 de abril de 2019. 20.3. Destinação do lucro do exercício de meio da Assembleia Geral Ordinária (AGO) datada de 30 de abril de 2019. 20.3. Destinação do lucro do exercício de 2022 conforme demonstrado abaixo: Lucro do exercício 12.649.798

poderá ser exercida mediante a um futuro evento de liquidez; • Sem perspectiva de evento de liquidez nos próximos

anos, não há necessidade de qualquer tratamento contábil para o tópico. 20.2. Reservas de lucro: a) Reserva legal:

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei

b) Reserva especial para dividendos não distribuídos: O estatuto assegura aos acionistas o pagamento de Dividendo

Constituição de Reserva Legal (a) Constituição de Reserva de Retenção de Lucros 632.490 9.012.981 3.004.327 Dividendos a pagos em 20 de julho de 2023.

A destinação do resultado deverá ser aprovação em AGO (Assembleia Geral Ordinária), que deverá ocorrer no dia 28

de abril de 2023. 20.4. Resultado por ação: Conforme requerido pelo CPC 41-Resultado por ação, foram reconciliados

o lucro/(prejuízo) e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por

Controladora 31/12/2021 10.706.275 31/12/2022 12.649.798 Resultado disponível para as ações ordinárias Média ponderada das ações ordinárias em circulação 861.605 12,43 861.605

Resultado por ação (em R\$)-básico e diluído Não houve diluição do resultado apurado no período. 21. Receita líquida CONTROLADORA CONSOLIDADO 31/12/2022 31/12/2021 249.656.771 162.693.105 31/12/2022 31/12/2021 79.332.292 69.960.927 Serviços prestados em Soluções de TI CPRB (Inss desonerado) (3.159.271)(9.731.030)(6.748.399) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS (2.390.941)(2.138.385).063.518) (4.895.112

(518.048)

70.625.119

10.764.980

1.581.578

2.800.269

CONTROLADORA 31/12/2022 31/12/2021 30.930.895 22.611.115

CONTROLADORA

31/12/2022 31/12/2021 36.809.894 26.834.820

55.329.194 43.642.792

CONTROLADORA 31/12/2022 31/12/2021 29.250.251 20.867.129

26.078.943 22.775.664 55.329.194 43.642.793

CONTROLADORA

743.081

91.840

126.906

802.556

106.268

(775.885) 14.600

277.088

57.942

492,695

2.505.726 (892.201)

141.276

1.188.380

17.958.890

31/12/2022 866.396 4.719

(16.232.915)

31/12/2022 8.949.095

34,0%

(779 696)

Consolidado

123.125

17.465 348.891

CONTROLADORA

CONTROLADORA

31/12/2022 31/12/2021 15.085.070 3.137.17

CONTROLADORA

1.011.016

31/12/2022 38.389

746.213

992.437

205.843

494,427

(266.572) 69.451

874.265

424.624

2.782.502

(318.837)

141.376

226.656

4.154.655

31/12/2021 160.577 81.950

53.797

207.285 5.506

521.881

1.030.996

(3.123.660)

31/12/2021 12.102.538

34,0%

17.590

70.096

31/12/2021 56.824

Programa de Integração Social - PIS Impostos Sobre Serviços - ISS

A seguir a abertura por tipo de receita descrito na nota 1:

DIGITAL

22. Custos dos serviços prestados Custos com Pessoal Custos com Licenças de Softwares Custos com Assessoria a sistemas

Custos com Assistência Técnica

ação básico e diluído:

Outros Custos operacionais A seguir a abertura de custo por tipo descrito na nota 1:

DIGITAL

23. Lucro Operacional: A seguir a abertura de lucro operacional por tipo descrito na nota 1:

31/12/2022 31/12/2021 1.680.644 1.743.986 31/12/2022 22.659.109 31/12/2021 20.513.510 DIGITAL 13.615.281 16.018.852 41.418.226 19.726.897 64.077.335 40.240 CONSOLIDADO 31/12/2022 31/12/2 21.423.437 11.465 2.021.609 1.682 15.295.924 17.762.838 CONTROLADORA 31/12/2022 31/12/2021 24. Despesas por natureza 31/12/2021 11.465.634 1.682.417 6.353.515 992.437 Despesas com pessoal 1.011.016 Despesas com depreciação Outras despesas 2.782.502 10.447.740 .505.726

12.793.172 10.128.454 33.892.785 24.1. Despesa com pessoal CONTROLADORA 31/12/2022 31/12/2021 2.455.356 2.249.254 1.180.460 1.095.248 Pró-labore Beneficios

31/12/2022 8.125.225 2.601.044 1.866.234 Encargos Salários 2.249.254 45.885 2.592.208 1.525.602 3.598.336 208.652 Treinamentos 182.733 32.425 9.276.429 6.353.515 21.423.437 11.465.634 24.2. Depreciação e amortização CONTROLADORA CONSOLIDADO 31/12/2022 31/12/2021 267.935 246.224 31/12/2022 860.354 1.161.255 31/12/2021

Despesas com depreciação Despesas com amortização

Aluguéis, manutenção e transporte

24.3. Outras Despesas Água, Energia e Gás

Serviços Administrativos

Comunicação, marketing e divulgação Processamento de dados Encargos, seguros e contribuições Outras despesas administrativas Processos/Ações trabalhistas Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa

Servicos prestados por terceiros Despesas com aquisições de empresas Despesas gerais e adm.

Despesas de serv. prestados 25. Resultado financeiro líquido Despesas financeiras Despesas com juros

Variação monetária cambial passiva Perdas com derivativos realizados Outros

Receitas financeiras Rendimentos sobre aplicações financeiras Juros ativos sobre mútuos Juros recebidos Descontos obtidos

Atualização de créditos tributários-Selic Resultado financeiro líquido

26. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota IR e CSLL correntes IR e CSLL diferidos Alíquota efetiva1

(2.225.783)4.480.399 829.520 5.542.557 1.296.895 -41,4% 29.3% 30.5% A alíquota efetiva ficou muito superior a alíquota corrente em função da apuração de lucros por empresa de forma individual, onde foi apurado resultado positivo nas controladas e negativo na controladora, ocasionado o aumento da alíquota. Consolidado Controladora

26.1. Imposto Diferido 5 518 904 Provisão diversas 8.202.017 Provisão de contingência 893.238 1.334.119 Prejuízo de períodos anteriores 6.765.502 6.765.502 Base de Imposto Diferido 16 301 638 13,177,644

IR e CSLL diferidos 4.480.399 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apro-priadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável ulgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, fornecedores, Divida com aquisições de empresas e débitos com parte relacionada. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outros créditos, e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações e de aporte de capital de seus acionistas. Mensuração do valor justo: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço

31/12/2022 31/12/2022 Valor Justo 12.629.079 Valor Contábi Valor Justo 7.358.076 <u>Valor Contábi</u> Valor Justo Valor Justo Valor Contábi Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber 22.724.832 22.724.832 13.626.176 13.626.176 49.783.096 35.016.782 35.016.782 Créditos com partes relacionadas 7.576.457 7.576.457 77.650 77.650 1.132.193 1.543.346 1.543.346 3.190.091 2.615.612 2.615.612 1.132.193 Outras contas a receber Instrumentos financeiros derivativos 38.791.559 38.791.559 23.236.457 23.236.457 74.282.913 50.261.473 50.261.473 Controladora Consolidado 31/12/2022 31/12/2021 31/12/2022

Valor Justo 8.552.600 Valor Justo 27.247.982 Valor Justo 27.247.982 Valor Contábi Valor Contábil 26.398.886 Valor Contábil 26.398.886 Passivo 52.600 Empréstimos e Financiamentos 60.047.721 60.047.721 60.047.721 60.047.721 Debêntures 26.398.886 277.563 26,398 886 36.812.165 1.162.943 26,398 886 26 398 886 Dívida de Aquisição 18 17 36 812 165 36.812.165 36.812.165 Passivos com operações com arrendamento 218.943 218.943 277.563 980.502 980.502 1.162.943 12 4.870.348 4.870.348 4.829.532 4.829.532 9.628.017 9.628.017 9.801.287 9.801.287 Fornecedores Passivos com partes relacionadas 10.876.940 10.876.940 201.590 201.590 Instrumentos financeiros derivativos Outras Obrigações 125.529.080 127.544.997 127.544.997 60.047.232 60.896.328 125.529.080 66.306.828 67.155.924

receber de clientes e partes relacionadas ativas-Os valores justos são iguais aos saldos contábeis, dado o curto prazo dos seus controles e políticas internas. As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações campara liquidação das operações; • Partes relacionadas passivas, fornecedores e outras contas a pagar-Os valores justos biais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma são iguais aos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; - Empréstimos e financiamentos-São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelo custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses empréstimos e financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características de capital de giro e com vencimento de curto prazo, portanto, a administração da Companhia conclui que os valores justos dos empréstimos e financiamentos são idênticos ao valor contábil; - Instrumentos financeiros derivativos (swaps e NDFs)-São operações que tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem caráter especulativo e estão contabilizados ao valor justo (MTM). Os cálculos que resultaram nos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foram calculados pela Administração segundo metodologias amplamente divulgadas e aplicadas no mercado financeiro nacional para estes instrumentos. Desta maneira, o valor justo desses instrumentos, na data da apuração do balanço, foi calculado a partir dos seus respectivos valores no vencimento, descontados a valor presente pelas taxas de juros futuros observadas na data da apuração do balanço; • A Companhia não possui instrumentos financeiros deriva-

Os principais instrumentos financeiros, bem como a mensuração do valor justo, estão descritos a seguir: • Contas a da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados, por meio biais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma são caracterizados como instrumentos de proteção e estão registrados pelo seu valor justo, os efeitos dos ajustes de valor justo estão sendo contabilizados no resultado quando incorridos. Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão. A Companhia registrou resultados com instrumentos financeiros derivativos nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, conforme o quadro abaixo:

31/12/2021 293.060 31/12/2022 (1.188.380) Resultados com instrumentos financeiros derivativos Resultado com operação hedge (1.188.380) 293.060
Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nívěl 1-Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2-Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3-PreDívida líquida e patrimônio líquido

Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

afetam a Companhia podem ser assim resumidos: *Risco de mercado:* Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços realizados pela Companhia e dos demais insumos necessários para a prestação dos seus servicos. Essas oscilações de precos podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia Para mitigar esses riscos, a Administração monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. Risco de taxa de juros e taxa de câmbio: Decorre de a possibilidade da Com-panhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas. **Risco de crédito:** As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez:** Representa o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

	31	/12/2022	31.	/12/2021
Controladora	Fluxo	Contratual	Fluxo	Contratual
Obrigações	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores	4.870.348	E-	4.829.532	
Contas a pagar por aquisição de empresas	5.314.069	31.498.096	33.005	4.278.776
Empréstimos e financiamentos	2.043.822	6.508.778	17.556.929	8.841.957
Debêntures	114.811	59.932.910	_	
Partes relacionadas		10.876.940		201.590
Total de obrigações	12.343.050	108.816.724	22.419.466	13.322.323
0.0000000000000000000000000000000000000	31	/12/2022	31.	/12/2021
Consolidado	Fluxo	Contratual	Fluxo	Contratual
Obrigações	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores	9.628.017	-	4.829.532	
Contas a pagar por aquisição de empresas	5.314.069	31.498.096	33.005	4.278.776
Empréstimos e financiamentos	2.043.822	6.508.778	17.556.929	8.841.957
Debêntures	114.811	10.876.940	-	
Total de obrigações	17.100.719	48.883.814	22.419.466	13.120.733

A Compannia administra a estrutura do capita	i e a ajusta conside	rando as mudança	as nas condições e	conomicas.	
69555 (167 -	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Empréstimos e financiamentos	(8.552.600)	(26.398.886)	(8.552.600)	(26.398.886)	
Contas a pagar de aquisição de empresas	(36.812.165)	(4.311.781)	(36.812.165)	(4.311.781)	
Debêntures	(60.047.721)		(60.047.721)	N	
Caixa e equivalentes de caixa	7.358.076	7.989.285	21.310.879	12.629.079	
Dívida líquida	(98.054.410)	(22.721.382)	(84.101.607)	(18.081.588)	
Patrimônio líquido	65.692.398	58.506.511	65.692.398	58.506.511	

35.785.129

(32.362.012)

A Companhia apresentou capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 6.000.811 na controladora, e positivo de R\$ 35.292.885 positivo no consolidado. Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros: A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passi vos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, o CPC 40 prevê que fossem apresentados mais cenários de avaliação para os usuários. Dessa forma, a Companhia apresenta mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para em 31 de dezembro de 2022, e o realizado em 31 de dezembro de 2021 e estes foram utilizados como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25%, com taxa de 3,11% a.a. em 31 de dezembro de 2022, e 50%, com taxa de 8,09% a.a. em 31 de dezembro de 2021. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações Em 31 de dezembro de 2022 foram calculadas variações de 25% e com 50%:

		31/12/2022		31/12/2021			
	Risco					Cenário pos- sível-25%	
Rendimento das apli- cações financeiras	Queda do CDI	734.352		1.101.528	W	V	200.721

Cenário pos- Cenário re- Cenário Cenário pos- Cenário resível-25% moto-50% Risco sível-25% moto-50% Provável Aumento do CDI 19.271.049 23.125.259 18.220.561 21.864.673 1.050.488 1.260.586 Juros passivos e IPCA 15.416.839 14.576.449 840.390 Juros passivos Aumento da TJLP 669.561 836.951 1.004.341 Aumento do NDF

31/12/2022

28. Cobertura de seguros: A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros com base no conceito securitário de "Perda máxima provável", o que corresponde ao valor máximo passível de destruição em um mesmo evento a Administração da Companhia considera o montante segurado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, foram consideradas suficientes pela Administração da Companhia e suas controladas. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguros, podem ser assim demonstradas:

Copertura	vigencia	Valor (R5)
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O)	Até 28/03/2023	10.000.000
Responsabilidade Civil profissional AGCS (E&O)	Até 18/08/2023	2.000.000
Incêndio, Queda de Raio e explosão de qualquer natureza - Sede PR	Até 17/11/2023	11.900.000
Perda/Pagamento de Aluguel a Terceiros P.I. 6 Meses - Sede PR	Até 03/12/2023	11.000
Responsabilidade Civil Operações - Sede PR	Até 03/12/2023	100.000
Roubo de Bens - Sede PR	Até 03/12/2023	11.000
Danos Elétricos - Sede PR	Até 03/12/2023	33.000
Vendaval até Fumaça - Sede PR	Até 03/12/2023	37.500
Quebra de Vidros - Sede PR	Até 03/12/2023	4.000
Derrame de Sprinklers - Sede PR	Até 03/12/2023	50.000
Despesas de Recomposição de Registros e Doctos - Sede PR	Até 03/12/2023	6.000
Equipamentos Móveis - Sede PR	Até 03/12/2023	30.000
Equipamentos Estacionários - Sede PR	Até 03/12/2023	100.000
Incêndio, Queda de Raio e explosão de qualquer natureza - Sede SP	Até 17/11/2023	3.000.000
Perda/Pagamento de Aluguel a Terceiros P.I. 6 Meses - Sede SP	Até 17/11/2023	55.000
RC Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais - Sede SP	Até 17/11/2023	100.000
Danos Elétricos - Sede SP	Até 17/11/2023	50.000
Despesas de Recomposição de Registros e Doctos - Sede SP	Até 17/11/2023	50.000
Equipamentos Móveis - Sede SP	Até 17/11/2023	50.000
LC Instalação em Novo Local - Sede SP	Até 17/11/2023	100.000
Equipamentos Estacionários - Sede SP	Até 17/11/2023	50.000
Rompimento de Tanques e Tubulações - Sede SP	Até 17/11/2023	50.000

29. Eventos subsequentes: A Companhia destaca os seguintes eventos subsequentes: a) Incorporação da Premier It Global Services Ltda. Conforme descrito na nota explicativa nº 9, em maio houve a aprovação, por meio de assembleia geral extraordinária, do processo de incorporação da Premier It na controladora, e este processo foi finalizado durante o primeiro trimestre de 2023. b) Extensão de prazo das Debêntures: Em março de 2023, a Companhia firmou um aditivo à escritura de emissão de debêntures, incrementando em mais 1 ano o período de amortização do financiamento, com vencimento alterado para dezembro de 2027. Na ocasião, também foi alterada a Remuneração das Debêntures, com a modificação da sobretaxa de 3,00% (três inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis para 3,10% (três inteiros e um décimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, permanecendo a remuneração de 100% (cem por centó) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. c) Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022A Administração em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos signific onstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

Julio Cesar Estevam de Britto Junior - Diretor Presidente; Rodrigo de Oliveira Torres - Diretor Financeiro e de RI Marlon Kichel - Contador - CRC PR077031

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Quality Software S.A. Rio de Explicativa n° 9, ocorreu a aquisição de 100% da ACCT Consultoria e Desenvol- suas controladas contin Janeiro-RJ. Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Quality Software S.A. ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Quality Software S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais respon-sabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**: Principais Assuntos de Auditoria (PAA), são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como combinação de negócio, que está consistente com a avaliação realizada, consideum todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os vos assumidos na combinação de negócio e a determinação do ágio com principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Recu- expectativa de recuperação futura, são razoáveis, assim como as respectivas diperabilidade de ativos não financeiros de longa duração: Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºº 10 e 11 às demonstrações contábeis consolidadas, a Companhia possui ativo imobilizado e intangível, nos montantes de R\$ 2.174.125 (controladora) e de R\$ 4.564.518 (consolidado) e R\$ 116.674.947 (controladora) è R\$ 117.063.660 (consolidado), respectivamente, em 31 de dezembro de 2022. Parte substancial destes montantes se referem aos ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura, alocados às correspondentes unidades gerados de caixas ("UGCs"), cuja Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável anualmente ou sempre quando há indicativos de que o valor contábil pode não ser recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Conforme mencionado nas referidas notas explicativas, a Companhia e suas controladas realizam teste de redução ao valor recuperável, que envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, no qual leva em consideração diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas e nas condições econômicas e de mercado que a Com-panhia atua podem gerar efeitos significativos no fluxo de caixa descontado e, consequentemente, impactos nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos es e assunto como significativo em nossa auditoria. Resposta da auditoria sobre o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: ■ Avaliação quanto à indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos; ■ Revisão do teste de recuperabilida-de dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia e suas controladas com base nos relatórios de análise apresentados; Avaliação das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, custos e despesas, e diversos outros indicadores de inflação e de preços; ■ Revisão dos parâmetros de definição da taxa do custo médio ponderado de capital (WACC); ■ Recálculo aritmético do teste de recuperabilidade elaborado pela Companhia; e ■ Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, assim como, o cálculo de teste de recuperabilidade é consistente com os parâmetros determinados pela Companhia, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, apropriadas

envolveu, entre outros, a elaboração de laudo de alocação de preço de compra e de recuperação do investimento realizado, dentre os aspectos requeridos pelo CPC 15R1/IFRS3R. O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Administração da Companhia, com suporte de avaliadores especialistas externos. Consideramos esse assunto como significativo na nossa auditoria devido à relevância dos calores envolvidos na transação e a complexidade inerente aos processos de combinação de negócios que envolvem, dentre outros, os seguintes aspectos: (i) determinação da data de aquisição contábil; (ii) identificação e mensuração ao valor justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iii) apuração do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura; e (iv) benefícios tributários. Resposta da auditoria sobre o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: ■ Leitura do contrato e atas de reunião relacionados com a aquisição, bem como obtenção de evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle pela Companhia;

Análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Companhia, para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando- os, quando disponíveis, com informações de mercado; ■ Revisão do balanço de abertura da empresa adquirida na data de assunção do controle pela Companhia, com foco na avaliação das práticas contábeis adotadas e sua conformidade com as normas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); ■ Revisão do cálculo de determinação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura; e . Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sobre a ramos que os julgamentos e as premissas utilizadas pela Administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passi vulgações nas notas explicativas, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas: As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilida-de da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09-Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas tomadas em coniunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Aquisição da por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ACCT Consultoria e Desenvolvimento S.A.: Conforme mencionado na Nota a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e

suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assunvimento S.A. ("ACCT"), em 12 de janeiro de 2022, pelo montante de R\$ 66 milhões. tos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábi A ACCT é uma empresa de arquitetura e engenharia de software. A transação na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Ádministração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aq onsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, indepen-dentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e inter-nacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorcão relevante nas de monstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omis-são ou representações falsas intencionais; ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas: Ava liamos a adequação das políticas contabeis utilizadas e a razoabilidade das es mativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas di vulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada: ■ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências signi ficativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. For necemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpri mos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal co-municação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da nunicação para o interesse público. São Paulo, 30 de março de 2023. BDO RCS Auditores ndependentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/F Robinson Meira - Contadora CRC 1 SP 244496/O-5 -S- RJ

Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 3556-3030

96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br